



**Clarice Bianchezzi**

**Entre cacos e flores: apropriações, usos e significados dos vestígios arqueológicos  
pelos moradores do sítio Macurany, Parintins, Amazonas**

**Tese de Doutorado**

**Belém, Pará.**

**Agosto, 2022.**



**Clarice Bianchezzi**

**Entre cacos e flores: apropriações, usos e significados dos vestígios arqueológicos pelos moradores do sítio Macurany, Parintins, Amazonas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Antropologia, Área de Concentração em Arqueologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Bezerra de Almeida.

**Belém, Pará.**

**Agosto, 2022.**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

B577e Bianchezzi, Clarice.  
Entre cacos e flores : apropriações, usos e significados dos  
vestígios arqueológicos pelos moradores do sítio Macurany,  
Parintins, Amazonas / Clarice Bianchezzi. — 2022.  
164 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Marcia Bezerra de Almeida  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia, Belém, 2022.

1. Vestígios arqueológicos. 2. Apropriações. 3. Gestão do  
patrimônio. 4. Macurany. 5. Parintins-Amazônia. I. Título.

CDD 301

---

**Tese de Doutorado**

**Entre cacos e flores: apropriações, usos e significados dos vestígios arqueológicos  
pelos moradores do sítio Macurany, Parintins, Amazonas**

**Discente:** Clarice Bianchezzi

**Data da defesa:** 31/08/2022

**Banca Examinadora**

---

Mariana Petry Cabral – Avaliadora Externa  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

---

Helena Pinto Lima – Avaliadora Externa  
Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG

---

Caroline Fernandes Caromano – Avaliadora Externa  
Naturalis Biodiversity Center, Leiden/Holanda

---

Edna Ferreira Alencar - Avaliadora Interna  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Irislane Pereira de Moraes – Avaliadora Suplente Externa  
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

---

Marcela Nogueira de Andrade – Avaliadora Suplente Interna  
Universidade Federal do Pará - UFPA

---

Marcia Bezerra de Almeida - Orientadora  
Universidade Federal do Pará - UFPA

*As pessoas, as entidades e os encantados  
que escolheram o Macurany como morada!*

## AGRADECIMENTOS

A Universidade do Estado do Amazonas-UEA e ao colegiado do Curso de Licenciatura em História do Centro de Estudos Superiores de Parintins, que colaboraram para viabilizar o afastamento de um ano importantíssimo para redação final desta Tese, assim como o primeiro ano para cursar as disciplinas no PPGA-UFPA, em Belém-PA.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia com quem tive a oportunidade em cursar disciplinas, obrigada pelo aprendizado e diálogos importantes para minha formação acadêmica. Aos colegas de turma 2018, agradeço pelas conversas e pela amizade ao longo dessa etapa. A Antônio Carlos da Cruz Villas, secretário do PPGA, obrigada pela ajuda com os procedimentos necessários na secretaria do curso.

A Marcia Bezerra, professora, orientadora e amiga, por sua paciência, muitos diálogos e tantos incentivos, com certeza, aprendi muito e se chego até aqui foi por poder contar contigo na construção deste estudo.

A Eduardo Góes Neves que no ano de 2016, me incentivou a seguir neste caminho da arqueologia Amazônica, me apresentou Marcia. Obrigada por confiar e acreditar em mim, pelo acolhimento e por acolher meus ex orientandos hoje.

As pessoas da comunidade do Macurany que abriram suas casas, me receberam e compartilharam conhecimentos, memórias de suas vidas. Vocês me ensinaram muito!!! Um agradecimento especial ao Odirley Souza da Silva que não somente me acompanhou nas entrevistas, dialogou comigo, arguiu e me chamou atenção para questões muito caras as pessoas do Macurany.

A Filippo Stampanoni pelos diálogos e parcerias de pesquisa, em Parintins, desde 2016. Helena Lima, juntamente, com Filippo ter topado compor a equipe que deu vida ao projeto das coleções (domésticas e musealizadas), em 2021.

Agradeço ao Marcony Alves por compartilhar artigos e fontes históricas da região de Parintins-AM. A empresa Matis arqueologia por ceder imagens fotográficas do material arqueológico do sítio Macurany. A Michel C. Machado por compartilhar imagens, diálogos e pesquisas em Parintins.

A Adriano (Márcio dos Santos), meu esposo, obrigada por compartilharmos a vida, sonhos, alegrias, algumas tristezas e muitas pesquisas!!

## RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender as apropriações, usos e significados atribuídos aos vestígios arqueológicos pelas pessoas que moram sobre e no entorno do sítio arqueológico localizado na comunidade do Macurany, em Parintins, estado do Amazonas. Apresento as narrativas das pessoas do Macurany sobre os vestígios arqueológicos, sua pluralidade de interações estabelecidas com a Terra Preta de Índio (TPI), as castanheiras, a paisagem, com o intangível – visagens, assombros, encantados e outros habitantes que podem tomar conta do corpo físico e espiritual das pessoas – e que no Macurany também estão vinculadas com a materialidade arqueológica. Destaco os desafios da gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia, no município de Parintins e no Macurany, a partir da realidade das coleções domésticas de material arqueológico no Macurany e em Parintins. As reflexões aqui trazidas intencionam contribuir com a gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia e a compreender melhor as relações das gentes amazônicas com os vestígios de ocupação ancestral. No emaranhado de cultivares agrícolas, flores e cacos arqueológicos, foi possível reconhecer afetos e os sentimentos de pertencimentos das pessoas ao lugar e suas marcas; as coisas do passado e do presente na comunidade de Macurany.

**Palavras-chave:** Patrimônio arqueológico; Coleções domésticas; Terra preta; Macurany; Parintins-Amazônia.

## ABSTRACT

This research intended to comprehend the appropriations, uses and meaning given to the archaeological vestiges by people who lives nearby the archaeological sites located in Macurany community, Parintins, Amazon state. I present the narratives from Macurany's people about the archaeological remains, their plurality of interactions with the Indigenous Dark Earth, the nut trees, landscape, along with the intangible – *visages*, haunted things, enchanted beings and other existences who can possess the body and spirit of local people and that in Macurany is also linked to the archaeological materiality. I highlight the challenges of archaeological heritage management in the Amazon, considering the archaeological domestic collections realities in Macurany and Parintins. The reflection that was brought aims at contributing to the archaeological patrimony management in the region and to better comprehend the relationships between the amazonian people and the traces from the ancestral occupations. The entanglement of agriculture cultivars, flowers and archaeological sherds, it was possible to recognize the affection and the sense of belonging of the people to their place and their traces; the things of the past and present in Macurany community.

**Keywords:** Archaeological heritage; Domestic collections; Anthropogenic Dark Earth; Macurany; Parintins – Amazon.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Mapa de localização Parintins-AM/Comunidade Macurany, 2022.....	5
Figura 02 - Mapa comunidade Macurany. Elaborado por Clarice Bianchezzi, 2021.....	6
Figura 03 - Da esquerda para direita na imagem: Karliney Souza da Silva, Eduardo Goés Neves e Odirley Souza da Silva. Foto: Clarice Bianchezzi, 2016.....	7
Figura 04 - Sr. Antônio Pereira Filho. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	8
Figura 05 - Dona Maria da Conceição Batista Pereira. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	9
Figura 06 – Dona Maria do Carmo Batista Pereira. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	10
Figura 07 – Sr. Douglas Márcio Silveira. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	11
Figura 08 – Dona Évila da Silva Lima. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	12
Figura 09 - Sr Preto mostrando os instrumentos de pesca. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	13
Figura 10 – Dona Madalena da Silva Belchior (ao centro). Da esquerda para direita na foto Vanderlei Pereira Alves (neto), Dirlei Farias Alves (genro) e Claudia Barroso Pereira (filha). Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	14
Figura 11 – Sr. Sidney da Silva Souza (Ney) e Dona Irenize Vieira Cardoso. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	15
Figura 12 - Flores e cacos cerâmicos arqueológicos. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.....	16
Figura 13 – Sr <sup>a</sup> Elionete de Oliveira Esteves juntos do material arqueológico. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.....	17
Figura 14 - Mapa área da pesquisa de campo. Elaborado por Clarice Bianchezzi, 2020.....	20
Figura 15 - Estrada com acesso do terreno ao lago Parananema. Foto: Bianchezzi, 2015.....	23
Figura 16 – Fragmentos dispersos e semienterrados de possível urna funerária. Foto: Bianchezzi, 2015.....	23

Figura 17 - Vasilhame – possível urna funerária, fragmentos e contorno enterrado. Foto: Bianchezzi, 2015.....	23
Figura 18 – Mapa da comunidade Macurany a partir do relato dos moradores mais velhos. Elaborado por Odirley Souza da Silva, 2021.....	29
Figura 19 - Mapa da comunidade Macurany com informações inseridas por Clarice Bianchezzi. Elaborado por Odirley Souza da Silva.....	30
Figura 20 – Caminho que compõe a paisagem. Foto: Bianchezzi, 2020.....	33
Figura 21 – Caminho por entre castanheiras e palmeiras. Foto: Bianchezzi, 2020.....	33
Figura 22 – Destaque indicando o sítio AM-PT-01 - Santa Rita/Parintins-AM, no mapa original. Fonte: Anexo. Hilbert, 1975.....	44
Figura 23 - Destaque indicando a localização, marcada no mapa original, do sítio AM-PT-01 - Santa Rita/Parintins-AM. Fonte: Hilbert; Hilbert,1980.....	45
Figura 24 - Visão geral do Mapa Arqueológico de Parintins – MapArqPin. Foto: Clarice Bianchezzi, 2022.....	50
Figura 25 - Etiqueta do sítio Macurany no Mapa Arqueológico de Parintins – MapArqPin. Foto: Clarice Bianchezzi, 2022.....	51
Figura 26 - Canteiro suspenso usado como espaço de cultivo. Foto: Bianchezzi, 2020.....	61
Figura 27 - Barco suspenso usado como espaço de cultivo Foto: Bianchezzi, 2020.....	61
Figura 28 - Contensor de terra preta com pneus. Foto: Bianchezzi, 2020.....	62
Figura 29 - Contensor de terra preta com pneus nos troncos de plantas. Foto: Bianchezzi, 2020.....	62
Figura 30 – Contensor de terra preta – com cacos de cerâmica arqueológica – reutilizando dois pneus de bicicleta. Foto: Bianchezzi, 2020.....	63
Figura 31 - Vaso com terra preta com plantas com flores. Foto: Bianchezzi, 2020.....	63
Figura 32 – Vaso com terra preta com plantas com flores e folhagens. Foto: Bianchezzi, 2020.....	63

Figura 33 – Um broto, às margens do lago, no sítio Macurany. Foto: Bianchezzi, 2017.....	66
Figura 34 - Sr. Creio alimentando as aves domésticas sob área de TPI em Macurany. Foto: Michel Carvalho, 2018.....	67
Figura 35 - Foto a partir do lago com vista para três dos portos/valas do Macurany (sinalizados por setas), estudados por Ellis em 2019. Foto: Bianchezzi, 2017.....	68
Figura 36 - Lago Paranema - período em que a água se concentra na parte mais baixa do lago, deixando grande extensão da margem seca. Foto: Bianchezzi, 2020.....	69
Figura 37 - Castanheira em Macurany. Foto: Bianchezzi, 2017.....	72
Figura 38 - Bosque de castanheiras em Macurany. Foto: Bianchezzi, 2020.....	72
Figura 39 - Ouriços quebrados de castanheiras em Macurany. Foto: Bianchezzi, 2017.....	73
Figura 40 - Cacos de louças coletadas no sítio Macurany pela empresa Matis arqueologia. Foto: Matis arqueologia, 2021.....	92
Figura 41 - Coleção de objetos arqueológicos Macurany em cima de mesa. Foto: Bianchezzi, 2017.....	103
Figura 42 - Baldes plásticos com sacolas plásticas com os vestígios arqueológicos. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.....	104
Figura 43 - Michel Carvalho, Filippo Stampanoni e Helena Lima com parte da coleção da Sr <sup>a</sup> Elionete. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.....	105
Figura 44 - Filippo Stampanoni e Helena Lima com as sacolinhas que armazenam as peças da Sr <sup>a</sup> Elionete sobre a mesa. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.....	107
Figura 45 - Sacolinha com informações do conteúdo, local de coleta e data feito pela Sr <sup>a</sup> Elionete. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.....	108
Figura 46 - Informações detalhadas da origem do material anotado pela Sr <sup>a</sup> Elionete na sacolinha plástica. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.....	108
Figura 47 - Informações material anotado em pedaço de caderno pela Sr <sup>a</sup> Elionete. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.....	108

Figura 48 - Informações registrada na sacolinha plástica pela Sr <sup>a</sup> Elionete. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.....	108
Figura 49 - Capa do catálogo <i>Fragmentos</i> . Foto: Clarice Bianchezzi, 2022.....	118
Figura 50 - Cartaz 12º Encontro Estadual de História da ANPUH-AM. Fonte: ANPUH-AM, 2022.....	120
Figura 51 - Vista área do conjunto Habitacional Vila Cristina, dezembro de 2021. Foto: Maicon Douglas, 2021.....	125

**LISTA DE SIGLAS**

- AGM - Aliança Guaraná Maués
- AMMA - Associação de Moradores da Comunidade do Macurany
- AM-PT-01 – Amazonas – Parintins - 01
- ANPUH/AM - Associação Nacional de Pesquisadores em História/Seção Amazonas
- APA – Área de Proteção Ambiental
- ARISE – Grupo de pesquisa Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas
- ATEC - CNA – Área Técnica - Centro Nacional de Arqueologia
- CESP - Centro de Estudos Superiores de Parintins
- CIAT - Centro Interamericano de Administraciones Tributarias
- CNIGP - Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa
- COVID-19 - Coronavirus Disease 2019
- DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
- FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus
- FAPEAM - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
- GEPIA - Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia
- GT - Grupos de Trabalho
- ICSEZ - Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia
- IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
- IFAM - Instituto Federal do Amazonas
- IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LI - Licença de Implementação)
- LO - Licença de Operação
- MAE - USP – Museu Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
- MPEG - Museu Paraense Emilio Goeldi
- MUSA - Museu da Amazônia
- MUSA-NAE - Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia
- OCA – Projeto Origens, Cultura e Ambiente

PAC - Projeto Amazônia Central

PCA - Plano de Controle Ambiental

PGMP – Procuradoria Geral do Município de Parintins

POP C, T & I - Programa de Apoio à Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação

PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGS - Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural

PT1 - Parintins 1

PT2 - Parintins 2

PT3 - Parintins 3

PT4 - Parintins 4

PT5 - Parintins 5

PT6 - Parintins 6

PT7 - Parintins 7

PT8 - Parintins 8

RDSA - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã

RDSM - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

SAB - Sociedade de Brasileira Arqueologia

SEC - Secretaria de Estado de Cultura

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TPA - Terra Preta Antropogênica

TPI - Terra Preta de Índio

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFSC-Universidade Federal de Santa Catarina

USAID - United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1: EM MEIO ÀS FLORES E AOS CACOS, UMA PESQUISA!</b> .....	4
<b>1.1 Transformações (na e da paisagem) na comunidade Macurany</b> .....	17
<b>1.2 Aproximação do tema e da comunidade rural Macurany</b> .....	21
<b>1.3 Os caminhos e descaminhos em campo</b> .....	28
<b>1.4 O meu caminhar e a construção de conhecimento</b> .....	33
<b>1.5 Pesquisa colaborativa</b> .....	40
<b>1.6 Pesquisas arqueológicas em Parintins - Amazonas</b> .....	43
<b>CAPÍTULO 2: <i>TERRA PRETA DE ÍNDIO</i>, CASTANHEIRAS, PAISAGENS E OS COLETIVOS HUMANOS NA AMAZÔNIA</b> .....	52
<b>2.1 Falando sobre <i>Terra Preta de Índio</i> na Amazônia</b> .....	53
<b>2.2 Relação da Terra Preta com a biografia das pessoas em Macurany</b> .....	56
<b>2.3 As castanheiras na Amazônia</b> .....	70
<b>2.4 Os castanhais no Macurany: marcas dos tempos</b> .....	74
<b>CAPÍTULO 3: A MATERIALIDADE ARQUEOLÓGICA E AS NARRATIVAS DO INTANGÍVEL NO MACURANY</b> .....	83
<b>3.1 Entidades no ambiente amazônico e os vestígios arqueológicos</b> .....	83
<b>3.2 Relações outras que permeiam a materialidade arqueológica em Macurany</b> .....	90
<b>CAPÍTULO 4: AS COLEÇÕES DOMÉSTICAS DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO E OS DESAFIOS DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM PARINTINS-AMAZONAS</b> .....	97
<b>4.1 Coleções domésticas arqueológicas na Amazônia</b> .....	97
<b>4.2 Coleção doméstica arqueológica em Macurany</b> .....	102
<b>4.3 Entrelaçando a vida e o patrimônio: caminhos e desafios da gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia</b> .....	110
<b>4.4 Arqueologia no espaço digital e o uso dos canais virtuais para falar das coleções de Parintins – Amazonas</b> .....	116
<b>4.5 Desafios da gestão do patrimônio arqueológico em Parintins</b> .....	124
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	133
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	136

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de doutorado ocupa-se em compreender as apropriações, os usos e significados atribuídos aos vestígios arqueológicos pelas pessoas que moram sobre e no entorno do sítio arqueológico localizado na comunidade do Macurany, em Parintins, estado do Amazonas. Assim como os elementos que constituem as narrativas locais sobre o uso do espaço e a paisagem nesse sítio arqueológico, a dinâmica atual de formação de novas paisagens pelos moradores da localidade contribui para a construção do imaginário amazônico com relação à arqueologia. As reflexões trazidas neste estudo podem colaborar com a gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia. Dessa forma, este trabalho não é sobre o registro arqueológico do Macurany, muito embora apresente dados disponibilizados em pesquisas já realizadas sobre esse sítio.

Os dados apresentados neste texto foram produzidos ao longo de três pesquisas de campo conduzidas nos dois primeiros meses do ano de 2020. Realizei visitas ao local e dialoguei com pessoas residentes de longa data na comunidade Macurany e/ou familiares que ali viveram. No total entrevistei<sup>1</sup> treze pessoas, sendo sete mulheres e seis homens. Alguns desses encontros ocorreram numa roda de conversa em que estava a pessoa inicialmente contactada e outros familiares. Durante as visitas, fiz registros fotográficos dos espaços, pessoas e vestígios arqueológicos.

É importante destacar que todas as entrevistas foram acompanhadas por uma das lideranças da comunidade, o que será mais detalhado no capítulo 2, contribuindo de forma singular na fluência dos diálogos e ajustes de questões ao longo do trabalho de campo. Cabe destacar que o contato presencial com as pessoas da comunidade de Macurany durante as visitas e entrevistas se deu em período anterior ao início da pandemia da covid-19 no Brasil. Em razão da preocupação com a segurança sanitária, não foi possível retornar para a realização de outras etapas de campo em Parintins<sup>2</sup>. A única entrevista efetuada no ano de 2021 ocorreu no âmbito do projeto *Divulgação arqueológica em*

---

<sup>1</sup> As entrevistas foram realizadas somente após o consentimento de cada pessoa entrevistada. A elas foi exposto o objetivo da pesquisa e solicitada autorização verbal para gravar e usar na tese e demais produções acadêmicas as informações por elas fornecidas. Apenas após o consentimento a gravação era iniciada e o consentimento, novamente solicitado, era gravado. Nenhuma das pessoas com as quais tive contato manifestou recusa quanto ao registro e uso de nossas conversas.

<sup>2</sup> Decreto Nº 014/2020-PGMP, de 17/03/2020. Declara situação de emergência em saúde pública no município de Parintins e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus (covid-19) no âmbito do Poder Executivo do Município de Parintins.



*tempos de pandemia, coleções de Parintins-AM e suas histórias*<sup>3</sup>, com a adoção de medidas de segurança como o uso de máscaras de proteção individual e distanciamento social.

Não posso deixar de mencionar que já tenho contato com essa comunidade desde o ano de 2015, mantendo um diálogo constante com lideranças e famílias residentes. Na área que concentra os vestígios arqueológicos, tenho efetuado visitas de campo – sem qualquer intervenção no sítio<sup>4</sup> - com alunos da graduação em História, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), onde ministro disciplinas que oportunizam tais relações teoria/prática na arqueologia. Dessa forma, ao longo desses anos, minha proximidade com vários núcleos familiares residentes na comunidade foi se estreitando, contribuindo para conhecer um pouco mais do local em suas distintas dinâmicas de morar, relacionar e narrar suas histórias de vida.

O presente texto está dividido em quatro capítulos. O capítulo 1: *Em meio às flores e aos cocos, uma pesquisa!* destaca os caminhos trilhados por mim ao longo da formação no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, PPGA-UFPa, a relação estabelecida com a comunidade do Macurany, os aspectos da pesquisa de campo e a importância da pesquisa colaborativa. Encerro esse capítulo com um panorama do histórico das pesquisas arqueológicas nesse município. O capítulo 2: *Terra Preta de Índio, castanheiras, paisagens e os coletivos humanos na Amazônia* busca apresentar alguns exemplos da relação dos coletivos humanos na Amazônia com os vestígios arqueológicos e a pluralidade de relações estabelecidas, dando destaque à relação das gentes do Macurany com a Terra Preta de Índio (TPI), as castanheiras e paisagens. O capítulo 3: *A materialidade arqueológica e as narrativas do intangível no Macurany* dá destaque às narrativas do intangível – visagens, assombros, males que

---

<sup>3</sup> Esse projeto teve como objetivo socializar os conhecimentos sobre as coleções arqueológicas de Parintins-Amazonas – tanto as musealizadas como as coleções domésticas guardadas pelos moradores do município. Foi coordenado por mim, no ano de 2021, e contou com os pesquisadores parceiros do Museu da Amazônia – MUSA e do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, sendo contemplado com recurso financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM, através do edital de Programa de Apoio à Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação - POP C, T & I/2021. No capítulo 4 ele será apresentado e discutido.

<sup>4</sup> As intervenções em sítios arqueológicos no Brasil são autorizadas pelo IPHAN e concedidas aos profissionais da arqueologia que atendam aos critérios estabelecidos nas legislações pertinentes. Ver: Lei n. 13.653, de 18 de abril de 2018, que “Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo/a e dá outras providências” e Portaria nº 317, de 4 de novembro de 2019, que “Estabelece diretrizes a serem observadas pelo Iphan para análise da comprovação das atividades científicas próprias do campo profissional da arqueologia mencionadas na Lei nº 13.653/2018”. Fonte: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=2&data=19/04/2018> e <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-317-de-4-de-novembro-de-2019-225612622>.

tomam conta do corpo físico e espiritual das pessoas – que no Macurany estão diretamente vinculadas com a materialidade arqueológica. Fala das relações entre materialidade arqueológica e as narrativas sobre encantados e outros habitantes nessa dimensão do intangível, mas perceptíveis na comunidade de Macurany. São narrativas ligadas, por exemplo, à mãe do rio ou à mãe dos lugares relacionados aos peixes e à coleta de argila, em que o pedir permissão é algo mais que obrigatório, é questão de saúde física e espiritual.

O capítulo 4: *As coleções domésticas de material arqueológico e os desafios da gestão do patrimônio arqueológico em Parintins-Amazonas* é dedicado a dialogar sobre os desafios da gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia e no Macurany, no município de Parintins, partindo do diálogo sobre as coleções domésticas de material arqueológico, realidade da Amazônia e também dessa localidade e município. Esse capítulo relaciona-se com os desdobramentos de ação realizada por mim e com as demandas presentes nos diálogos com membros da comunidade local.

Os diálogos e ponderações desenvolvidos ao longo desta tese buscam aprofundar aspectos que envolvem as complexas relações estabelecidas pelas pessoas com os vestígios arqueológicos na Amazônia, trazendo contribuições para a melhor compreensão dos desafios da gestão do patrimônio arqueológico na região.

## CAPÍTULO 1: EM MEIO ÀS FLORES E AOS CACOS, UMA PESQUISA!

A comunidade rural do Macurany fica ao sul da cidade de Parintins, estado do Amazonas, distante, aproximadamente, 8 km da área central do município (conf. figura 02). Pode-se chegar ao local por via terrestre – caminho mais usado pelos residentes - ou por via fluvial, usada por pequenas embarcações, lanchas e barcos de pescas. As residências estão às margens do lago do Parananema, e a região está compreendida no Plano Diretor de Parintins como Unidade de Conservação das Comunidades Aninga-Parananema-Macurany, definida como Área de Proteção Ambiental<sup>5</sup> sob a denominação de APA do Entorno (Plano Diretor de Parintins, 2006).

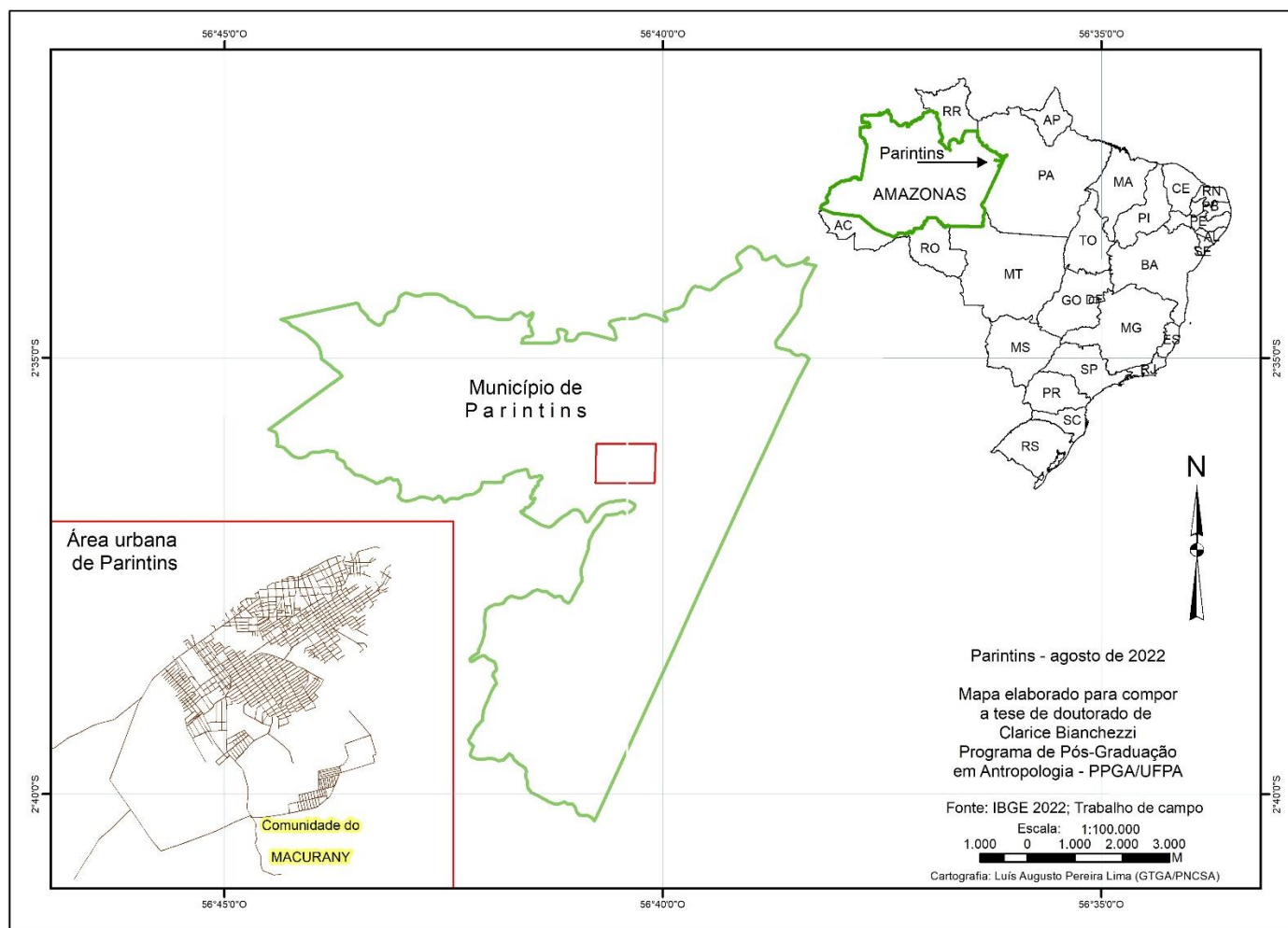
Ao acessar a estrada que dá acesso à localidade, pode-se avistar as casas dos moradores locais, a escola municipal Santa Luzia, a igreja católica e a estrutura de sustentação da caixa d'água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins – SAAE, que abastece de água potável uma porção significativa da comunidade. Posteriormente a essas primeiras edificações, na margem esquerda da estrada, encontram-se o Conjunto Habitacional Vila Cristina<sup>6</sup> e, na sequência, o Conjunto Habitacional Parintins, que, ainda que tenham nomes diferentes, foram construídos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida<sup>7</sup> e fazem parte do mesmo projeto habitacional planejado. Separados por setores designados por letras, o A e o B comportam o Conjunto Habitacional Vila Cristina, e o setor C, o Conjunto Habitacional Parintins (conf. Plano de Controle Ambiental, 2009; Laudo de vistoria arqueológica, 2011).

---

<sup>5</sup> A APA está inserida no Plano Diretor de Parintins, na seção Áreas de Interesse Público para Preservação e/ou Conservação, cujo art. 22, inciso II, alínea g indica que esses locais são importantes por “conservar os recursos hídricos, conservar as belezas cênicas, conservar os ecossistemas de várzea e terra-firme. Proporcionar oportunidades de recreação em contato com a natureza. Proporcionar oportunidades de Educação Ambiental, assegurar a qualidade do ar e da água.” (Plano Diretor de Parintins, 2006.)

<sup>6</sup> Composto por 500 unidades habitacionais, em área de 300 mil m<sup>2</sup>, a obra iniciou-se em 27/12/2011 e foi concluída e entregue no ano de 2014.

<sup>7</sup> O Programa Minha Casa, Minha Vida, iniciativa do governo Lula, foi criado em março de 2009 para facilitar a aquisição da casa própria por famílias de baixa renda. A obra do Conjunto Residencial Parintins foi iniciada em 2012, pela NV Ind. e Construção Ltda, e ainda não foi concluída devido a um impasse entre a construtora e a Caixa Econômica Federal, já tendo sofrido invasão por parte dos beneficiários, que estão no local desde julho de 2019, organizada pela Associação de Moradores do Residencial Parintins (conf. Informações vinculadas nos jornais eletrônicos: <https://para.deamazonia.com.br/?q=278-conteudo-105087-690-familias-ocupam-residencial-em-parintins-e-cobram-caixa-economica>; <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/dpe-no-baixo-am-atua-para-prevenir-conflitos-em-ocupacao-de-residencial> ).



**Figura 01:** Mapa de localização Parintins-AM/Comunidade Macurany, 2022.



**Figura 02:** Mapa comunidade Macurany. Elaborado por Clarice Bianhezzi, 2021.

Odirley Souza da Silva, se tornou meu interlocutor na comunidade do Macurany, devido eu conhecer desde o primeiro contato que tive com a localidade, em 2015. Formado em ciências biológicas pela Universidade do Estado do Amazonas, tem uma relação de preocupação e militância ligada com as causas ambientais que envolvem o ambiente da comunidade e o lago que banha a mesma. Foi ele que me levou a conhecer toda a extensão da comunidade e as áreas onde se encontram os vestígios arqueológicos em longas caminhadas à beira do lago Parananema. Seus pais sempre residiram na localidade, o que lhe oportunizou nascer e crescer ali. Foi presidente da Associação de Moradores do Macurany - AMMA, estando a frente de inúmeras reivindicações coletivas.



**Figura 03:** Da esquerda para direita na imagem: Karliney Souza da Silva , Eduardo Goés Neves e Odirley Souza da Silva. Foto: Clarice Bianchezzi, 2016.

O primeiro entrevistado foi o senhor Antônio Pereira Filho, de 79 anos, que vive na localidade do Macurany desde criança, quando os pais foram morar no local. Foi também ali onde construiu sua família e criou quatorze filhos. Viúvo, mora com um dos filhos e próximos dos demais. Fala que gosta muito de morar no Macurany, que sente “saudades daqui da minha casa, sinto muitas saudades daqui” (Antônio Pereira Filho, Macurany, 2020) quando precisa ir e ficar em Manaus, onde faz tratamento de saúde.

Na tarde em que eu e Odirley chegamos, ele estava na frente de sua casa, sentado à sombra de árvores, conversando com alguns filhos, noras e netos. Recebeu-nos muito receptivamente e respondeu às questões que eu fazia de modo muito tranquilo e objetivo,

sem se alongar nas descrições. Quando Odirley lhe direcionava questões ele ampliava o detalhamento, mencionando nomes e lugares que eram de conhecimento de ambos, gerando uma conversa amistosa. Foi nessa oportunidade que entendi ser importante que Odirley participasse ativamente dos diálogos que estabelecíamos com os narradores. Incentivado por mim, tornou-se prática nas demais entrevistas.



**Figura 04:** Sr. Antônio Pereira Filho. Foto: Clarice Bianhezzi, 2020.

Dona Maria da Conceição Batista Pereira, de 65 anos, nasceu na localidade do Macurany e viveu até uns 18 anos na área da beira do lago Paranema, próximo da antiga Olaria do senhor José Esteves. Mais tarde mudou-se para as terras do senhor Eli Paraibano, um dos antigos fazendeiros e criador de gado da localidade, também na beira do lago, porque seu pai trabalhava como capataz dele. Ficaram nas terras do Sr. Eli até 2006, quando seu pai comprou um terreno vizinho ao que ela reside atualmente. Formou-

se no Magistério, na década de 1980, e atuou como professora em outras localidades do município de Parintins, além da escola do Macurany. Já aposentada, mora próximo de sua irmã Maria do Carmo e seu pai, Florisvaldo, idoso com quase 90 anos.

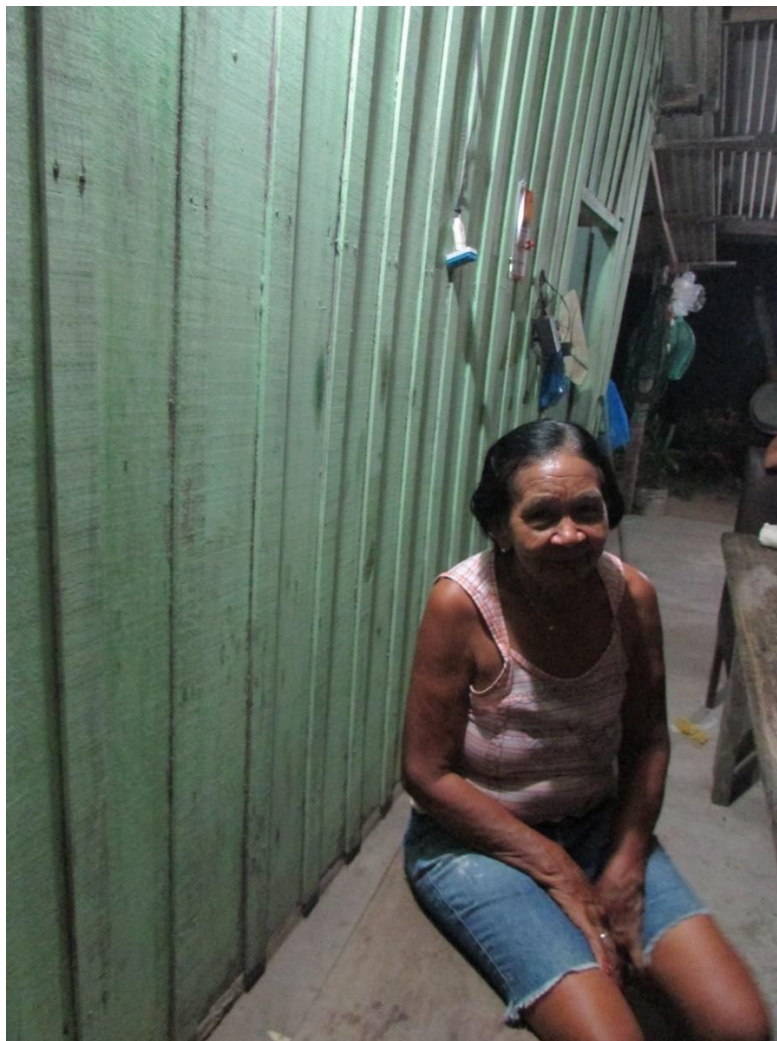


**Figura 05:** Dona Maria da Conceição Batista Pereira. Foto: Clarice Bianhezzi, 2020.

A Dona Maria do Carmo Batista Pereira, de 63 anos, nasceu na localidade do Macurany. Sua história de vida é muito semelhante, em parte, com a de Dona Maria da Conceição, por serem irmãs e morarem com os pais por muitos anos. Assim, também viveu até seus 18 anos na área da beira do lago Parananema. Morou por um tempo nas terras de outras pessoas, como ela afirma, até que seu pai comprou o terreno onde eles residem atualmente, mesmo local onde a entrevistei. Ela relembra que a mãe faleceu ainda quando moravam nas terras do Sr. Eli Paraibano. Trabalhou muito com o pai na coleta da



castanha e no plantio do pasto para o gado, quando moravam nas terras do Sr. Eli. Comenta que sempre plantavam árvores frutíferas nos locais em que moraram no passado, assim como hortas de culturas rápidas, como milho e macaxeira.



**Figura 06:** Dona Maria do Carmo Batista Pereira. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.

O senhor Douglas Márcio Silveira, de 47 anos, nasceu e viveu no Macurany. Filho de pai pescador, morou com os pais em lugar próximo da atual igreja católica. Passou a residir, após o casamento, no terreno herdado da família da esposa, onde mora até os dias de hoje. Cultiva árvores frutíferas para extrair a polpa para venda. Trabalhou como vigia da obra ao longo dos quatro anos da construção do Conjunto Habitacional Vila Cristina. Também ao longo da vida coletou castanha para venda. Relembra que, em sua infância e juventude, Macurany era um local de campos sem fim, fazendo comparação com a realidade atual, em que o lugar abriga vários loteamentos e residências.



**Figura 07:** Sr. Douglas Márcio Silveira. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.

Dona Évila da Silva Lima, 74 anos, nasceu na localidade do Macurany e morou deste então nessa localidade. Ressalta que seus pais e avós ali residiram a vida toda. Coletou castanha para venda e consumo da e com a família. Atuou como parteira por muitos anos na comunidade, atualmente não parteja mais. Cultiva ervas e plantas medicinais para uso próprio e familiar, também árvores frutíferas no quintal da casa, algumas plantas como macaxeira e batata-doce. Cria animais domésticos como galinhas, patos e tem algumas vacas para produção de leite. Mora no local com uma neta adolescente.



**Figura 08:** Dona Évila da Silva Lima. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.

O senhor Antônio Godinho, conhecido na comunidade como Sr. Preto, tem 73 anos. Aproximadamente vinte dias após eu tê-lo entrevistado, em janeiro de 2020, recebi com muito pesar a notícia de seu falecimento. Na ocasião em que estive com ele, recebeu-me de forma muito receptiva, alegre e brincalhona. Por ser um pescador de longa data, contou-me sobre sua rotina de pesca ao longo dos anos no lago Paranema e arredores, mostrando seus instrumentos de pesca guardados e que raramente eram usados pelos filhos. Falou que tanto os avós como os seus pais residiram no Macurany, assim como ele e seus filhos, que nasceram e foram criados nessa comunidade.



**Figura 09:** Sr Preto mostrando os instrumentos de pesca. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.

Dona Madalena, de 72 anos, nasceu na localidade do Macurany e residiu em dois locais distintos – com seus pais, do nascimento até o casamento; e após casar-se passou a residir onde a entrevistei -, ambos na borda do lago Parananema. Relata que coletou muita castanha auxiliando os pais. Claudia Barroso Pereira, filha de criação de dona Madalena, também viveu por muito tempo nesse local, onde me recebeu, e seus relatos estão relacionados às experiências e afetos ali vivenciados. Dirlei Farias Alves, esposo de Claudia, mora em um terreno na região do rio Andirá e visita com certa regularidade a sogra e o filho no Macurany. Vanderlei Pereira Alves, filho de Claudia e Dirlei, neto de Dona Madalena, mora com ela, faz faculdade na Universidade Federal do Amazonas-UFAM e estabeleceu relações e afetos com o local devido ao tempo em que reside com a avó.



**Figura 10:** Dona Madalena da Silva Belchior (ao centro). Da esquerda para direita na foto Vanderlei Pereira Alves (neto), Dirlei Farias Alves (genro) e Claudia Barroso Pereira (filha). Foto: Clarice Bianhezzi, 2020.

O Sr. Sidney da Silva Souza, conhecido por Sr. Ney, de 58 anos, mora no terreno herdado da família, onde seus pais criavam gado no passado. Ele relata que, durante sua adolescência, muitas vezes acompanhou seu pai para prender o gado nessa área, onde a família mantinha um caseiro, já que morava na área urbana de Parintins, a aproximadamente 8 km de distância. Já adulto, apesar de ir por muito tempo ao local, só fixou residência nele em 2015, junto com sua esposa. A implementação do Programa Luz para Todos, levando luz elétrica à localidade, foi a motivadora de sua decisão.



**Figura 11:** Sr. Sidney da Silva Souza (Ney) e Dona Irenize Vieira Cardoso.  
Foto: Clarice Bianhezzi, 2020.

Dona Irenize Vieira Cardoso, de 44 anos, esposa do Sr. Ney, mora há cinco anos nessa localidade. Destaca que já frequentava o local, que era propriedade da família do esposo, antes de fixarem residência à beira do lago Parananema. Gosta de morar e plantar no local farto em Terra Preta de Índio. Fala com muito entusiasmo e brilho nos olhos sobre a relação que estabelece no local com o cultivo de distintas plantas.



**Figura 12:** Flores e cacos cerâmicos arqueológicos. Foto: Clarice Bianchezzi, 2020.

No quintal ajardinado de Irenize, o entremeio das flores com os cacos arqueológicos (figura 12) é uma constante, pois há uma variedade de flores e fragmentos de vasilhames cerâmicos arqueológicos. Em cada canteiro ali disposto é possível identificar cacos cerâmicos, terra preta e flores.

Elionete de Oliveira Esteves, de 35 anos, mora no bairro São Vicente de Paula, área urbana do município de Parintins. Sua relação com a comunidade do Macurany ocorreu ao conhecer o esposo, Wenderson Evangelista de Souza (sobrinho de Sr. Ney e Dona Irenize Vieira Cardoso), quando começou a frequentar o terreno do sogro, área localizada sobre o sítio arqueológico. Ao encontrar as peças na superfície do solo, ela recolhe e as guarda em baldes, formando o que é hoje a única coleção doméstica, de que tenho conhecimento, oriunda desse sítio.



**Figura 13:** Srª Elionete de Oliveira Esteves juntos do material arqueológico. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.

A entrevista com Elionete ocorreu durante e como parte das atividades do projeto *Divulgação arqueológica em tempos de pandemia, coleções de Parintins-AM e suas histórias*, ao qual dedico um espaço no capítulo 4 para sua apresentação e detalhamento.

### **1.1 Transformações (na e da paisagem) na comunidade Macurany**

A paisagem em Macurany apresenta marcas das transformações sofridas ao longo do tempo causadas pela ação humana através de interação e do manejo da vegetação e do solo. Tenho compreendido a paisagem, neste trabalho, a partir da Ecologia Histórica (Baleé, 2017), que volta sua atenção para a interação humano-ambiente e percebe a paisagem como “um lugar de interação temporal que é tanto histórica e cultural como evolutiva *per se*, sobre a qual eventos passados têm sido inscritos, por vezes, sutilmente, sobre a terra” (Baleé, 2017p. 183). Tal ideia reforça a compreensão da Arqueologia da Paisagem de que significados e identidades sociais (Strauss, 2022) são impressos nos lugares, formando paisagens carregadas de significantes pelos grupos humanos que ali interagem (interagiram) ao longo do tempo, ou seja, “lugares com significados” (Acha, 2018, p.85), formando territórios socialmente construídos (Zedeño, 1997).



Almiro Lima da Silva (2013)<sup>8</sup>, em pesquisa desenvolvida entre 2012 e 2013, registrou narrativas de moradores que indicavam a existência de uma cobertura vegetal bem ampla, de castanheiras, o que proporcionava a prática de coleta de frutos para venda e consumo próprio por várias famílias da localidade. Nesse trabalho ele analisa também o impacto ambiental e social que a obra do Conjunto Habitacional Vila Cristina causou na localidade com a derrubada dos exemplares de castanheiras e com o aterramento de nascentes. Da mesma forma, chama a atenção para o fato de que o empreendimento foi instalado em área rural - Área de Proteção Ambiental - e indica que os moradores não foram ouvidos previamente sobre a implementação e construção do conjunto habitacional (Silva, 2013).

Na minha pesquisa de campo, em 2020, a presença desse conjunto habitacional na paisagem de Macurany é narrada como desconforto e incômodo, mencionando o impacto causado ao meio ambiente. Vanderlei Pereira Alves, 19 anos, neto de D. Madalena, comenta:

Eu ainda cheguei a ver o Vila Cristina quando era apenas uma cabeceira, né, uma cabeceira. E tinha água, tinha castanheira, tinha peixe, tinha tudo. (...) Eu não morava aqui. Eu morava no Parananema com a mamãe e com o papai e a gente vinha pra cá de vez em quando. Eu me lembro de ser ainda tudo arborizado com castanheiras. A gente sempre achava cobra, preguiça, os animais aí pelo caminho e hoje é raro de ver e são lembranças que fica aí (Vanderlei, Macurany, 2020).

Quando conversei com D. Maria da Conceição, que tem sua residência bem próxima ao conjunto habitacional, questionei se percebia as mudanças que a localidade sofreu ao longo do tempo em que ela ali reside, me respondeu de forma categórica:

Eu acho, assim, que a mudança mesmo veio depois que fizeram esse conjunto [habitacional Vila Cristina] e veio outros moradores, né. (...) Tinha bastante mata, era muito bonito. As castanheiras... Acabaram com as castanheiras. Mudou muita coisa mesmo, teve muita gente que sofreu com isso, né, que muita gente vivia da coleta [de castanha do Pará]. Acabando, né (D. Maria da Conceição, Macurany, 2020).

Ambos os relatos se referem à transformação do ambiente com a edificação na paisagem local de inúmeras residências. D. Maria chega a indicar a chegada de outras pessoas à localidade, mas descreve de forma mais detalhada o que considera uma grande mudança capaz de prejudicar pessoas que se beneficiavam da coleta da castanha.

---

<sup>8</sup> O Sr. Almiro é nascido e criado nessa comunidade, assim como seus avós e pais. Sua pesquisa de iniciação científica (2013) e posteriormente de mestrado (2018) buscou falar da relação dos moradores da comunidade com as transformações históricas sociais ali ocorridas, de acordo com as narrativas por ele registradas.

O breve estudo de Tattiany Kelen Ferreira Pacheco de Souza e José Camilo Ramos de Souza (2016) indica essa relação dos residentes com a mata de castanheiras ali localizada:

Os moradores constituíram forte relação com as castanheiras que faziam parte da vida cotidiana deles e, por isso, essa coexistência acabou por se tornar parte da vivência local, e da cidade de Parintins. Com a derrubada das castanheiras, foi quebrada a relação ecológica sistêmica que podemos considerar como a dispersão, desaparecimento e migração de alguns dos animais e insetos que tinham relação direta com este bioma, consideramos o homem inserido neste meio, pois, direta ou indiretamente também dependia das castanheiras (Souza, Souza, 2016, p.46).

Os autores chamam a atenção para o impacto que a retirada dessas árvores causou no âmbito ambiental, financeiro e afetivo. Hoje, a reduzida concentração de castanheiras é testemunha que resiste à urbanização da área.

Há outros loteamentos que foram efetuados, até anteriores à construção do conjunto habitacional, porém esses lotes foram adquiridos por pessoas que usam o espaço como chácaras para descanso nos finais de semana. Essa circunstância intensifica o trânsito de veículos nesses dias, mas não chega a causar grandes transformações no ambiente, como se pode observar (figura 14) no caso do Conjunto Habitacional Vila Cristina (Silva, 2013).

A localidade ainda mantém muito das características das comunidades rurais da Amazônia, como residências mais distantes entre si, relações de parentesco e amizade bem consolidadas entre os residentes mais antigos e seus descendentes, a proximidade entre o prédio da escola municipal e da igreja católica e o vínculo entre as pessoas através de atividades religiosas. A igreja católica local agrega a comunidade em torno das celebrações religiosas aos finais de semana e demais ritos, como a festa da padroeira Santa Luzia, no início do mês de dezembro.

Nem todos os residentes da localidade de Macurany são católicos, existem outras práticas religiosas na localidade, mesmo que não tenham sido mencionadas pelos entrevistados, algumas pesquisas no campo das religiões indicam a presença de praticantes do Santo Daime, por exemplo (Figueiredo, 2017; Cruz, 2021).



**Figura 14:** Mapa área da pesquisa de campo. Elaborada por Clarice Bianchezzi, 2020.

## 1.2 Aproximação do tema e da comunidade<sup>9</sup> rural Macurany

Nascida e criada na região sul do Brasil, em uma pequena propriedade rural com prática da agricultura familiar, na pequena cidade de Galvão, no interior do estado de Santa Catarina, no ano 2000 busquei formação acadêmica na capital do estado, Florianópolis. Trabalhando durante o dia e estudando à noite, conclui a graduação em História, na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, em 2005. No ano de 2007 ingressei no mestrado em Educação, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, concluindo o curso em 2009.

Em 2012, motivei-me a prestar o concurso, na Universidade do Estado do Amazonas – UEA, para uma das oito vagas<sup>10</sup> para docente no curso de licenciatura em História. Uma vez aprovada em terceiro lugar, escolhi a lotação no curso em Parintins, e assim cheguei nessa cidade nos últimos dias de fevereiro de 2013, para me apresentar no Centro de Estudos Superiores de Parintins - CESP e dar início às minhas atividades docentes. Nos primeiros anos de estada nesse local, fui aos poucos (e ainda hoje!) explorando essa região amazônica, praticamente desconhecida para mim, onde encontrei muitas práticas e lembranças da realidade interiorana que vivi, claro que com características bem distintas, como as particularidades culturais e climáticas.

Em junho de 2015, um sábado, fui, pela primeira vez, à comunidade conhecida como Macurany, encontrar a residente e aluna do curso de História, do campus Parintins da UEA, Karliney Souza da Silva, para juntas averiguarmos a viabilidade de desenvolvermos o seu trabalho de conclusão de curso sobre o ensino de História em espaços não formais de aprendizados (Silva, 2016). O espaço em questão era um possível sítio arqueológico que apresentava resquícios cerâmicos, segundo informações mencionadas por ela.

Na residência de Karliney, na entrada da localidade, encontrei-a com seu irmão, Odirley Souza da Silva, e o Sr. Almiro Lima da Silva, à época presidente da Associação de Moradores da Comunidade do Macurany-AMMA. Todos estavam muito interessados pelo lugar que diziam apresentar vestígios de caráter arqueológico.

---

<sup>9</sup> Usarei o termo comunidade para designar a localidade rural, por ser categoria usada e reconhecida pelas pessoas ali residentes. Tenho clareza que o conceito de comunidade é algo mais amplo e complexo dentro das distintas áreas de conhecimento científico.

<sup>10</sup> Dessas, quatro vagas eram para o campus de Parintins-AM e quatro eram para o campus em Tefé-AM, sendo que a ordem de classificação daria direito ao candidato de escolher em qual unidade assumir a vaga.

Chegando ao local, que se tratava de um terreno particular, verificamos a abertura de uma estrada com acesso ao lago Parananema (figura 15), de aproximadamente trezentos metros, o que deixava à mostra a Terra Preta de Índio, cacos cerâmicos em número expressivo e dois vasilhames grandes, fragmentados e semienterrados, possíveis urnas funerárias, que, observando, em relação ao barranco da estrada aberta, estariam enterrados entre 30 e 50 cm abaixo da superfície,<sup>11</sup> conforme se observa nas figuras 16 e 17.

Até aquele momento eu nunca havia tido a oportunidade de estar em um sítio arqueológico, apesar de ter estudado, durante minha formação na graduação em História, alguns textos sobre a presença indígena em Santa Catarina. Contudo, os vestígios materiais que ali se apresentavam eram evidências de um local de ocupação de povos pré-coloniais. Era visível também o impacto de destruição causado pela abertura da estrada de acesso ao lago, utilizada para tráfego de caminhões-caçambas que transportavam argila e areia até uma balsa de pequeno porte que se deslocaria pelo lago até a empresa que estava extraindo o material.

A partir dessa constatação, procurei dialogar com um professor de geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA, natural de Parintins e conhecedor da região há mais tempo. Juntos, compreendemos que era necessário efetuar uma denúncia de destruição de sítio arqueológico ao Ministério Público e, via e-mail, encaminhamos a mesma denúncia à superintendência Amazonas do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN –, com sede em Manaus. A ação resultou na vistoria do local por parte do IPHAN e na abertura do processo de registro do sítio arqueológico<sup>12</sup> protegido como bem da União, conforme dispõe a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961.

---

<sup>11</sup> Toda a observação foi feita sem intervenção no solo, uma vez que não éramos profissionais arqueólogos e não possuíamos portaria de autorização para escavação, conforme prevê a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961. O objetivo ali era identificar se o local tinha vestígios de cultura material que indicasse ser sítio arqueológico, para pensar atividades de ensino de História nesse possível espaço não formal de aprendizagem.

<sup>12</sup> Processo IPHAN n° 01490.000902/2015-29, em agosto de 2015.



**Figura 15:** Estrada com acesso do terreno ao lago Paranema. Foto: Bianchezzi, 2015.



**Figura 16:** Fragmentos dispersos e semienterrados de possível urna funerária. Foto: Bianchezzi, 2015.



**Figura 17:** Vasilhame – possível urna funerária -, fragmentos e contorno enterrado. Foto: Bianchezzi, 2015.

A partir de então, passei a orientar Karliney no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC - em História, destacando a relevância do local como sítio arqueológico e suas potencialidades para o ensino de História da Amazônia (Silva, 2016), apresentando a defesa no ano de 2016. É importante ressaltar que esse foi o primeiro trabalho de pesquisa que mencionou o local como sítio arqueológico.

Sendo assim, meu contato com o local foi constante, onde efetuei muitas caminhadas, junto com Karliney e Odirley, às margens do lago, nos períodos de vazante, conhecendo as características do sítio arqueológico, bem como a paisagem e a extensão da área com presença de material arqueológico. Isso me deu a oportunidade de ter contato e estabelecer diálogo com outros residentes da localidade, perceber a riqueza e as transformações na paisagem, as relações que os moradores têm com o local, com a terra e com o espaço no todo.

Em diálogo com profissionais da arqueologia, fui incentivada a fazer o doutorado na área, buscando colaborar e compreender melhor essa relação entre o patrimônio arqueológico e os coletivos humanos na Amazônia. As leituras me fizeram perceber, inicialmente, a necessidade de superar a ideia de preservar tudo, algo que me parecia ser a única forma de trabalhar com o patrimônio arqueológico. Da mesma forma, ampliaram meu olhar para o modo como as pessoas que residem próximas ou mesmo sobre os sítios arqueológicos na Amazônia estabelecem relações e compreensões diversas e importantes com os vestígios e as paisagens arqueológicas.

Nos contatos que se seguiram com as pessoas nessa localidade, entre os anos de 2015 e 2019, os diálogos ora passavam pela confiança ora pela desconfiança de que poderiam ser prejudicados com essa novidade de que parte da localidade abriga um sítio arqueológico. Havia dúvidas que rondavam o âmbito do receio de suposta perda da terra onde residem, por se tratar de local arqueológico, principalmente das famílias que estão fixadas sobre a maior concentração de TPI, onde também há maior concentração de cacos de cerâmica arqueológica. Esse temor começou a ser disseminado de modo mais acentuado por parte dos proprietários do terreno que teve denúncia formalizada por destruição do sítio, no IPHAN, em 2015, como já mencionado. Isso porque, após a vistoria pelo arqueólogo do IPHAN, a retirada de argila foi embargada e os proprietários do terreno respondem a processo no Ministério Público Federal, o que ocasionou a suspensão de qualquer atividade na área.

Se o fato de comunicar aos órgãos oficiais sobre a destruição do sítio arqueológico foi a medida adequada, de acordo com a Lei 3.924/61, por outro lado ela gerou desconforto e mal-estar em vários momentos, para mim e para as lideranças da associação de moradores. A expectativa era de diálogos informativos sobre o conteúdo arqueológico do local, desenvolvimento de pesquisas que fornecessem informações sobre a relação dos

vestígios com a ocupação de grupos humanos no passado e sobre qual etnia indígena teria ali morado e produzido aquelas cerâmicas que apareciam afloradas no solo.

Muitas vezes as lideranças da associação perguntavam-me se alguma coisa de fato daria essas respostas, pois pouco ou quase nada se sabia do andamento do processo. O que era visível é que haviam parado de retirar a argila. Em uma ocasião em que estive na comunidade ouvi relatos de que os donos do terreno comentavam que não podiam mais usá-lo porque pessoas da universidade (UEA) haviam informado à Justiça Federal que esse local era sítio arqueológico. Então, as falas atribuíam o embargo do local a isso e não ao fato notório e visível da destruição de bens arqueológicos.

Assim, em alguns diálogos com os moradores do entorno dessa área embargada, percebia-se que o temor aflorava nas conversas quando afirmavam que não poderiam “fazer mais nada”, como, por exemplo, desenvolver a agricultura de subsistência em seus terrenos, porque temiam o embargo, como ocorrido no terreno ao lado. Essas narrativas propagadas indicavam que o fato de ser sítio arqueológico era o impeditivo de uso para subsistência, destoando da questão que envolvia o terreno embargado, onde houve grande impacto de destruição devido à utilização de máquinas de tração e remoção de terra.

Nos últimos quatro anos, muitas vezes me perguntei se ter feito a denúncia de destruição do sítio arqueológico foi a melhor atitude, considerando o impacto sobre a vida cotidiana das pessoas ali residentes. Porém, neste último ano a resposta veio por força de circunstâncias que envolvem a Linha de Transmissão 230kV Oriximiná-Juruti-Parintins e Subestações Associadas. A identificação da existência do sítio arqueológico implicou o desvio do projeto original da rede de transmissão e o salvamento arqueológico na área de faixa de TPI, às margens do lago Parananema<sup>13</sup>. Por outro lado, as pesquisas em arqueologia tornaram-se meu objetivo de trabalho e de formação continuada. Após isso, orientei seis trabalhos de conclusão de curso na graduação em História (Silva, 2016; Azedo, 2017; Cativo, 2017; Machado, 2018; Souza, 2018; Batalha, 2019) e passei a incluir a discussão nas disciplinas que ministrei, mesmo que não seja tema específico.

---

<sup>13</sup> Ambientare Soluções Ambientais Ltda. Relatório de Impacto Ambiental - LT 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e Subestações Associadas, julho 2015; Parecer Técnico nº 1080/2021/ATEC-CNA/CNA/DEPAM do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 28 de maio de 2021; Diálogo informal com a arqueóloga Lília Benevides Guedes, da empresa Matis arqueologia, responsável pelo salvamento arqueológico, em 03/06/2021, na ocasião do resgate de material no sítio Macurany.



Na localidade de Macurany o tema ainda não é algo tão recorrente, falta um trabalho mais amplo de educação patrimonial e de divulgação das pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região de Parintins. Sei de algumas famílias que moram sobre o sítio arqueológico e têm isso mais presente, como me relata um dos meus orientandos, formado no curso de História da UEA, hoje mestrando do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, que tem vínculo de amizade de longa data com esse núcleo familiar. Então, percebo que o tema das pesquisas arqueológicas estão mais presentes nos diálogos com essas pessoas.

Porém, de modo mais amplo, ainda é um tema nebuloso na localidade. Nas entrevistas que conduzi ainda aparecem relatos que indicam uma ânsia por mais informações sobre o material arqueológico presente nas margens do lago, indicando que isso deveria ser tema na escola da comunidade, por exemplo. Para o senhor Douglas, quando perguntei se esse tema da presença de sítio arqueológico ali era debatido na escola, ele disse que não, que “só mesmo nessas pesquisas de campo que a universidade vem e sempre abrange a nossa comunidade.” (Sr. Douglas, Macurany, 2020).

Os principais desafios para a localidade vão desde um projeto contínuo de educação patrimonial ao desenvolvimento de política pública municipal voltada ao seu patrimônio arqueológico e ao de tantos outros locais do município. A situação criada com essa denúncia não teve um amplo impacto na sociedade de Parintins, mas redirecionou a minha atuação como professora e pesquisadora na instituição a que estou vinculada, oportunizando o debate e a elaboração de estudos sobre o tema em outras localidades do município (área urbana e rural) e região (municípios do entorno).

No ano de 2020, ao intensificar as visitas à localidade e em conversas com as pessoas que residem há mais tempo sobre a área de concentração de vestígios arqueológicos, percebi que muitas não mencionaram a perda da propriedade da terra ou algo semelhante, quando se falava da presença de material arqueológico no local.

Já se passaram cinco anos desde o embargo do terreno que houve a destruição de parte do sítio arqueológico, e tive a impressão de que o tempo também dissipou o temor de perda de propriedade, mesmo que o local ainda esteja em processo e que tenha sido embargada qualquer atividade nele. Contudo, ouvi de uma das entrevistadas que

É lá do pessoal do seu Eli, a de terra preta. Só que eles venderam aquela parte (...), eles foram mexer né e cavaram e acharam muita coisa dentro. (...) pois é aquela parte ali ficou, ninguém pode mexer. Tem uma parte lá que tem ouro, no dia que tu mexer ela espoca então ela acaba com tudo o que tá ao redor. (...)

não pode mexer ali porque os índios moravam lá (Dona Évila, Macurany, 2020).

Parece que o ocorrido em si e o temor não foram de todo dissipados, a explicação de D. Évila para o abandono das atividades neste terreno estaria relacionada com as possíveis consequências por mexer em “coisas de índio”, reforçando a importância de compreender melhor como as pessoas se relacionam com os vestígios arqueológicos ali presentes.

É importante destacar o que é definido em termos legais por monumentos e sítios arqueológicos. O artigo 2º da Lei nº 3.924, de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, apresenta a descrição do que se compreende ser esses locais:

Art. 2º: Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.
- b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios (Lei nº 3.924/1961).

A Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019, que estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, em seu art. 2º, define que “sítio arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica”. Além de reforçar a definição para esses locais, essa Portaria, no art. 13, destaca que “é garantida a proteção de todos os sítios arqueológicos, ainda que não identificados.”, com isso indicando que mesmo os locais que não são registrados como sítios arqueológicos no Brasil têm garantia de proteção quando se toma conhecimento por alguma pessoa de sua existência. Relembrando que o capítulo IV da Lei nº 3.924/1961, que trata das descobertas casuais, prevê, em seu art. 18,

que “a descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, artístico ou numismático deverá ser imediatamente comunicado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido” (BRASIL, 1961).

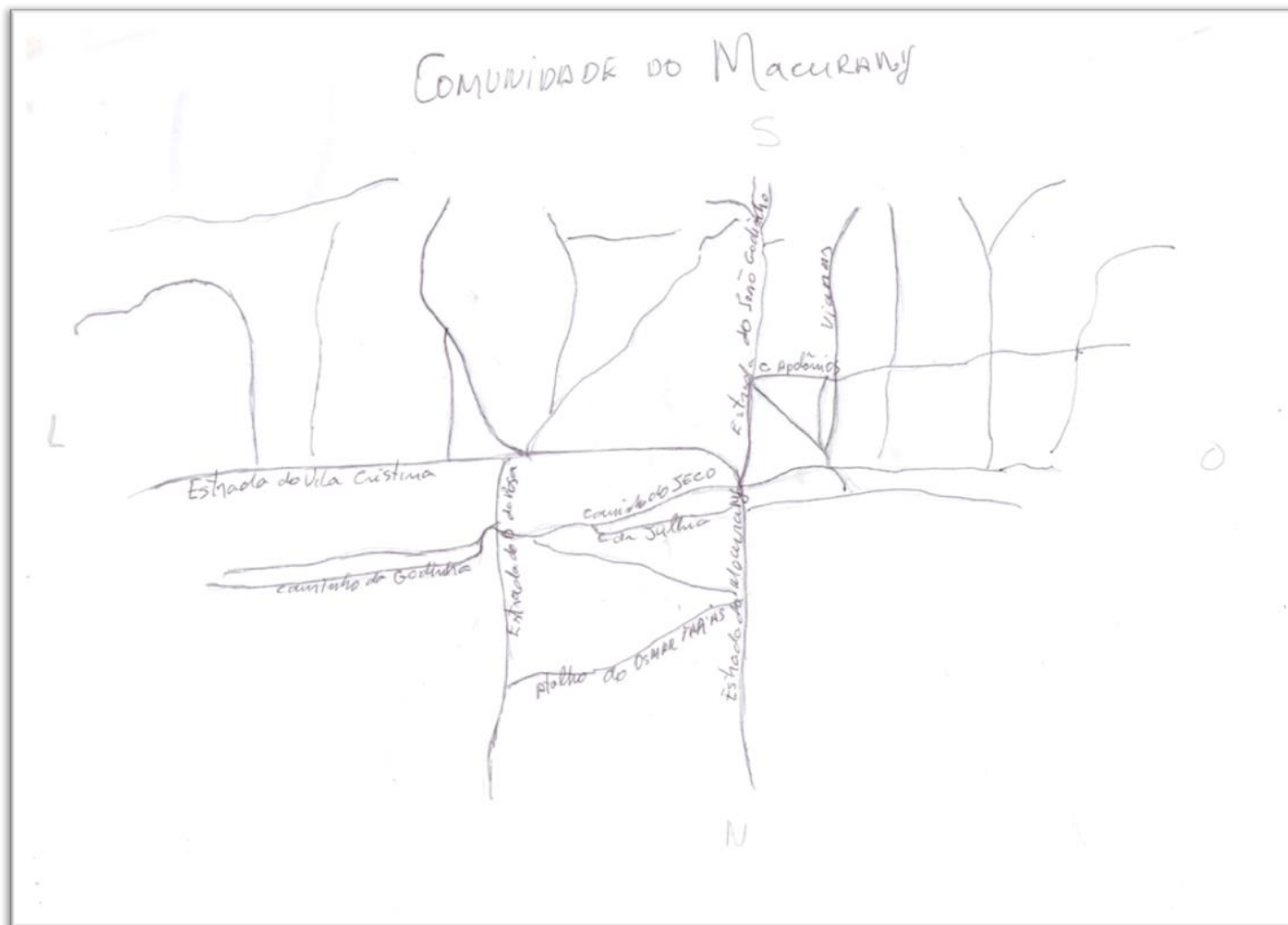
Portanto, é seguindo esses aspectos legais que tenho entendido e tratado a identificação dos locais com vestígios de ocupação humana pré-colonial e histórica na comunidade do Macurany.

### **1.3 Os caminhos e descaminhos em campo**

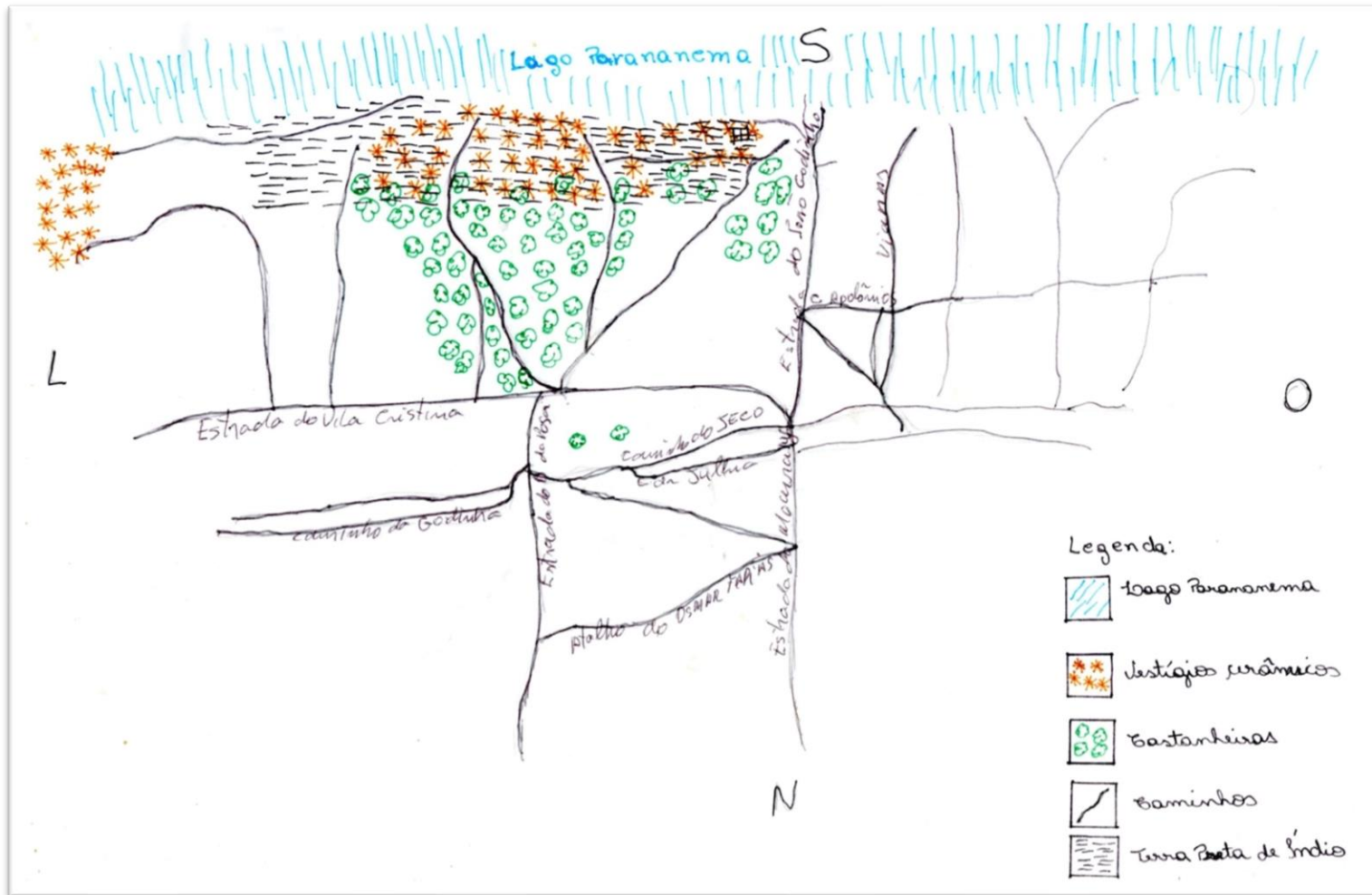
Ao planejar a ida para o campo, eu não tinha muita clareza de como ia abordar o assunto e por onde começar. Minha relação com Macurany sempre passou pelo diálogo, de longa data, com Odirley, pessoa que, desde a primeira vez em que estive na localidade, tem me acompanhado nas áreas que concentram vestígios arqueológicos, nas visitas aos moradores e nas caminhadas à beira do lago. Ele conhece cada lugar, na atualidade e pelo relato dos mais velhos (conf. mapa da figura 18), e as pessoas o conhecem e o recebem muito bem em suas residências, pois seus pais residiram na localidade e ele nasceu e cresceu ali, tendo sido, por muito tempo, presidente da Associação de Moradores do Macurany - AMMA, sempre à frente de muitas reivindicações coletivas.

Fiz contato com ele, indicando que precisava fazer a pesquisa de campo para o doutorado. Definimos a semana que faríamos isso e combinamos o dia e o horário que nos encontraríamos. Iniciamos na tarde de 06 de janeiro de 2020. Cheguei em sua casa de carro e seguimos em sua moto para as entrevistas, fizemos isso por três dias seguidos.

Além de me acompanhar em cada entrevista, ele dialogava com os entrevistados, criando um ambiente muito harmônico entre as pessoas. A impressão que eu tinha é que ele fazia com que elas se sentissem mais à vontade para falar, contar e esclarecer dúvidas com alguém do lugar. Essa forma de ele agir surgiu espontaneamente na primeira das entrevistas, e, após sairmos da casa do interlocutor, ele me perguntou se isso não teria atrapalhado. Comentei com ele que, pelo contrário, tinha ajudado bastante, porque me pareceu que o entrevistado se sentiu mais à vontade para falar. Passei a incentivá-lo a perguntar nas demais entrevistas. Tomei isso como prática de pesquisa. Ao final da minha lista de questões, questionava se ele queria também perguntar algo aos entrevistados, e quero registrar aqui que sempre foi muito positivo por trazer questões e informações muito pertinentes para a pesquisa.



**Figura 18:** Mapa dos caminhos e acessos na comunidade Macurany a partir do relato dos moradores mais velhos. Elaborado por Odirley Souza da Silva, 2021.



**Figura 19:** Mapa da comunidade Macurany com informações inseridas por Clarice Bianhezzi. Elaborado por Odirley Souza da Silva.

Sempre dialogávamos após as entrevistas, momentos em que eu expunha as dúvidas sobre as localizações geográficas apontadas pelos moradores, e foi ele quem desenhou o mapa inicial dos locais que eu deveria visitar e indicou as pessoas a entrevistar. Sempre muito prestativo e preocupado se as pessoas que eu estava conversando e o que me falavam me traziam informações que me ajudariam, reafirmava todos os dias que a minha pesquisa era de interesse para a história da localidade. Flávio Silveira (2007), em sua pesquisa na região missioneira, destacou como a relação de proximidade/amizade foi importante a ponto de agregar questões ao seu trabalho, de esclarecer termos e temas e pelo ensinamento e orientação que seu informante passou a desempenhar. Isso é algo que considero semelhante na minha atuação em campo e nas inúmeras conversas com Odirley, uma relação colaborativa e dialógica que me ajudou muito a entender o que ouvia nos relatos que gravava.

Em muitos momentos perguntei-me se o que ocorria em campo não seria, também, uma copesquisa de Odirley. Isso me foi despertado a partir da leitura do caderno de campo e na transcrição das entrevistas, reportando-me a Joanne Rappaport (2018) na pesquisa colaborativa sobre a política étnica no departamento de Cauca, na Colômbia, com pesquisadores indígenas, antropólogos colombianos e acadêmicos norte-americanos, em que, a partir de palavras-chaves, cada pesquisador desenvolveu sua pesquisa buscando atender os interesses na coleta de dados. A autora destaca que os pesquisadores indígenas buscaram obter subsídios para suas lutas e militâncias de grupo, não necessariamente em forma de publicações acadêmicas, mas através de informações que lhes seriam de valor nas lutas coletivas (Rappaport, 2018). Não teria Odirley, como liderança nessa comunidade, buscado subsídios a serem agregados na luta e militâncias no Macurany? Em alguns diálogos, ele se valeu de gatilhos de memórias, mencionando lugares, fatos ocorridos, vivências compartilhadas - por ele e familiares, amigos e residentes - como forma de estimular as narrativas das pessoas que estávamos entrevistando. Será que os resultados esperados na coleta de dados não eram uma forma de também gerar subsídios para si próprio, não escritos, mas que poderiam auxiliar em debates com e na comunidade nas reivindicações coletivas?

Edna Alencar (2013; 2019), em seus estudos desenvolvidos em duas comunidades dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), fala do papel da agência humana criando sentidos na paisagem, referências do engajamento das pessoas com os diversos ambientes. A autora ainda destaca “o complexo exercício de situar na paisagem os eventos que fazem parte da história do grupo” (Alencar, 2013, p.12). Não estaria, então, Odirley, com essa ação de estimular as narrativas, atuando na perspectiva de manter viva a

memória e história impressa na paisagem do Macurany por seus antepassados? Talvez mais tempo em campo pudesse ter ajudado a responder a questão.

Após três dias desse campo, fiz todas as transcrições das entrevistas, precisava ouvir e analisar as informações a que estava tendo acesso. Oliveira (1996) aponta a importância de ouvir as explicações dos membros da comunidade investigada para entendimento antropológico. E como o exercício da escrita é feito “de fora do campo”, mas com os dados dele, essa escuta é fundamental para transformarmos os dados em conhecimento. Fui percebendo, à medida que ia fazendo quase que uma arqueologia das narrativas dos interlocutores, que isso ajudou a compreender e destacar as camadas de informações (figura 18), memórias e relações estabelecidas por esses coletivos com a materialidade cultural da localidade, a serem aprofundadas em outras entrevistas.

No segundo campo, Odirley tinha alguns compromissos pessoais e não pôde me acompanhar, contudo, Silvano Santos Souza, presidente da Associação de Moradores do Macurany – AMMA - e coordenador do Conselho Pastoral da igreja católica da comunidade, se disponibilizou a ir comigo. Fiz duas visitas que resultaram em diálogos coletivos com a família de dona Madalena e com o casal Ney e Irenize. Após isso, tive que interromper minha ida a campo por questões de segurança em virtude da covid-19, pois já tínhamos o indicativo de um caso em Parintins, que se revelou o primeiro a decorrer em óbito no estado do Amazonas e na região Norte<sup>14</sup>.

No primeiro campo, entre os dias 06 e 10 de janeiro, tive contato com pessoas que eu não conhecia. No segundo, nos dias 17 e 18 de março, eu já havia transcrito as conversas anteriores, já tinha mais conhecimento das relações sociais e históricas da localidade e estava menos nervosa e mais à vontade para fazer perguntas e interagir com as pessoas.

---

<sup>14</sup> Conforme notícia de Izabel Santos: “Amazonas tem a 1ª morte causada pelo coronavírus na região Norte”, disponível no <https://amazoniareal.com.br/amazonas-tem-a-1a-morte-causada-pelo-coronavirus-na-regiao-norte/>. Cabe destacar que o estado do Amazonas foi severamente atingido pelos efeitos da pandemia com 9.493 óbitos até o momento. Em Parintins 10.085 pessoas foram contaminadas. Fonte: <https://bigdata-covid19.iciet.fiocruz.br/>, acesso em 22 de novembro de 2021.



**Figura 20:** Caminho que compõe a paisagem. Foto: Bianchezzi, 2020.



**Figura 21:** Caminho por entre castanheiras e palmeiras. Foto: Bianchezzi, 2020.

No terceiro campo de 2020, um domingo pela manhã, o objetivo foi apenas coletar amostras de argila com Odirley e Prof. Adriano Márcio dos Santos para o estudo desse professor e membro do grupo de pesquisa do qual faço parte na UEA. Andamos em três pontos, às margens do lago Parananema, no Macurany, e com isso consegui conhecer um pouco mais da paisagem, identificar inúmeros caminhos (figura 20), castanheiras, marcas na paisagem e vestígios arqueológicos (figura 21) nos locais por onde passei.

#### **1.4 O meu caminhar e a construção de conhecimento**

Meu processo de formação acadêmica, a partir da entrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia-PPGA/UFGA e através das disciplinas cursadas, foi muito importante para ampliar conhecimento, rever compreensões e posturas pessoais.

Uma dessas inquietações foi atentar e levar em conta que na contemporaneidade a arqueologia tem se ocupado em “abordar os múltiplos significados do passado que os descendentes de sociedades dão a herança material” (Castañeda, 2008, p.25) e que a etnografia teria contribuído, agregando “reivindicações de propriedade, direito de uso e do passado”



(Castañeda, 2008, p. 25. tradução da autora). Isso me fez repensar a ideia de preservar a todo custo um sítio arqueológico quando inúmeras significações e usos são estabelecidos no presente em relação à materialidade ali existente, e o quanto a pesquisa etnográfica contribuiria para compreender a relação dos coletivos humanos com essa materialidade arqueológica na Amazônia.

Nesse sentido, Castañeda destaca que a etnografia, dentro de um projeto de pesquisa arqueológica,

(...) torna-se um meio e um modo de envolver e interagir com: **a)** os interessados no patrimônio; **b)** significados públicos e populares diversos e muitas vezes conflituosos; **c)** os múltiplos pedidos de propriedade e direito de uso do patrimônio arqueológico (Castañeda, 2008, p.40).

Com isso, o autor chama a atenção para o ganho qualitativo do uso da etnografia na pesquisa arqueológica, produzindo conhecimento relacionado ao contexto em questão e dando base para que se compreenda de forma mais ampla o espaço em que estamos interagindo. Dessa forma, abre-se para a interação com os públicos distintos, que são envolvidos direta e indiretamente, além de agregar significados e compreensões distintas ao e do patrimônio, o que pode contribuir para leituras socialmente éticas, responsáveis e amplas dentro de pesquisas e projetos arqueológicos.

Isso me fez olhar mais atentamente o campo da pesquisa e questionar quem seriam os maiores interessados no patrimônio ali existente: os moradores ou os pesquisadores? Fazendo uma observação rápida, o que se via era uma relação harmoniosa dos ribeirinhos com a variedade de artefatos arqueológicos presentes na beira do lago, fossem os cacos cerâmicos, percebidos como indícios de pessoas que moraram ali antigamente e se desfizeram desses objetos quebrados, ou a TPI, compreendida como parte da natureza, uma característica do ambiente local. Essa faixa de TPI que compõe a margem do lago é usada de forma intensiva para o cultivo de produtos agrícolas e me fez perceber que as apropriações que são feitas do arqueológico nesse local são elementos fundamentais que regem a vida cotidiana.

A presença de pesquisadores no local, ou de visitas de campo de alunos da universidade sob o argumento de ver um sítio arqueológico, gerou, inicialmente, a preocupação: o que significava aquele lugar ter material arqueológico? Muito mais do que interesse em saber o que poderíamos aprender com o estudo desses inúmeros fragmentos cerâmicos, também havia as pessoas que não moram na margem do lago, sobre a TPI e cacos cerâmicos, mas que se moviam por querer saber quem seriam esses indígenas que moravam ali no passado.

Isso me levou a questionar minhas próprias afirmações, antes deste estudo de doutoramento, de que os coletivos humanos que estão fixados em cima de sítios arqueológicos desconheciam esses patrimônios e não davam o devido valor aos vestígios arqueológicos. Quero, brevemente, problematizar essa afirmação, considerando o que afirma Machado (2014), quando, em suas pesquisas, percebeu que havia, pelos grupos contemporâneos por ela estudados, “preferência por lugares previamente antropizados para construção de casas (...) sendo um atrativo para a escolha dos locais de ocupação (Machado, 2014, p. 299)”, apontando que a escolha por lugares antropizados ocorria por apresentarem uma paisagem rica em condições para desenvolver a agricultura e a coleta de frutos, com nascentes de água e locais com grande oferta de peixes.

Partindo dessa ideia, questiono: os elementos apontados não deveriam ser considerados como relevantes evidências de valorização, conhecimento e consideração desses ambientes amazônicos como patrimônios de extrema importância em sua vida? Não seriam apropriações feitas, compreendidas e lidas como inerentes, relacionadas a espaços e condições relevantes para a subsistência necessária para sua vida? Não teriam uma elevada valoração tanto quanto o atribuído pelo científico/Estado para a categorização de patrimônio cultural?

No exposto destaco o quanto, como pesquisadora, fui levada a repensar minha prática e percepção sobre esse ambiente, os coletivos humanos que com ele se relacionam, o fazer arqueológico como espaço e as relações no presente, apontando para a necessidade de uma arqueologia coletiva e transdisciplinar, com espaço para a flexibilidade em relação ao contexto, a prática social, a discussão sobre o patrimônio e a sociopolítica da arqueologia (Hamilakis; Anagnostopoulos, 2009).

As leituras oportunizadas ao longo das disciplinas que cursei e as discussões em sala de aula, e também em eventos da área, foram importantes para compreender a interrelação dos sujeitos com o espaço e os contextos em que vivem, de modo a ter leituras e compreensões significativas sobre esse lugar *locus* de vida. Assim, ao fazer a abordagem arqueológica e etnográfica, foi importante considerar e constatar a compreensão de que eles estão nos escrevendo enquanto os escrevemos (Meskell, 2005), pois não consigo mais perceber o Macurany e os coletivos humanos a ele relacionados do mesmo modo que os via antes desse trabalho de campo em 2020.

A partir das idas a campo, nas produções reflexivas que a escrita deste texto me proporciona, percebo o quanto a relação com esses coletivos humanos em Macurany me influenciaram, me inquietaram e fizeram com que eu reavaliasse minha prática como

pesquisadora e professora universitária, pois à medida que escrevo sobre eles também sou escrita por eles. Vejo-me trilhando um caminho apontado por Oliveira (1996) e Eckert e Rocha (2008) em que o ato de refletir sobre a experiência do outro torna-se um momento de refletir sobre o eu pesquisadora, um redescobrir-se nesse processo de reolhar, refletir e escrever sobre o observado no outro.

Não consigo mais perceber os relatos que ouvi e os contatos que tive do mesmo modo, em que sempre me colocava como a mais interessada nos vestígios arqueológicos. Percebi que esses coletivos têm interesses tão relevantes quanto os meus como pesquisadora, mas isso só foi possível pelos diálogos que fui estabelecendo e pelas leituras que me deram esses subsídios e compreensão, indicando possibilidades e necessidade de produção de conhecimento de forma coletiva e colaborativa.

Partindo dessa experiência em campo e no campo de pesquisa, ressalto a importância de adotar alguns elementos da etnografia para estabelecer a interação, a imersão no campo para entender melhor as percepções desses indivíduos que vivem sobre e em estreita relação com o sítio arqueológico Macurany e que experienciam o lugar transformando-o em paisagem significativa, de cultivo da terra, de espaço de lazer, de moradia, de histórias de vidas, de afetos e caminhos. Lugar repleto de sentimentos, sentidos que se estabelecem devido à longa e lenta experiência de convívio no espaço e com as pessoas que formam vínculos familiares, de amizade, de convivência, de vizinhança, de religiosidade, de festividades, de colaboração e partilha social.

No meu caso, não foi possível fazer uma etnografia plena por conta da pandemia de covid-19, que surgiu bem no início das atividades de campo. Alternativas possíveis com apoio aos meios virtuais também ficaram inviabilizadas porque na comunidade poucos locais têm sinal de celular e/ou internet e, quando há, ele ainda é bastante instável, o que dificulta qualquer diálogo mais demorado.

Recordo-me do que afirma Pyburn (2011), de que devemos começar o trabalho arqueológico com a pesquisa etnográfica como uma maneira de respeito e atenção ao coletivo que está envolvido e afetado pelo projeto, o que pode fornecer subsídios para que façamos uma efetiva pesquisa e construção do conhecimento de forma coletiva, respeitosa e responsável.

Minhas idas a campo foram sempre acompanhadas por uma das lideranças da comunidade, isso foi importante na acolhida que eu recebia, no modo como as pessoas conversavam comigo e com Odirley ou Silvano, que seguiam me acompanhando. Na maioria

das vezes a entrevista era um diálogo coletivo entre três ou mais pessoas. Quando havia mais pessoas na conversa, a sensação era de uma agradável roda de amigos. Dona Madalena, por sua vez, também expressou essa sensação agradável, ao afirmar que “foi uma tarde bonita, uma visita bonita!” (Dona Madalena, Macurany, 2020).

Quando ocorre um alinhamento de interesses entre arqueólogos e a comunidade local, os diálogos e o aprendizado podem ser muito mais significativos e ter uma extensão de alcance que considere o respeito e a colaboração. Também, a partir disso, precisamos saber como lidar com o que chamamos de patrimônio arqueológico na relação com os coletivos humanos, valorizando o colaborativo, não apenas na ação, mas na escrita de novos conhecimentos, saberes e percepções. Mariana Cabral, considerando sua experiência, afirma que precisamos construir “práticas arqueológicas abertas, interessadas nas pessoas, nos seus modos de pensar e praticar o arqueológico” (Cabral, 2016, p.80). Esse é um processo que fui internalizando em cada ida a campo, na transcrição das conversas gravadas e nas leituras de experiências de pesquisas semelhantes à minha.

Assim, compreender os sentidos, as significações e “os “regimes de conhecimento” distintos do científico” (Cabral, 2016, p.79) foi se tornando pauta da pesquisa que tenho considerado sobre o local, por estar diretamente relacionado com esses coletivos humanos que vivem e se fixaram no Macurany, na Amazônia, sobre e próximo aos sítios arqueológicos. Dessa forma, foi importante ter em mente a percepção da existência de um sistema de conhecimento vigente entre os coletivos humanos, que não são iguais ao sistema de conhecimento – seja ele arqueológico ou de outra área. Esse saber, esse conhecer, existe e compõe o conhecimento sobre o local em estudo, e “os encontros entre diferentes sistemas de conhecimento não devem buscar alcançar consensos, mas sim criar pontes de comunicação, em que trocas possam ser realizadas, acarretando inclusive transformações” (Cabral, 2016, p.79) para que sejamos capazes de “construir o conhecimento sobre o passado de modo mais dinâmico e dialeticamente relacionado ao presente” (Silva; Bespalez; Stuchi, 2011, p.37).

As entrevistas foram feitas no início de 2020, na primeira semana de janeiro e em outra semana em março (poucos dias antes da decretação de emergência no município de Parintins)<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Decreto Nº 014/2020-PGMP de 17/03/2020. Declara situação de emergência em saúde pública no município de Parintins e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus (Covid-19) no âmbito do Poder Executivo do Município de Parintins.

e no estado do Amazonas<sup>16</sup>, devido aos efeitos da pandemia da covid-19). Havia outras visitas a serem feitas, porém, devido ao risco de propagação do coronavírus, suspendi as idas à localidade e, através de ligação telefônica, expus a Odirley minha preocupação e a medida de prudência, com a qual ele concordou que seria adequada.

Essa preocupação tem relação com a ética na pesquisa e a responsabilidade com todos os envolvidos, conforme o próprio código de ética da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB), que visa “garantir a flexibilidade e a liberdade para se pensar e fazer Arqueologia, porém com três limites claros e rígidos: o respeito ao coletivo; o respeito à SAB e aos colegas de profissão; e o posicionamento contrário à mercantilização da cultura material arqueológica (SAB, 2015, p.01). Assim, precisamos estar atentos à repercussão da nossa pesquisa e a como ela será recebida tanto pelas pessoas envolvidas como pelas impactadas e as que não têm relação direta com ela. E também à segurança e saúde, nesse caso da pandemia que estamos vivendo. Conforme destaca Pyburn (2009), “a repercussão das pesquisas pode ser positiva, negativa ou neutra” (Pyburn, 2009, p.162, trad. minha), precisamos estar atentos a isso, pois, nos casos nos quais podem adquirir conotação negativa, devemos avaliar se o mais adequado não é interromper a pesquisa, afinal, como antropólogos/arqueólogos, é preciso sempre considerar “uma pesquisa responsável (...) em escala humana” (Pyburn, 2009, p.163) em que o bem-estar dos envolvidos seja o limite de nosso trabalho.

A partir dos diálogos e leituras sobre práticas etnográficas ao longo das disciplinas cursadas no doutorado, foi possível perceber a amplitude e responsabilidade que devemos ter como pesquisadores para olhar, sentir e ouvir, de forma atenta e respeitosa, os coletivos com que temos contato. Principalmente na pesquisa de campo, quando estamos diretamente em diálogo com esses coletivos humanos que têm regimes de conhecimentos distintos, jeitos próprios de estar e interagir no mundo.

Outra preocupação que emergiu das conversas iniciais em campo esteve relacionada com a apropriação do local e das suas materialidades, a exemplo do que perpassa o caso do território quilombola das ruínas do Aproaga, onde uma das moradoras menciona “o pertencimento” do objeto ao lugar (Moraes, 2012), algo semelhante ao que ocorre na localidade de Macurany. Quando se mencionam possíveis pesquisas de prospecção arqueológicas nessa localidade, aparece o questionamento: o material retirado vai ficar na comunidade ou sede do

---

<sup>16</sup> Decreto Nº 42061 de 16/03/2020. Dispõe sobre a declaração de situação de emergência na saúde pública do estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV) e institui o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate à Covid-19.

município? O argumento usado por alguns residentes é que isso “pertence” à história local, não deve sair dali, não deve ser levado para fora, para longe. Essa realidade foi observada na Vila de Joanes, na Ilha do Marajó, relatada por Schaan e Marques (2012) e (Bezerra, 2011; 2014) e Ferreira (2012), no que diz respeito ao acervo arqueológico permanecer na localidade e ter um local adequado para exposição e visitação dos residentes, dos turistas e visitantes. Isso indica a preocupação desses coletivos com o fato de os vestígios estarem vinculados à história do lugar, quando manifestam que querem ser ouvidos e ter suas opiniões e ideias consideradas para definir o destino do material escavado.

Cabral destaca que “é justo neste caminho que algumas experiências na Amazônia têm se enveredado, trazendo novas reflexões não apenas sobre nossas práticas, mas especialmente sobre os impactos que elas trazem às populações vivas” (Cabral, 2016, p.82). Afinal, a realidade amazônica requer um olhar sensibilizado, colaborativo, interessado nas e com as pessoas que residem nessa região, tanto nas áreas ribeirinhas como nas de mata adentro, sobre sítios arqueológicos que são, ao mesmo tempo, testemunhos do passado e do presente.

Uma nova linguagem vai se delineando, implicando que revejamos nossos discursos quando essas experiências arqueológicas “desestabilizam noções enraizadas na prática científica da arqueologia, como “preservação”, “tempo” e mesmo “sítio arqueológico”, gerando um interessante fluxo entre os sistemas de conhecimento em jogo” (Cabral, 2016, p.82). Nessa ponte comunicativa, certos termos não fazem mais sentido ou, ao menos, precisam ser ressignificados e repensados no contexto e na prática propostos, pois a ideia não é transformar tudo em conhecimento homogêneo, mas manter e aprender com a diferença entre conhecimentos e percepções sobre o passado, de forma ética e responsável. Sr. Douglas, um dos moradores de Macurany, conversando comigo, afirmou:

Ah, porque é um pedaço de terra, ah, é uma terra preta, ah, é um pedaço de caco, é um pedaço de coisa, mas eles não dão valor. E pra mim se dá valor porque, é uma raiz antiga, que dessa raiz até hoje precisa ser cultivada, precisa se olhar os tempos atrás. A gente sabe que ali existe uma pessoa, ali existe um ser humano, ali existe uma pessoa igual a nós (Sr. Douglas, Macurany, 2020. Destaque meu).

Nesse diálogo, o Sr. Douglas expressa como compreende os vestígios arqueológicos do lugar, chamando a atenção para além da materialidade, para a presença de um ser humano e suas relações afetivas, religiosas, sociais e culturais, afirmando ser “uma pessoa igual a nós”. Isso só reforça que, mesmo tendo em vista que as comunidades amazônicas são semelhantes, qualquer trabalho com esses coletivos precisa levar em consideração as particularidades de cada realidade, pois há regimes de conhecimentos, de compreensão, de necessidades e interesses que

estão associados aos coletivos humanos diretamente envolvidos com o local. Em outras palavras, não existem fórmulas prontas para fazer pesquisas etnográficas, arqueológicas ou antropológicas, o que existe são princípios éticos de pesquisa que devem guiar nossos passos quando atuamos com grupos humanos e que devemos ouvir as pessoas com atenção e respeito, pois elas são parte desses locais.

Durante esse período de estudos avançados no doutoramento, percebi que as particularidades amazônicas requerem dedicação e cuidado nas pesquisas. Não ocupo um lugar neutro na pesquisa nem na vida profissional como professora universitária. Isso tem me cobrado mais rigor nas comunicações feitas em eventos científicos, nos diálogos estabelecidos com os coletivos nas distintas localidades e na prática de campo em Macurany.

### 1.5 Pesquisa colaborativa

Ao observar aspectos da relação que os coletivos humanos estabelecem com o patrimônio, reforça-se a necessidade, em qualquer trabalho, de uma etapa de pesquisa etnográfica que anteceda a intervenção em campo (Gomes; Santos; Costa, 2014). Assim seria possível traçar passos, etapas, caminhos e planejamentos para que esses coletivos possam participar ativamente tanto da definição do que será pesquisado como do gerenciamento dos conhecimentos e produtos oriundos dessas pesquisas, de forma que se beneficiem delas como os pesquisadores. Isso poderia evitar situações como as relatadas por Dona Maria, da localidade de Macurany, que relembra:

A mamãe achou uma pedra grandona assim, a pedra era colorida. Aí lá ela lavou tudinho. Quando o Queiroz foi lá em casa ela mostrou para ele, aí ele disse que não valia nada aquilo. Aí depois nós sabemos que era um tal de muraquitã<sup>17</sup>. Diz que valeu uma fortuna para ele (Dona Maria do Carmo, Macurany, 2020).

---

<sup>17</sup> Muiraquitã - O termo pode referir-se a pingentes em formato de animal e/ou pequenas esculturas zoomorfas com furo em suspensão, são artefatos polidos, a maioria assemelha-se a sapos, feitos de rocha ou mineral esverdeado, também nominados na literatura como “serpentinás”, “nefrita” ou “jade” (Boovert, 1987; Amaral, 2018; Navarro e Prous, 2020; Navarro; Rodrigues e Grant, 2020). São recorrentes em sítios arqueológicos na Amazônia, nas Guianas e na Venezuela. A origem dos muiraquitãs foi indicada por Orellana durante a descida do rio Amazonas, em 1542, a uma aldeia na foz do rio Nhamundá, composta por mulheres guerreiras sem homens (diretamente relacionado ao mito grego das amazonas). “Essas pedras verdes foram muito cobiçadas pelos viajantes, ora pela crença de seu valor curativo, ora pela beleza” (Navarro e Prous, 2020, p.68). Os estudos de Amaral (2017; 2018) valeram-se dos vestígios da cadeia operatória desses artefatos na região de Santarém-PA (sítio Aldeia e entorno), referendando a documentação etno-histórica que indicava a região do rio Tapajós como um centro de produção de muiraquitãs (Navarro e Prous, 2020).

A narrativa destaca desconfiança da pessoa que teria levado material arqueológico encontrado pelos moradores - “aí eu disse assim, tá vendo, como não valia nada, né, pra nós, porque ninguém sabia” (Dona Maria do Carmo, Macurany, 2020) -, obtendo benefício econômico<sup>18</sup> com ele. Lima, Moraes e Parente (2013) relatam que em Parintins – Amazonas, durante pesquisa, em 2007, nas comunidades em torno do lago da Valéria, a venda de objetos arqueológicos era efetuada aos turistas dos navios transatlânticos que aportavam próximo ao lago. Os autores sugerem que se entenda a prática não como tráfico, já que, pelo que foi observado por eles nessa localidade, havia “um total desconhecimento tanto legal quanto da própria ideia de patrimônio” (Lima, Moraes e Parente, 2013, p. 13) pelos moradores da região da Valéria. Inclusive reforça que cacos e fragmentos de cerâmica arqueológica eram compreendidos como algo da natureza, assim como a terra e o lago, não existindo relação histórico-cultural atribuída às “caretinhas”.

Em outro relato, Dona Maria reforça a afirmação de que a pessoa que ficou com o material localizado pelos familiares teria obtido benefícios financeiros.

Papai também, ele lá no caboclo [Sr. Ney ou Creu] tiraram, naquele tempo, tiravam ouro, não sei o quê. Ele achou uma moeda grande assim dentro do buraco, aí ele mostrou para o seu Eli, aí ele mordeu... Não valia nada. Ele ficou com a moeda, não valia nada, mas eles não deixavam. Eles levavam tudo, né, e a gente ficava na pirangueira. Ele subiu e a gente cada vez mais ficava pra baixo. Só que a gente era besta, naquele tempo. A gente era muito besta, ninguém sabia se valia alguma coisa, se tinha valor, a gente não sabia nada. Via as coisas, achava, mas a gente nem ligava. Não é como agora, que a gente é curiosa e quer ver o que é, pesquisar. Naquele tempo, minha filha, não sabia era nada (Dona Maria do Carmo, Macurany, 2020).

Esses relatos destacam-se por indicar como se alimenta a desconfiança em relação a pessoas externas à localidade, sejam pesquisadores ou não, reforçando o quão importante é a ética ao desenvolvermos pesquisas, sejam elas de natureza antropológica, arqueológica ou de demais campos do saber científico, em que ocorra respeito, diálogo honesto, envolvimento com os coletivos humanos das localidades de forma ativa e com espaço e voz na tomada de decisões, na escolha e indicação de interesses de pesquisa. Esse tipo de prática evita situações como as relatadas por Dona Maria. Ver e compreender o vasto número de significados que os coletivos atribuem e imprimem aos bens arqueológicos contribui para entender as distintas acepções que

---

<sup>18</sup> A venda de material arqueológico é crime federal, de acordo com a Lei 3.924, de 1961, porém tem-se conhecimento de ocorrência de vendas em diversos locais da Amazônia. Schaan (2007) aponta a venda em Santarém de “casetas” - apêndices de vasilhas fragmentadas, na forma de cabeça de animal” (Schaan, 2007, p.115).



contemplam não só a materialidade em si, mas os usos, a relação histórica, afetiva e de pertencimento dos coletivos humanos.

Sobre a desconfiança com relação às pessoas de fora do lugar, isso não é algo exclusivo do Macurany. Lucio Leite (2014) relata que, durante sua pesquisa na vila de Laranjal do Maracá, município de Mazagão/Amapá, percebeu, nas primeiras visitas à localidade, esse receio dos moradores em relação à sua presença. Como havia denúncias por apropriação e venda de material arqueológico na região, a Polícia Federal esteve investigando e, posteriormente, uma equipe de pesquisadores chegou para o salvamento emergencial do material. Ele, como componente da equipe, fala da percepção de ser tratado como *estranho* e ser chamado de *povo das cavernas* e da associação da equipe de pesquisa com as autoridades policiais, algo que foi, aos poucos, superado pela convivência estabelecida em suas diversas estadas na vila.

Ainda nessa mesma região, Daiane Pereira (2019) chama a atenção para os relatos ouvidos por ela, em muitas localidades do Amapá, de que arqueólogos e arqueólogas faziam “roubos de urnas”, quando, na verdade, “elas foram levadas para museus e instituições de guarda e pesquisa” (Pereira, 2019, p.40). Essa prática era significada por esses coletivos humanos como “roubo”, já que os afastava e, em muitos casos, negava-lhes acesso a esses objetos que foram achados em suas localidades e levados para centros urbanos - muitas vezes a capital do estado.

Lima (2007), em pesquisa desenvolvida nas comunidades rurais no entorno do lago da Valéria, em Parintins/Amazonas, destaca que “inicialmente, a chegada de “estranhos” (nós, os arqueólogos) na comunidade gerou certo distanciamento ou descaso por parte dos moradores” (Lima, 2007, p.72). A autora ressalta como a desconfiança e a descrença nas práticas dos pesquisadores, sujeitos externos ao local, que chegavam, mudavam a rotina da localidade, com sua simples presença, eram evidentes entre as pessoas da localidade. E isso estava muito relacionado com memórias de práticas anteriores, em que faltou diálogo e comunicação prévia sobre a pesquisa a ser desenvolvida no local, e pela ausência de apresentação dos resultados das explorações efetuadas.

Isso tudo alimentava uma relação em que “arqueólogos observavam e eram observados o tempo todo” (Lima, 2007, p. 72), como receio e ao mesmo tempo descrença. A autora aponta que essa situação foi se modificando, à medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida e a comunidade foi participando do processo e conhecendo os resultados.

Eduardo Neves, arqueólogo e coordenador do Projeto Amazônia Central-PAC, relembando a experiência de pesquisas na região de Lago do Limão, no município de Iranduba-AM, comenta na *live* Memórias do acervo arqueológico do Museu Amazônico – UFAM, realizada em 2021<sup>19</sup>, como isso criava um certo estranhamento na localidade, já que formavam um grupo de trintas pessoas que acampavam por dias no local, em escavações exaustivas durante o dia e a noite, com muito barulho e conversa alta, causando certo impacto na comunidade. Ele afirma que, com o passar do tempo, aprenderam e fizeram muitos amigos nesse processo que foi envolvendo residentes da comunidade no trabalho diário do fazer arqueologia na Amazônia.

As pesquisas na Amazônia ocorrem em diferentes regiões e fomentadas por diferentes projetos, em Parintins, não foi diferente, como veremos no tópico seguinte, as pesquisas na região seguem buscando ampliar o conhecimento sobre a ocupação da região do Baixo Amazonas ao longo do tempo.

## 1.6 Pesquisas arqueológicas em Parintins - Amazonas

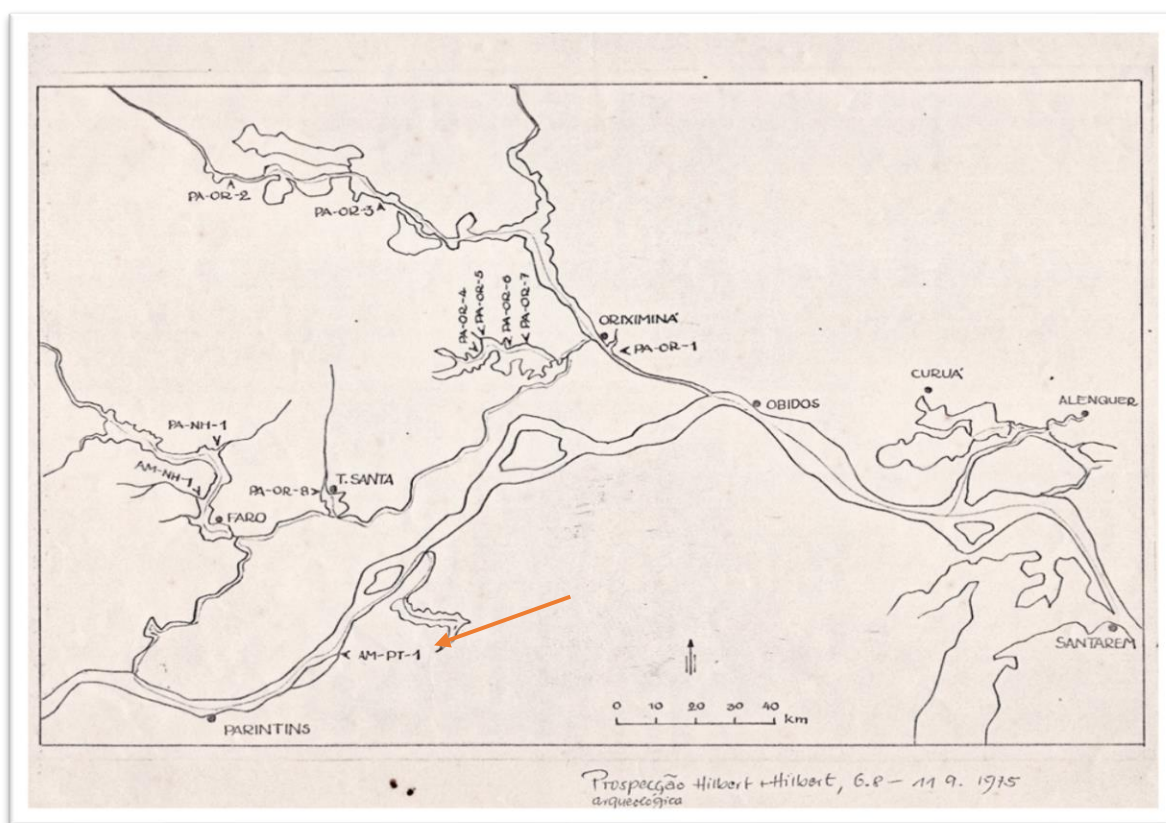
Os dados que apontam a existência de pesquisas de caráter arqueológico em Parintins remontam ao início do século XX. Curt Nimuendajú, ao desenvolver uma pesquisa financiada pelo Museu de Gotemburg, teria passado por essa localidade entre os anos de 1924 e 1925, período que teria investigado vestígios arqueológicos nos rios Tapajós, Trombetas e Nhamundá (Nimuendajú, 2004). Nas lâminas que apresenta do material a que teve acesso, destaca a presença de vestígios arqueológicos Konduri<sup>20</sup>, indicando que estão em grande quantidade na Serra de Parintins, onde há grande extensão de terra preta, e que o material é idêntico ao encontrado na boca dos rios Trombetas e Nhamundá (Nimuendajú, 2004).

---

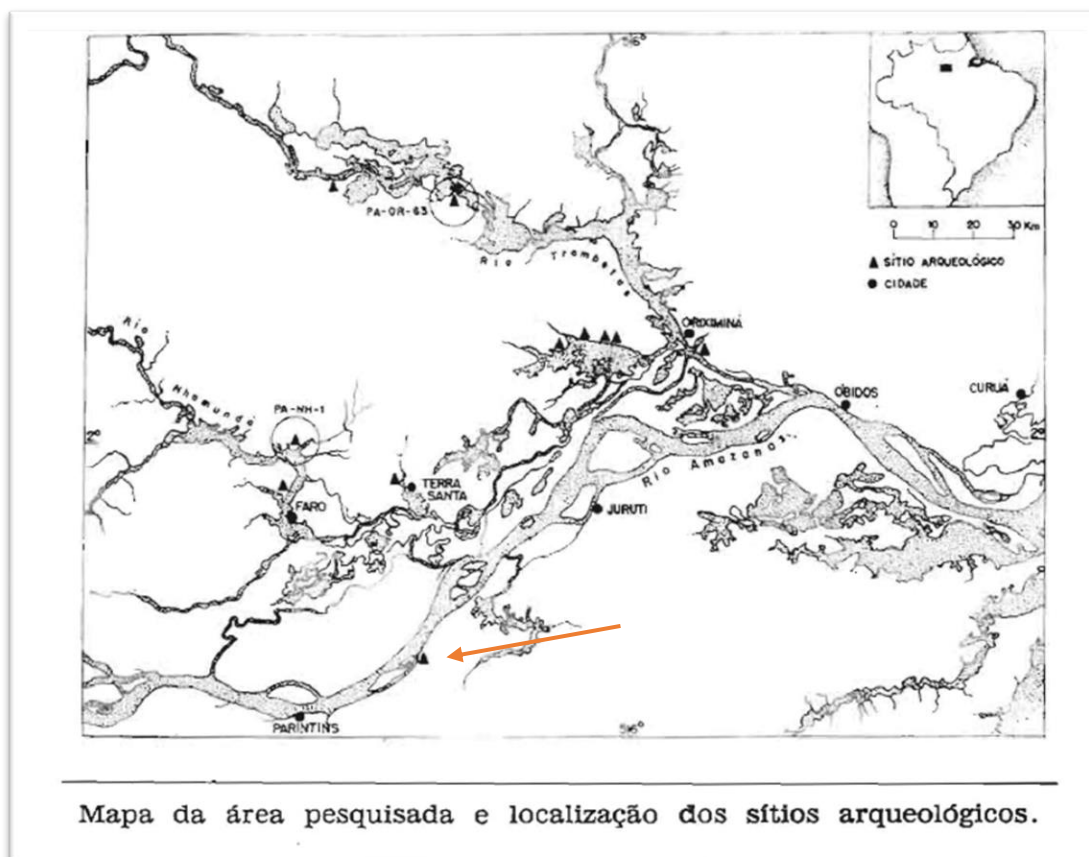
<sup>19</sup> Fala de Eduardo Góes Neves na *live* Memórias do acervo arqueológico do Museu Amazônico – UFAM, dia 17 de junho de 2021. Disponível para acesso em [www.https://youtube/YNJrjY2yvU](https://youtube/YNJrjY2yvU)

<sup>20</sup>De acordo com Neves (2006) “na região dos rios Nhamundá e Trombetas, bem como na região de Parintins, encontram-se cerâmicas também pertencentes à tradição incisa e ponteadada, conhecidas como konduri. São bastante sofisticadas, com prevalência da decoração modelada em motivos antropomorfos e zoomorfos, e com a diferença de que os vasos são geralmente maiores que os tapajônicas. Os fragmentos desses vasos são conhecidos como “caretas”, e comumente encontrados em áreas de terra preta e roças da região.” (Neves, 2006, p. 69). O termo Tradição na arqueologia Amazônica é utilizado para “caracterizar repertórios tecnológicos e estilísticos cerâmicos com grande persistência temporal” (Barreto; Lima e Betancourt, 2016, p.593). Para maior aprofundamento sobre o tema da cerâmica konduri ver Meggers e Evans, 1961; Hilbert e Hilbert, 1980; Guapindaia, 2008; Alves, 2019.

Nos estudos relacionados à região do baixo rio Trombetas e rio Nhamundá, Peter Paul Hilbert, em 1975, indica que um dos sítios pesquisados foi o Santa Rita (AM-PT-01), que fica na região da Valéria, área rural de Parintins, cuja localização, inclusive, consta no mapa (figura 22) anexo ao relatório de pesquisa (Hilbert, 1975). Mário Ferreira Simões e Fernanda de Araújo-Costa (1978), no relatório das *Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos*, informam que Hilbert, em 1975, definiu esse sítio como “sítio habitação” (Simões, Araújo-Costa, 1978, p. 81), devido à grande incidência de material cerâmico associado ao tipo Konduri. Na publicação de 1980, Peter Paul Hilbert e Klaus Hilbert apresentaram a análise dos dados preliminares das pesquisas de 1975, dando especial atenção às cerâmicas de um sítio às margens do rio Trombetas e outro às margens do rio Nhamundá (Hilbert; Hilbert, 1980). Não há menção ao sítio AM-PT-01 - Santa Rita, mas novamente ele está presente no mapa (figura 23) dos locais pesquisados.



**Figura 22:** Destaque indicando o sítio AM-PT-01 - Santa Rita/Parintins-AM, no mapa original. Fonte: Anexo. Hilbert, 1975.



**Figura 23:** Destaque indicando a localização, marcada no mapa original, do sítio AM-PT-01 - Santa Rita/Parintins-AM. Fonte: Hilbert; Hilbert, 1980.

A empresa Scientia Consultoria Científica, no ano de 2003, realizou o levantamento arqueológico na área de intervenção do projeto de mineração Juruti-PA na região de influência direta e indireta a esse projeto. Esse relatório aponta a identificação de dez sítios arqueológicos no município de Parintins, distribuídos da seguinte forma: três na Ilha de Parintins: sítio arqueológico Redenção, sítio arqueológico Viana e sítio arqueológico Parananema; um na região da Vila Amazônia, que seria o sítio arqueológico Borges; cinco no entorno ou próximo ao lago da Valéria: sítio arqueológico Santa Rita, sítio arqueológico São Paulo, sítio arqueológico Apé, sítio arqueológico Matarazzo 1 e sítio arqueológico Matarazzo 2. Apesar de o sítio arqueológico São Sebastião também constar no relatório, tendo sido cadastrado como pertencente a Parintins-AM (Scientia, 2003), suas coordenadas geográficas revelam que ele está situado dentro da jurisdição do município de Juruti-PA.

Ressaltamos que, ao conferir a localização do sítio Parananema através das coordenadas geográficas (conf. Scientia, 2003, p. 28), identificamos que se trata da mesma região que sofreu destruição parcial no ano de 2015, já mencionada no tópico 1.2 deste capítulo, ou seja, trata-se do sítio Macurany, localizado às margens do lago Parananema. Tal fato é referendado pelas

descrições no próprio relatório de que os vestígios arqueológicos localizados em superfície do solo estavam dentro da fazenda do senhor Eli de Melo Azedo e do informante, o Sr. Florisvaldo Pereira da Silva, morador e caseiro da fazenda na ocasião. O Sr. Florisvaldo é o pai de dona Maria da Conceição Batista Pereira e de dona Maria do Carmo Batista Pereira, que foram por mim entrevistadas e relataram ter tido contato com vestígios arqueológicos no tempo em que residiram à beira do lago, nas terras do Sr. Eli.

No ano de 2004, Helena Lima e Carlos Silva desenvolveram o *Projeto Médio Amazonas: mapeamento arqueológico*, que teve como objetivo localizar, georreferenciar e cadastrar sítios arqueológicos, além de fazer o registro de coleções arqueológicas que estivessem de posse de particulares e instituições em geral em onze municípios<sup>21</sup> do Médio Amazonas, estado do Amazonas. O trabalho resultou em 107 sítios arqueológicos, 47 coleções arqueológicas cadastradas no banco de dados do IPHAN e 66 objetos arqueológicos inventariados (Lima; Silva, 2005, p.9).

Dentre esses dados, destacamos a existência de cinco sítios em Parintins-AM, a saber: Sítio Vila Amazônia, Sítio Santa Rita (AM-PT-01), Sítio São Paulo (AM-PT-02) Sítio Laguiño e Sítio Viana (Lima; Silva, 2005, p.19-36). No que se refere às coleções, uma foi cadastrada no Centro de Estudos Superiores de Parintins, da Universidade do Estado do Amazonas, na área urbana da cidade; uma na Escola Municipal Marceliano Henrique, na comunidade Santa Rita da Valéria, “com aproximadamente 410 peças cerâmicas, lâminas de machado e uma urna antropomorfa parcialmente fragmentada” (Lima; Silva, 2005, p. 33) e, nessa mesma comunidade, uma coleção em posse de particulares, bem como uma coleção no Centro de Referência Cultural Boca da Valéria, na comunidade São Paulo da Valéria (Lima; Silva, 2005).

No ano de 2007, em trabalho conjunto entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e o Projeto Amazônia Central - PAC (MAE-USP), foi desenvolvido o *Projeto Baixo Amazonas*, no município de Parintins, com equipe coordenada pela arqueóloga Helena Lima, que teve como meta principal reverter a comercialização de material arqueológico na região da Valéria, fazer um levantamento arqueológico no município e promover o interesse dos coletivos locais sobre arqueologia (Lima, 2007). Também foram

---

<sup>21</sup> Itacoatiara, Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Urucurituba, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Urucará e Nhamundá (Lima; Silva, 2005).

realizadas pesquisas de campo no sítio Santa Rita de Cássia (AM-PT-01) e atividades de educação patrimonial com oficina de réplicas arqueológicas nessa localidade (Lima, 2008).

Em 2012, foi desenvolvido um projeto de arqueologia preventiva na área de intervenção da linha de transmissão 500 Kv Oriximiná (PA) – Itacoatiara (AM) - Cariri (AM), sob responsabilidade da Scientia Consultoria Científica Ltda, em que foram identificados oito sítios arqueológicos, sendo sete no município de Parintins. A partir dos dados do relatório dessa prospecção arqueológica, são eles: Parintins 1 (PT1), Parintins 2 (PT2), Parintins 3 (PT3) e Parintins 6 (PT6), que não estão associados a nenhuma comunidade na descrição de localização; Parintins 5 (PT5), localizado dentro da sede do Distrito da Agrovila do Mocambo do Arari; Parintins 4 (PT4), na sede da comunidade da Agrovila do Caburi; e Parintins 8 (PT8), às margens do lago do Aduacá, na divisa com o município de Nhamundá-AM. Além desses, consta o sítio Parintins 7 (PT7), localizado às margens do mesmo lago, porém dentro do limite territorial do município de Nhamundá-AM (Scientia, 2012).

Em dois dos sítios mencionados foram efetuadas escavações para salvamento de material arqueológico: Parintins 7 (PT7) e Parintins 8 (PT8), nas margens do lago do Aduacá, na divisa entre os municípios de Parintins e Nhamundá-AM. Destaca-se, como já mencionado, que o sítio arqueológico Parintins 8 fica dentro da jurisdição municipal de Parintins e o sítio arqueológico Parintins 7 dentro dos limites do município de Nhamundá-AM.

O conjunto do material oriundo da escavação formou um grande acervo, no caso do sítio arqueológico Parintins 8, composto por 25.967 fragmentos cerâmicos da Tradição Borda Incisa e 444 peças líticas. Esse acervo destaca-se por ter sido possível fazer remontagens de 174 unidades de objetos inteiros e semi-inteiros. No caso do sítio arqueológico Parintins 7, o material cerâmico está associado à Tradição de Incisa Ponteadas, com 31.601 fragmentos cerâmicos e 198 peças de material lítico (Scientia, 2015; Panachuk, 2016). Ambos os acervos formados foram musealizados sob a guarda da Fundação Casa de Cultura de Marabá, no município homônimo, no estado do Pará (Panachuk, 2016).

Outras pesquisas foram desenvolvidas, recentemente, no âmbito e por membros do Grupo de Pesquisas em Educação, Patrimônio, Arqueometria e Ambiente na Amazônia – GEPIA, na Universidade do Estado do Amazonas, mas sem caráter interventivo. Entre essas, destacam-se as desenvolvidas no sítio do Macurany (Silva, 2016; Azedo, 2017; Bianchezzi, 2018). Ainda a respeito desse sítio, Grace Ellis (2019) desenvolveu a dissertação de mestrado através de dados topográficos coletados em 2017, analisando as características antropogênicas da paisagem em uma parte onde há menor vegetação arbórea e presença de habitações

contemporâneas, destacando quatro marcas da presença humana pré-colonial: portos (valas arqueológicas), montículos, terra preta de índio e florestas culturais (Ellis, 2019).

O mapeamento de sítios arqueológicos no município de Parintins feito por Michel Machado (2018) deu visibilidade a comunidades rurais com afloramento de material cerâmico e grandes extensões de terra preta de índio. Também nesse mapeamento foi georreferenciado um sítio arqueológico na área urbana da cidade de Parintins e outro no quintal de uma residência nas proximidades das margens do rio Amazonas, em área de constantes desbarrancamentos que deixam, na superfície do solo erodido, material arqueológico (Machado, 2018). O estudo de Daiane Souza versou sobre a formação e significação das coleções domésticas de artefatos arqueológicos na Freguesia do Andirá-Barreirinha-AM, demonstrando como próximo a Parintins há potencial para pesquisas arqueológicas (Souza, 2018). Jéssica Batalha (2019) pesquisou algumas coleções domésticas de artefatos arqueológicos em Parintins, tanto na área urbana como na rural, observando que o ato de coletar e colecionar é uma prática de crianças, jovens e adultos, formando coleções que carregam histórias diretamente vinculadas ao cotidiano e ao local em que residem (Batalha, 2019).

Arnoud de Oliveira Batista Filho (2021) elaborou um levantamento e estudo dos relatórios e documentos produzidos a partir das escavações arqueológicas promovidas no município de Parintins-AM até início do ano de 2020. Tratava-se de apenas dois sítios arqueológicos pré-coloniais: Santa Rita de Cássia (AM-PT-01), em 2007, e Parintins 8, em 2012, dando especial atenção à formação do acervo arqueológico e em quais instituições de guarda (museus) as peças foram musealizadas, na perspectiva de democratização de acesso aos bens patrimoniais na Amazônia.

A pesquisa de Alef Fernandes Cruz (2021), no âmbito da arqueologia experimental, estudou distintos modelos de fornos à lenha, destacando os processos e etapas de cocção dos vasilhames manufaturados em argila. Ao elaborar e apresentar um modelo 3D de forno à lenha, o estudo descreveu, de forma objetiva, o que ocorre em cada compartimento no processo de cozimento da argila/cerâmica.

O Relatório de Prospecção Arqueológica na área de implantação da LT 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e subestações associadas, produzido pela Ambientare Soluções em Meio Ambiente, no ano de 2020, indica a identificação de três sítios arqueológicos dentro do município de Parintins: sítio Macurany, às margens do lago Macurany (nome corrigido no relatório Ambiente, 2022, para lago Parananema), na comunidade do Macurany; sítio Zé Açú,

no entorno do lago Zé Açú; e Sítio Zé Mirim, às margens do rio Paraná Ramos (Ambientare, 2020).

Em junho de 2021, a empresa Ambientare desenvolveu o projeto de salvamento arqueológico do Sítio Macurany, como parte do Programa de Resgate Arqueológico, Sinalização e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão da LT 230 kV Oriximiná- Juruti - Parintins e subestações associadas<sup>22</sup>. O relatório parcial do trabalho de campo aponta que “o Sítio Macurany representa o registro de uma longa e densa ocupação nas margens do lago Parananema” (Ambientare, 2021, p.79), destacando que a análise do material em laboratório poderá fornecer “uma maior acurácia a respeito dos povos que habitaram as margens do Lago Parananema” (idem). Trata-se de um acervo composto de, aproximadamente, 6.826 peças cerâmicas e 14 peças líticas, amostras de carvão e um vasilhame cerâmico inteiro, possivelmente uma urna arqueológica. No relatório final *Análise Laboratorial e Programa Integrado de Educação Patrimonial* (Ambientare, 2022) consta a descrição da escavação em laboratório do referido vasilhame, em que se constatou não se tratar de urna funerária e não conter remanescentes humanos no seu interior (Ambientare, 2022, p. 152).

No ano de 2021, reunindo pesquisadores<sup>23</sup> de três instituições de pesquisa e ensino na Amazônia: Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA), Museu da Amazônia – MUSA e Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, e com aporte financeiro via FAPEAM, através do edital de Programa de Apoio à Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação - POP C, T & I/2021, foi desenvolvido o projeto *Divulgação arqueológica em tempos de pandemia, coleções de Parintins-AM e suas histórias*. Esse projeto deu visibilidade às coleções arqueológicas de Parintins-Amazonas, com especial destaque às inúmeras coleções domésticas guardadas pelos moradores do município, apontando a existência de nove coleções na comunidade de Santa Rita de Cássia, Lago da Valéria e quatro coleções na área urbana de Parintins-AM. O trabalho também destacou as coleções musealizadas de Parintins, atualmente no Museu da Amazônia- MUSA e no Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas, ambos em Manaus, e Museu Paraense Emilio Goeldi, em Belém-PA

---

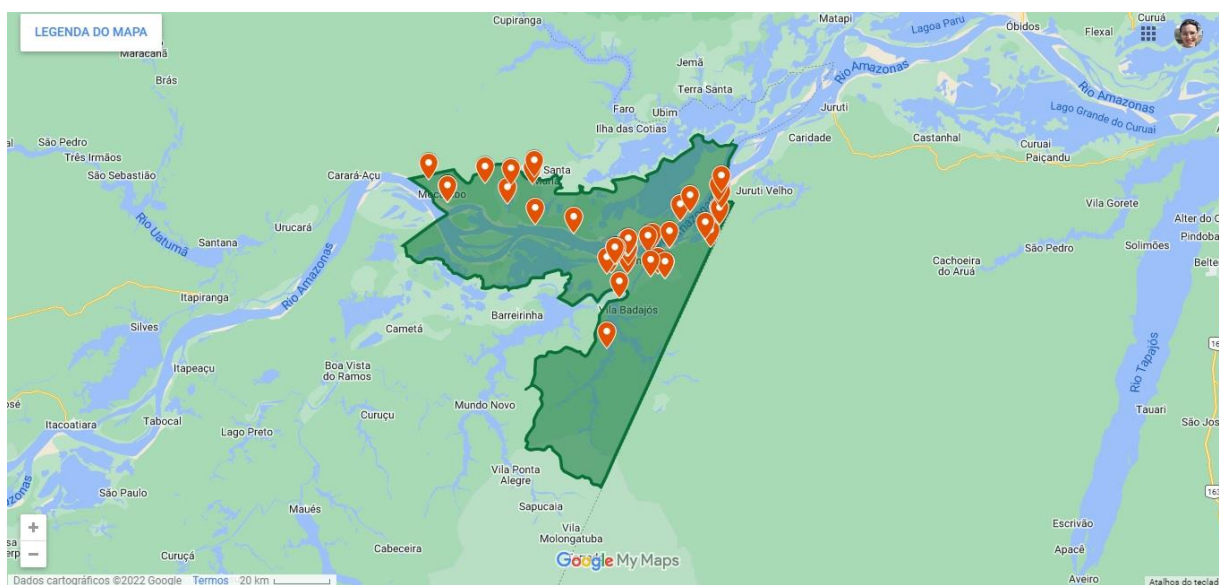
<sup>22</sup> Processo Iphan nº 01450.010826/2014-55.

<sup>23</sup> Clarice Bianchezzi - coordenação geral (UEA-CESP), Dr. Adriano Márcio dos Santos – vice-coordenação (UEA-CESP), graduandos em História Alef Fernandes Cruz (UEA-CESP), Arnoud de Oliveira Batista Filho ((UEA-CESP); arqueólogo Dr. Filippo Stampanoni Bassi (MUSA – Manaus-AM) e arqueóloga Dr<sup>a</sup> Helena Pinto Lima (MPEG de Belém-PA) e o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural – PPGS do MPEG: Michel Carvalho Machado.



(Bianchezzi et al, 2021). No capítulo 4, darei maiores detalhes sobre o desenvolvimento desse projeto.

Neste ano 2022, Batista Filho (2022) em projeto de pesquisa no âmbito da Iniciação Científica<sup>24</sup>, elaborou o Mapa Arqueológico de Parintins – MapArqPin, utilizando o recurso My Maps do Google Maps<sup>25</sup>.

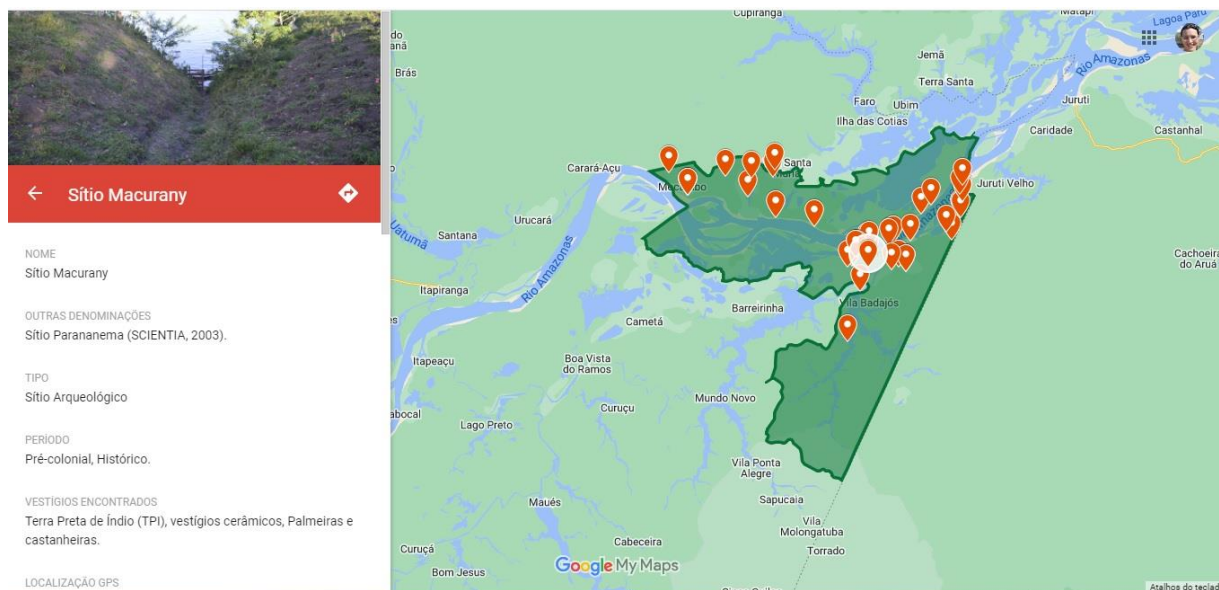


**Figura 24:** Visão geral do Mapa Arqueológico de Parintins – MapArqPin. Foto: Clarice Bianchezzi, 2022.

Esse mapa interativo contém a localização geogeferenciada dos sítios arqueológico (figura 24), tanto os registrados junto ao IPHAN, como os identificados nos relatórios e produções acadêmico-científicas e alguns indicados por moradores de comunidade rurais que continham as coordenadas geográficas, dentro da jurisdição de Parintins. Apresentando um mapa com 44 sítios arqueológicos neste município.

<sup>24</sup> Sob minha orientação e co-orientação do prof Dr. Adriano Márcio dos Santos.

<sup>25</sup> Está disponível para acesso no site [www.gepia.com.br](http://www.gepia.com.br)



**Figura 25:** Etiqueta do sítio Macurany no Mapa Arqueológico de Parintins – MapArqPin. Foto: Clarice Bianchezzi, 2022.

O MapArqPin é um recurso interativo que proporciona ao visitante a opção de clicar no ícone de identificação do sítio no mapa e ter acesso a uma etiqueta (figura 25) com informações gerais e algumas imagens dos materiais identificados no sítio arqueológico.

## **CAPÍTULO 2: *TERRA PRETA DE ÍNDIO*, CASTANHEIRAS, PAISAGENS E OS COLETIVOS HUMANOS NA AMAZÔNIA**

Fazer arqueologia na Amazônia é lidar com um ambiente vasto e rico em biodiversidade, vestígios arqueológicos, vários coletivos humanos e suas relações e o próprio fazer arqueológico como disciplina científica. “A região amazônica caracteriza-se pela diversidade e complexidade em vários níveis, tendo como pilar para o entendimento deste território o manejo da natureza desde épocas muito remotas” (Carneiro, 2014, p.451), aspectos que se destacam nas paisagens transformadas pelos diversos grupos humanos que ocuparam e ocupam esse território até os dias atuais.

Um dos elementos recorrentes nas pesquisas na Amazônia é a reocupação de territórios ricos em recursos (Machado, 2012; 2014; Gomes, Santos e Costa, 2014; Jácome, 2017; Lima et al, 2021), indicando motivação, escolha e seleção pelo local a ser ocupado. Isso sugere que os coletivos humanos na Amazônia estão, em muitos casos, fixados em áreas ocupadas no passado por grupos que têm relação de ancestralidade ou não. Mas, como destaca Ulpiano Bezerra de Menezes (1984), o ser humano “se enraiza em espaços determinados, espaços que vêm assim a funcionar como suporte de comunicação, de interrelação, de organização de sentido e, enfim, de fecundidade: terra matriz e motriz” (Menezes, 1984, p.36). Essa escolha de fixar-se em locais de ambiente antropizados pode estar relacionada à concentração de recursos naturais, como exemplares de árvores frutíferas e terras ricas em nutrientes para a agricultura, e aos significados e sentidos que esses ambientes têm para os grupos que ali se fixaram e se fixam.

No caso das ocupações/comunidades da RDSA, Gomes, Santos e Costa (2014) indicam assentamentos humanos sobre áreas de ocupação antigas - sítios arqueológicos - margeadas por lagos e igarapés, indicando que, no presente, os coletivos humanos fazem escolhas por lugares fartos em matéria-prima e recursos naturais e de fácil acesso às águas, para deslocamento com canoas e barcos de pequeno e grande porte, elementos essenciais para a vida nesses ambientes. Algo semelhante ao constatado por Machado (2014), no estudo com as comunidades ribeirinhas da ilha Caviana em que destaca a continuidade do manejo e a resignificação das paisagens antropizadas.

Destaca-se, dessa forma, que os coletivos humanos que estão assentados sobre sítios arqueológicos na Amazônia estabelecem relações essenciais de vida, de alegria e de pertencimento na escolha de lugares antropizados que apresentam paisagem rica em condições

propícias para desenvolver a agricultura e a coleta de frutos, onde haja concentração de peixes e animais aquáticos de espécies distintas, utilizados como fonte de proteína, e nascentes de água. Penso que esses elementos podem ser considerados como evidências relevantes para a escolha do local e, como tal, uma outra forma de valorizar, reconhecer e considerar esses ambientes amazônicos como verdadeiros patrimônios, por esses coletivos humanos, onde estabelecem “uma rede de relações” (Menezes, 1984, p.36) no presente.

## **2.1 Falando sobre *Terra Preta de Índio* na Amazônia**

Por muito tempo não houve estudos amplos associados às pesquisas arqueológicas sobre a chamada Terra Preta de Índio (TPI), muitas vezes ignorada como uma evidência das antigas ocupações humanas no território amazônico (Kern et al, 2009; Arroyo-Kalin, 2017). Em meados de 1949, o etnólogo Curt Nimuendajú sinalizou que esse tipo de solo tinha relação direta com os locais densamente povoados por grupos humanos pré-coloniais, em franca associação com os vestígios arqueológicos desses sítios.

Os estudos de maior representatividade foram desenvolvidos a partir da metade do século XIX. Somente após esse período as pesquisas voltadas à identificação, localização, relação e composição da TPI associaram ocupações antigas na Amazônia a esses tipos de solo, contrapondo-se aos primeiros estudos que defendiam que tais solos teriam se formado devido à acumulação natural de materiais orgânicos e minerais de origem fóssil ou vulcânicos (Teixeira, 2008; Kern et al, 2009; Teixeira et al, 2009; Arroyo-Kalin, 2017).

Pesquisas e estudos desenvolvidos por profissionais de áreas como arqueologia, pedologia e geografia, em sítios arqueológicos com concentração de TPI na Amazônia, contribuíram para o mapeamento e visibilidade da ampla distribuição desse tipo de solo. Os estudos de distintos sítios às margens ou próximos à teia de rios amazônicos foram importantes para a compreensão dessas evidências significativas dentro do cenário de ocupação humana da Amazônia.

A TPI formou-se em locais de descarte de resíduos orgânicos, como ossos de animais de caça, peixes, tracajás e tartarugas, fezes e urina humana, oriundos da ocupação humana antiga amazônica (Kern et al, 2009; Teixeira, 2008; Arroyo-Kalin, 2017), o que teria contribuído para o enriquecimento desse tipo de solo amazônico em cálcio (Ca), magnésio (Mg), zinco (Zn), manganês (Mn), fósforo (p) e carbono (C), considerados a “assinatura

geoquímica” (Kern, 2009, p. 26) da TPI. A coloração escura desses solos seria ocasionada pela “elevada concentração de carbono total e elevada concentração de carbono de origem pirogênica<sup>26</sup>” (Teixeira et al, 2009, p. 242).

O uso do fogo para a queima de matéria orgânica seria um dos indicadores de formação de cinzas e do chamado carvão vegetal que contribui para a concentração do carbono nesses solos (Teixeira et al, 2009), colaborando para aumentar a “capacidade de retenção de cátions e ânions do solo [que] reduz as perdas dos nutrientes pela lixiviação profunda” (Teixeira, 2008, p.8). Outra propriedade importante a considerar é que “o carvão vegetal também apresenta uma estrutura altamente porosa que, se misturado ao solo ou a substratos pode aumentar a porosidade, a capacidade de retenção de água e facilitar a proliferação de microorganismos benéficos” (Teixeira, 2008, p 9).

Os solos de TPI apresentam grande concentração de cacos cerâmicos, que contribuem para que ocorram “características físicas e hídricas específicas nestes locais” (Teixeira et al, 2009, p. 242), pois os fragmentos cerâmicos retêm água no período de chuvas e transferem-na para o solo no período de redução da precipitação. Isso tudo favorece a alteração das propriedades da terra, sendo capaz de torná-las concentradas de nutrientes, o que lhe dá a característica de grande fertilidade agrícola (cf. Kämpf; Kern, 2005; Teixeira et al, 2009; Garcia et al, 2015; Macedo et al, 2019).

A prática de pousio desenvolvida pelos agricultores familiares nesses solos de TPI é feita em períodos curtos de até 4 anos, diferente do que fazem em outros tipos de solo amazônico, que varia entre 6 e 10 anos. O pousio ajuda no controle de plantas invasoras (ervas daninhas) e também se torna uma alternativa de descanso dessas "áreas com solo cansado" (Teixeira, 2008, p.5) que apresentam aumento de espécies invasoras. Somente o descanso é usado para a reabilitação desses espaços para novos cultivos, contando apenas com os resíduos das próprias plantas espontâneas que se desenvolverem durante o tempo do abandono/pousio, sem adição de nutrientes externos<sup>27</sup>. Muitas pessoas, na Amazônia, utilizam a TPI há muito

---

<sup>26</sup> De acordo com Cunha et al (2009), o carbono pirogênico seria formado a partir da queima de material derivado de plantas a temperaturas inferiores a 600°C e pode se aplicar a qualquer produto de origem da combustão, como fuligem, carvão e grafite.

<sup>27</sup> Publicações recentemente levantaram retomaram a questão sobre a Terra Preta ser natural e não produzida pela ação humana, aqui mencionamos, mas sabemos que este questionamento recebeu respostas a partir dos longos anos de pesquisa sobre o tema, conf. Lombardo, U.; Arroyo-Kalin, M.; Schmidt, M. et al. (2022). Evidence confirms an anthropic origin of Amazonian Dark Earths. *Nature Communications* 13, 3444:1-6.

tempo para o cultivo na agricultura de subsistência, sem qualquer prática de manejo, e, mesmo assim, o solo mantém a fertilidade.

A TPI está presente em sítios arqueológicos nas distintas regiões amazônicas, margeando os rios e interflúvios, tanto em áreas de várzeas como em locais elevados de terra firme (Kern et al, 2009), e é encontrada nos mais diversos tipos de solo, fator que faz com que esteja presente no extenso território amazônico (Kern et al, 2009; Teixeira, 2008; Arroyo-Kalin, 2017). É apontada por pesquisadores como um indicador de sedentarismo na Amazônia e marcador de ocupações de longa duração (Arroyo-Kalin, 2010; Teixeira, 2010; Neves, 2006; Klen; Kämpf, 1989), inclusive suas manchas são usadas como um delimitador dos sítios arqueológicos, e a espessura das camadas desse tipo de solo, como profundidade de refugio das ocupações antigas (Kern et al, 2009).

Esses solos têm sido apontados como depositários de rica biodiversidade amazônica (Clement et al, 2003; 2009). Estudos como o de Murrieta e WinklerPrins (2006), na comunidade de São Benedito, na Ilha de Ituqui, município de Santarém-PA, região de várzea amazônica, já destacavam os quintais e jardins por sua riqueza de plantas ornamentais, árvores frutíferas e ervas medicinais. Natália Souza e colaboradores (2016) apontam que “solos de elevada fertilidade como a TPI têm um papel significativo na diversidade de espécies em quintais e podem beneficiar modos de vida locais” (Souza, Junqueira e Clement, 2016, p.4), devido à etnovariabilidade de espécies (Souza, 2014). Lins et al (2015), após estudo de quarenta quintais modernos ao longo do rio Urubu, afluente do rio Amazonas, em comunidades tradicionais não indígenas, em área de TPI, indicam o legado deixado pelos grupos humanos que ocuparam esses espaços, sugerindo que onde houve múltiplas ocupações no passado há grande diversidade de espécies úteis no presente. Esses legados estariam diretamente relacionados à diversidade cultural, já que nos sítios arqueológicos com presença de cerâmicas de diferentes povos identificou-se maior diversidade biológica.

Juliana Lins (2013) destaca que as áreas de TPI são ocupadas e utilizadas, no presente, pelos coletivos humanos na Amazônia, sendo locais de assentamentos de residências com quintais que apresentam diversidade de espécies frutíferas – algumas dessas espécies também são encontradas no registro arqueológico por meio de microvestígios (Cascon e Caromano, 2009). Nem todas as espécies presentes nos quintais são cultivadas, já que ocorre a presença de plantas espontâneas que são mantidas e protegidas por quem maneja esses quintais (Lins, 2013), o que reforça a rica biodiversidade nesse tipo de solo.

A presença de microvestígios de diversas espécies de plantas de cultivo de curta duração e de árvores frutíferas no registro arqueológico na Amazônia, em áreas associadas à TPI, além de informar sobre a intensa ocupação dos grupos humanos (Arroyo-Kalin, 2021; Clement et al, 2009), contribui para compreender as transformações feitas nas paisagens por esses povos e que ainda são perceptíveis na atualidade. É o caso da formação de bosques de árvores frutíferas (Arroyo-Kalin, 2021; Clement et al, 2009; Clement; Freitas e Romão, 2015; Clement et al, 2015, Furquim, 2021) ricas em nutrientes e armazenagem de longo prazo, como os castanhais (*Bertholletia excelsa*) que se avizinham dos sítios arqueológicos na Amazônia.

## **2.2 Relação da Terra Preta com a biografia das pessoas em Macurany**

Nas narrativas das pessoas com quem tive contato na comunidade do Macurany, a terra aparecia o tempo todo nas conversas, assim como a referência ao lugar onde a concentração de terra preta era acentuada às margens do lago Parananema. Por mais que isso ali estivesse presente, nem sempre me foi perceptível o quanto era norteador das memórias individuais e coletivas. Aparecia nas memórias sobre antigas fazendas que existiam na comunidade, seus proprietários e o uso que faziam da terra. Aparecia nas memórias sobre infância e/ou residir sobre terra preta. Aparecia na memória dos cultivos agrícolas, das flores e das hortas nesses solos e nas narrativas sobre visagens e assombros que tinham como lócus a margem do lago sobre as terras pretas.

Ao buscar melhor como se dava a relação desses coletivos humanos com a terra preta na comunidade do Macurany, muitas leituras foram feitas. Clarissa Sanfelice Rahmeier (2009), ao estudar o contexto histórico do Rio Grande do Sul oitocentista e buscando compreender aspectos da sociedade estancieira, parte da relação entre as pessoas e a terra, destacando que:

É possível também atribuir à terra um caráter biográfico, pois a ela atrelavam-se atributos pessoais. E, mais do que isso, porque a partir do significado dado à terra eram constituídos os papéis e as relações sociais, é possível traçar também uma biografia das próprias pessoas que a ela estavam de algum modo vinculadas (Rahmeier, 2009, p.11).

A partir dessa perspectiva, retomei os diálogos que tive com a comunidade Macurany e minhas anotações das pesquisas de campo e percebi que as memórias das pessoas eram permeadas e acionadas por relações, ao longo da vida, vinculadas com a terra preta, sejam de uso, sejam de interditivos.

Dona Maria da Conceição inicia sua narrativa sobre sua trajetória/história de vida falando do tempo em que morou sobre a terra preta: “eu morava mais lá naquela área do rio na beira do rio. (...) eu me criei naquela área lá, meus pais moravam pra lá.” (D. Maria da Conceição, Macurany, 2020). Relembra também que o cultivo naquele local era mais abundante, algo que não conseguiu na terra que ocupa hoje.

O Sr. Preto relata a relação com as terras próximas ao lago, onde coletavam castanhas, aportavam as canoas e pescavam, e menciona lembranças de cultivo abundante de melancias pelos herdeiros das fazendas antigas que margeavam o lago. Ao falar de sua vivência como pescador e coletor de castanha, suas memórias entrelaçam-se com os espaços de terra preta da comunidade do Macurany.

Dona Maria do Carmo relembra que por muito tempo ficaram residindo na beira do lago, nas então terras do Sr. Eli Paraibando, que tinha uma das fazendas de gado da comunidade Macurany. Destaca que seu pai ficou ali por mais de 40 anos, como caseiro do Sr. Eli, e que não queria sair do local. Há uns 10 anos, ela e sua irmã buscaram outra terra para morar, porém relata que foi difícil se acostumar nesse espaço. Ainda falando sobre a área de terra preta, perguntei se ouve barulhos à noite, e ela fez a seguinte afirmação: “lá escutava mais as coisas. Eu acho que era porque o terreno era muito velho<sup>28</sup> né.” (Maria do Carmo, Macurany, 2020). Essa explicação feita por ela reforça o que Rahmeier (2009) chama à atenção ao pensar a terra como cultura material e por esses pedaços de terra serem ocupados, abandonados e consumidos em diferentes tempos, por diferentes grupos (Rahmeier, 2009). Não estaria, então, Dona Maria do Carmo se referindo a essas memórias da terra preta ao dizer que era um “terreno muito velho”? Não estaria o termo velho sendo usado como sinônimo de uso por longo tempo por distintos coletivos humanos?

Há muitos indícios, nas falas dos residentes ouvidos, que passam pelas memórias da terra preta – memórias essas aportadas na materialidade que a terra compõe, não como objeto, mas como agentivo em relação às pessoas e sua vida. Sr. Ney, morador da localidade de Macurany, assim compreende a terra preta: “pra mim isso aqui é a natureza, porque você vê que tem areia, barro, então cada parte se tem um tipo de solo, então aqui é a terra preta, né, só isso. É terra preta.” (Sr. Ney, Macurany, 2020). A concentração de TPI estende-se por mais de 80% da propriedade do Sr. Ney e de seus familiares, onde a residência, o quintal e a roça estão localizados sobre TPI. Dona Irenize, sua esposa, fala com muito entusiasmo:

---

<sup>28</sup> Destaque da autora.



Eu acho que essa terra ela é muito boa. Ela é tão boa porque, às vezes, as pessoas que vem aqui: mana, é terra preta! É pelas plantas (...) eu sempre digo com as minhas filhas assim, que quando o dia não tiver mais aqui, que elas continuem né, a ter essa terra né, que é tão boa, fértil, sei lá. Coisa de admirar essa terra mesmo (Dona Irenize, Macurany, 2020).

Na localidade de Macurany, os interlocutores reconhecem indícios da presença e ação humana na paisagem, destacando que:

Ainda tem essa terra preta. É o que plantar, melancia então, é tudo, é jerimum, é tudo que plantar dá. Olha, é por causa da terra que é boa. Perfeita terra que é conservada pelos índios. Sabe lá o que não fizeram. Os índios que fizeram alguma coisa e agora a prova disso, cadê? Quem é que vai dar a prova disso, só quem for lá que vai ver (Sr. Preto, Macurany, 2020).

Para o Sr. Preto, a terra preta tem relação direta com a intervenção indígena. Em uma parte de sua fala ele indica que a “terra que é conservada pelos índios” e posteriormente destaca que algo foi feito para se ter esse tipo de solo: “os índios que fizeram alguma coisa”, o que pode estar relacionado à transformação ou manutenção dessa terra. Na percepção do Sr. Preto, esse tipo de terra estaria diretamente relacionado com a ocupação por esses grupos humanos de longa data. Ele reconhece um domínio, apesar de hoje não se ter provas de ações ali empreendidas que fossem capazes de manter a riqueza de nutrientes desse solo até os dias atuais.

Para Dona Maria da Conceição: “terra preta é terra fértil né. Ela serve para tudo, pra planta, pra outras coisas né. E lá é uma terra preta muito bonita!” (Maria da Conceição, Macurany, 2020). Ela descreve características que considera importantes para a terra, do ponto de vista do cultivo e do manuseio, chegando a usar o termo “uma terra muito bonita”, o que nos leva a pensar que sua percepção sobre o solo estaria relacionada com o desenvolvimento perceptível da planta ali fixada que, se bem desenvolvida e produtiva, seria bonita, algo que se estenderia à própria terra em si.

Em outro trecho da conversa, comenta que: “lá onde a gente morava, (...) lá tinha terra preta (...) ela [mamãe] fazia verdura. A mamãe sabia muito fazer esse negócio de mandioca né, era o beiju, era tudo, era a tapioca né.” (Maria da Conceição, Macurany, 2020). Assim, ela indica o cultivo agrícola, sendo que o excedente era vendido ou usado como matéria prima para processamentos diversos, como no caso da mandioca, transformada em beiju ou tapioca para venda ou troca com vizinhos e residentes na comunidade, fato informado por ela durante nossa conversa.

Ainda sobre a terra preta, observa-se que ela menciona que serviria para outras coisas além do plantio. Perguntei o que seria e ela respondeu: “Não sei, falaram diz que a terra preta serve pra fazer não sei o que de construção. Assim uma vez um homem me falou aqui né” (Maria da Conceição, Macurany, 2020). Mesmo não sabendo ao certo sobre o que se trata, a fala reconhece uma potencialidade de uso desse tipo de solo que vai além do cultivo agrícola já mencionado e praticado por ela, seus avós e pais, quando residiam sobre essa área com concentração de TPI.

Dona Évila, ao ser perguntada sobre o motivo pelo qual a terra é preta, respondeu que: “Porque é preta mesma, é preta. É preta mesmo a terra (...) lá dá uma plantação linda lá! Plantavam muito lá, dava muita coisa.” (Dona Évila, Macurany, 2020). Sua afirmação sobre a coloração da terra não chega a se alongar porque compreende o fato como algo natural, sendo um tipo de solo amazônico, destacando que seria mais fértil e de boa produtividade.

Mesmo não tendo morado sobre a concentração de TPI, as memórias de Dona Évila remetem às pessoas que moraram lá ao longo de sua vivência na comunidade do Macurany. Comenta que ia com sua mãe ao local para visitar conhecidos e coletar castanhas ou mesmo para ver a beira do lago Parananema. Por isso menciona a beleza das plantações que ali eram cultivadas, além de indicar que essa área era muito usada para cultivo agrícola e que a produção era compensadora.

Dona Maria do Carmo faz uma comparação entre a terra da beira do lago, onde morou no passado, e o local onde mora hoje, no lado oposto ao lago e à estrada de acesso principal à comunidade:

Lá [beira do lago Parananema] eu acho que se desenvolvia mais, porque o principal era perto da água, né, não faltava água. E aí todo tempo não tinha que tá adubando. E a terra, todo tempo lá onde a gente morava, era preta, preta muito bem pretinha mesmo, e lá eu achava que a gente conseguia mais coisas do que pra cá. (...) eu achava que a produção que eu fazia desenvolvia mais, ficava mais bonito! (Dona Maria do Carmo, Macurany, 2020).

A sua análise é bem clara no sentido de que há uma grande diferença no resultado do cultivo feito na terra preta e na área que mora hoje, onde não tem terra preta. Ela ressalta que lá se produzia mais e que o cultivo era bonito, usando uma linguagem de quem cultiva a terra, ou seja, o viço das plantas era algo agradável ao olhar, indicando que a planta estava saudável e lhe daria numerosos e belos frutos.

Na sua compreensão, o cultivo agrícola era muito positivo devido à proximidade com a água e ao fato de a terra ser preta. Perguntei: “a senhora acha que era porque aquela terra era

daquela cor?”, ao que me respondeu, sem se alongar tentando achar uma explicação, que não sabia, apenas concluiu que produzia muito naquele local.

Destaco que em todas as narrativas aqui apresentadas as pessoas referem-se à terra não como terra preta de índio, mas apenas como terra preta, mesmo que associem o local à ocupação antiga de indígenas num passado distante. Alguns até dizem que os pais e avós conheceram ou tinham vínculos indígenas, e todos são unânimes em dizer que esses locais foram ocupados por indígenas, contudo não usam a definição que a arqueologia dá para esse tipo de solo antropogênico, utilizando o termo terra preta para evidenciar que é um solo diferenciado na extensão da comunidade do Macurany.

Merecem menção as afirmações de que essa terra preta, quando usada no cultivo agrícola, é muito produtiva, argumento reforçado pela memória dos interlocutores sobre ações dos pais ou avós.

As memórias da terra preta, ou a partir dela, são acionadas para descrever e apresentar a história de vida das pessoas que residem ainda hoje sobre esse solo e têm uma rotina de cultivo nele, ou das que já residiram por longo tempo sobre esses locais, assim como das que tinham proximidade com elas. Essas memórias remetem a um tipo de terra que destoa de outras existentes na comunidade do Macurany, e estão carregadas de atribuições ou narrativas de atributos valorosos para quem usa a terra para o cultivo.

Nas minhas idas a campo na comunidade, fossem para a pesquisa deste trabalho, fossem em outras ocasiões, observei que é recorrente, mesmo nas áreas onde há residências sobre a terra preta, a presença de canteiros suspensos, vasos com flores e os chamados jiraus, onde são cultivadas plantas como cebolinha, couve, coentro ou manjericão. Esses ambientes de cultivo suspenso são preenchidos com terra preta e neles são inseridas sementes ou mudas dessas plantas usadas mais como temperos ou ervas medicinais. Ao observarmos mais de perto, vemos, no entremeio das plantas, cacos de cerâmica arqueológica bastante fragmentada que, possivelmente, estavam no chão onde a terra foi retirada. Isso também é muito recorrente nos vasos que abrigam as flores que ornamentam a frente das residências que visitei.



**Figura 26:** Canteiro suspenso usado como espaço de cultivo. Foto: Bianchezzi, 2020.

Os jiraus tanto podem ser feitos com caixa retangulares, usando tábuas de madeira exclusivamente para esse fim (figura 26), mas também com o reaproveitamento de canoas e pequenos barcos (figura 27) em desuso.



**Figura 27:** Barco suspenso usado como espaço de cultivo. Foto: Bianchezzi, 2020.

Outra característica de uso dos espaços de terra preta são os delimitadores de solo feitos com pneus de automóveis, bicicletas ou motocicletas (figura 28 e 29) que observei em volta dos troncos de algumas árvores frutíferas, no jardim de Dona Irenize e do Sr. Ney.



**Figura 28:** Contêntor de terra preta com pneus.  
Foto: Bianchezzi, 2020.



**Figura 29:** Contêntor de terra preta com pneus nos troncos de plantas. Foto: Bianchezzi, 2020.

Nessa mesma residência são utilizadas duas formas diferentes de lidar com as flores do jardim, uma com delimitadores de solo feitos com pneus (figura 30), como no caso das árvores frutíferas, e outra em que as folhagens e plantas ornamentais são mantidas em vasos (figura 31 e 32), abrigadas e colocadas suspensas em pequenos andaimes de somente uma tábua.



**Figura 30:** Contensor de terra preta – com cacos de cerâmica arqueológica – reutilizando dois pneus de bicicleta. Foto: Bianchezzi, 2020.



**Figura 31:** Vaso de flores com terra preta. Foto: Bianchezzi, 2020.



**Figura 32:** Vaso de plantas com flores e folhagens em terra preta. Foto: Bianchezzi, 2020.

Cultivar a terra envolve o uso das mãos para o seu manuseio ou das ferramentas usadas como auxiliar nesse processo que pode ser tratado como uma arte. Gell fala da arte do manuseio de hortas pelos nativos de Trobriand, chamando atenção para a preparação do solo e para os “prismas mágicos” que vão culminar na produção: “a horta só crescerá bem se tiver as feições certas; a horta é, de fato, uma enorme obra de arte coletiva” (Gell, 2005, p. 22). As ações empreendidas na horta dão vida e vigor à arte. Plantas como inhames e vinhas recebem guias e podas que lhes auxiliem a expandir seus galhos, a florir e a desenvolver frutos em fartura. Uma produção que está associada à obra de arte coletiva em que as mãos auxiliam no preparo do solo, nos cuidados - colocando estacas para o ramo se apoiar, por exemplo - e na poda para estimular a planta para a florada e concentração dos frutos - um sistema de conhecimento técnico de domínio restrito ao mago horticultor (Gell, 2005).

Não poderíamos, então, dizer que os jiraus, os contentores de solo reutilizando pneus e os vasos das plantas ornamentais são “prismas mágicos”, como refletia Gell? São nesses espaços minimamente controlados que a terra preta inserida nutre as plantas previamente escolhidas de acordo com o tamanho do prisma e da espécie. Nesses espaços criados exclusivamente para receber as espécies é que o cultivo acontece, agora não diretamente no solo disposto no chão, mas em vasilhames feitos, escolhidos e selecionados por mãos humanas. O jardim e o quintal moldam-se e são moldados pela ação das mãos das pessoas que ali residem e interagem com o meio.

Bachelard (2013) afirma que “é o ser humano que desperta a matéria, é o contato da mão maravilhosa, o contato dotado de todos os sonhos do tato imaginante que dá vida as qualidades que estão adormecidas nas coisas” (Bachelard, 2013, p.21). Esse autor ajuda-nos a refletir a potencialidade das mãos, capazes de transformar a matéria em algo desejado, sonhado. Seguindo nessa percepção, entendo que a atuação das mãos na preparação da terra para o cultivo é movida por esse desejo, esse sonho, essa vontade de ter uma colheita farta e que, para isso, passa por etapas intermediárias que somente o saber e o respeito a elas resultam no produto almejado com qualidade e beleza. Às vezes, além da expectativa inicial. Dona Irenize ajuda-nos a entender isso melhor, ao descrever como ela prepara o solo para o cultivo:

Essa terra é muito rica, em várias coisas, porque eu acho impressionante, conforme a mistura, por exemplo, eu cavo ela, aí eu solto bem a terra, aí eu vou buscar outro adubo de pau podre né, aí eu misturo dentro tudinho, aí eu vou ali, pego a merda do boi ponho dentro e eu vou, sabe? E com a terra preta, e, às vezes, só com a terra mesmo ela, ela fica ótima (Dona Irenize, Macurany, 2020).

O que estou denominando de etapas intermediárias estaria relacionado, por exemplo, com a escolha do solo, que, no caso de Dona Irenize, é a terra preta, escolhida por ser considerada muito boa para o tipo de plantas que cultiva. Ela também faz a adição de outros produtos ao solo, com a intenção de agregar nutrientes - quais e em que quantidades ela, como agricultora, não descreve, mas sabe quais colocar e indica que usa: “pau podre” e “merda de boi”, - e indica que revolve o solo, sendo uma das ações iniciais do processo, pois ajuda a arejá-lo, garantindo boa circulação do ar, absorção e distribuição da água. Isso ajuda a perceber como o cultivar na terra é uma arte que o ser humano adquire ao longo de sua vida, é técnica e domínio, mas é também, todo dia, uma experiência nova, pois qualquer variação em um dos elementos do solo ou do processo pode influenciar no resultado, positiva ou negativamente.

Dona Irenize ainda nos explica como ela faz com a mandioca, uma das variedades de cultivares que ela costuma plantar:

A maniva ela é só assim, mexe ela, a terra tudinho aí mete o galinho lá e já nasce. E aquela, ela é assim uma terra, já vem a mistura com o capim, a graminha, aquilo já se mistura tudinho, e ela dá raiz, ela fica tão bonita assim, fica tão linda com pouco adubo (Dona Irenize, Macurany, 2020).

A compreensão do processo de cultivo e do desenvolvimento da planta, assim como o preparo do solo para que isso ocorra, demonstra que o ser humano vai aprendendo no processo diário do cultivo, no domínio da matéria que resulta na plenitude e na satisfação do almejado, sonhado, desejado (Bachelard, 2013) em relação e no processo com o solo e seus frutos. É a superação da resistência da matéria pelo manuseio e a produção que concentram a fonte de seu valor (Bachelard, 2013) nessa arte de cultivar o solo. Gell (2005) comenta sobre essa prática entre os nativos de Trobriand: “a horticultura ainda é subjetivamente trabalhosa, sendo a colheita valiosa por sua dificuldade de obtenção” (Gell, 2005, p 59), indicando que a resistência/superação seria a principal questão no processo de transformação dos solos e de seus nutrientes em frutos.

Ainda nessa perspectiva, Bachelard (2013) reflete sobre o manejar de matérias diversas, de modo a saber o que fazer e como fazer com cada tipo: “nos tornamos materialmente hábeis ao agir no ponto de equilíbrio de nossa força e da resistência da matéria” (Bachelard, 2013, p.21). O ser humano vai adquirindo domínio sobre cada coisa de acordo com o que almeja moldar com o uso do corpo, seja das mãos, dos braços ou dos pés, e por outros aspectos sensoriais como os presentes na narrativa de Dona Irenize: “olha é uma coisa que eu faço...com



vontade e com amor, é isso!” (Dona Irenize, Macurany, 2020). Os resultados dessa relação corpo/terra são expressos nos frutos colhidos na sua fartura e beleza.

Assim a vida continua a brotar (figura 33) todos os dias no sítio arqueológico Macurany, marcada pelos vestígios de habitar no passado distante, mas também pelo residir no presente, por inúmeras pessoas e rede de parentescos, que ocupam a margem do lago na atualidade, pescam, cultivam o solo de Terra Preta, criam animais domésticos, plantam flores (figura 34), vivem sua vida e suas relações de amizade e afetividade.



**Figura 33:** Um broto, às margens do lago, no sítio Macurany. Foto: Bianchezzi, 2017.



**Figura 34:** Sr. Creio alimentando as aves domésticas no quintal em área de TPI, em Macurany. Foto: Michel Carvalho, 2018.

As marcas dessa ocupação por grupos humanos no passado compõem a paisagem no Macurany, o Sr. Antônio aciona determinadas categorias (*locas*, casas de índio e *buracos*) para falar das evidências na paisagem que remetem a ocupações bem antigas na localidade as margens do Lago: “eles viviam mais na beira do rio do Parananema, tinha aquelas *locas* aqui e acolá, tinha as *casas dos índios* era assim que era, ainda tão lá. Os *buracos* lá, de como era” (Antônio, Macurany, 2020), evidenciando formas de experienciar o lugar e suas marcas.

Ele refere-se aos vestígios arqueológicos na área próxima ao lago que banha a localidade, citando os *buracos* - valas arqueológicas<sup>29</sup> (figura 35), evidências na paisagem - e mencionando a existência de *locas* e *casas de índio* próximas a esses *buracos*, algo que ouviu quando mais novo, contado pelos avós e pais. São compreensões distintas sobre os traços e ocupações remotas na localidade, significações a partir da vivência, da percepção mediada pelo corpo (Tilley, 2014) com o local e seus contextos, sentida e significada por ele.

<sup>29</sup> Evidências de valas artificiais são encontradas em sítios arqueológicos em outras localidades da Amazônia, compreendidas em contexto como valas defensivas (cf. Moraes & Neves 2012). M. Grace Ellis (2019), a partir de estudo topográfico, na dissertação de mestrado, fala de quatro valas nessa localidade e indica que “os portos antropogênicos evidenciados em Macurany demonstram que os habitantes estavam intencionalmente modificando sua paisagem circundante, construindo portos em intervalos regulares ao longo da orla do lago, o que proporcionou acesso aos recursos aquáticos e abriu rotas de comunicação e comércio” (Ellis, 2019. p. 14. Tradução minha).



**Figura 35:** Foto a partir do lago com vista para três dos portos/valas do Macurany (sinalizados por setas), estudados por Ellis em 2019. Foto: Bianchezzi, 2017.

Em uma visita em campo, caminhando às margens do lago do Parananema, guiada pelo Sr. Ney, ele me indicava os locais onde havia terra preta e argila. Estávamos no período da vazante (mês de novembro) e o nível da água estava baixo, fazendo com que a margem se tornasse mais extensa, conforme a figura 36. Falou-me que ia plantar mandioca na entrada do seu terreno, próximo à estrada principal da localidade. Perguntei se era boa a terra para esse cultivo e ele respondeu-me que sim. Insisti no questionamento: como o senhor sabe disso? Já plantou nesse local? Respondeu-me que os pais tinham plantado naquele mesmo local onde ele planejava fazer a roça de mandioca. Uma resposta repleta de afeto, de relações de vida e memória familiar. Reacende, concentra, revalida e reatualiza a presença, o afeto, a lembrança, o sentimento, o que foi ensinado e aprendido no cultivar o solo, no revolver a terra, na localização da área da propriedade adequada à prática do cultivo, à criação de animais, da moradia e o espaço de sociabilidade chamado de quintal ou terreiro.

A narrativa do Sr. Ney destaca o lugar onde fixou residência permanente, que foi utilizado, testado e atestado por seus antepassados, presença de distintos e constantes fluxos de vida (Ingold, 2013) ao longo do tempo, das gerações familiares afetivamente afloradas em suas narrativas nos termos: “minha avó contava...” e “meus pais falam”. Esses relatos carregam o

carinho, o respeito e a confiança a esses vínculos de parentesco, bem como a certeza e segurança que os ensinamentos sobre o experienciado por eles no lugar lhe proporcionam. Se agregarmos a essa reflexão os vestígios arqueológicos, podemos relacionar marcas do experienciado no passado, seja nas transformações da paisagem, seja nos cacos de cerâmica e líticos que compõem o lugar. Portanto, não poderíamos dizer que o sítio arqueológico do Macurany estaria restrito à vida de coletivos humanos em um tempo, espaço, grupo humano ou coisas, mas seria sempre um movimento de vida, no contínuo passado-presente.



**Figura 36:** Lago Paranema em período em que a água se concentra em sua parte mais baixa, deixando grande extensão da margem seca. Foto: Bianchezzi, 2020.

A localidade onde vivem essas pessoas tem relação com suas identidades de vida. Os interlocutores de Macurany respondem com muito carinho e convicção quando perguntados se gostam de morar naquele local. O Sr. Antônio afirma:

Gosto, mas eu gosto mesmo! (...) tudo que é preciso tem, tudo, tudo, tudo!” (Sr. Antônio, Macurany, 2020), enquanto o Sr. Douglas destaca: “Olha, *num* troco minha vida hoje aqui pela cidade, mas quando. Como você pode ver um lugar tranquilo, muito tranquilo! (...) Eu gosto da natureza, vou lhe dizer, eu gosto mesmo! Não escondo de ninguém, eu gosto mesmo da natureza.” (Douglas, Macurany, 2020). Dona Maria diz: “Eu gosto de morar aqui! (...) Eu acho assim de melhor assim que eu gosto, porque assim, a gente é *arrodiado* de vizinho, né, e onde a gente morava a gente não tinha vizinho (Dona Maria, Macurany, 2020).

Dona Irenize e Sr. Ney moram em terras que herdaram da família dele e falam com muito apego sobre o local que residem. Ela afirma: “Nem quero sair mais. E não me arrependo. Gosto tanto daqui!” (Dona Irenize, Macurany, 2020). Ele, por sua vez, diz: “A gente vive muito

bem aqui.” (Sr. Ney, Macurany, 2020). Todos esses relatos são fortemente marcados pelo gostar de estar ali, alguns destacam a escolha por aquele lugar para morar, por ser feliz em ali estar e o conjunto de relações que são estabelecidas naquela paisagem e a rede de relações com as pessoas ali fixadas.

A paisagem no Macurany é constituída por uma rede que inclui as pessoas que ali construíram seus lugares de pertencimento, a terra preta, os vestígios arqueológicos e as castanheiras que ajudam a nutrir as relações ali vividas. Assim como a TPI, as castanheiras são elementos da paisagem que estão diretamente relacionados com a vida das pessoas que viveram e vivem próximos dos sítios arqueológicos, como veremos na seção a seguir.

### **2.3 As castanheiras na Amazônia**

O aspecto da mobilidade dos grupos humanos no passado mais recente da Amazônia chama-nos a atenção, bem como nos ajuda a pensar sobre essa prática no passado mais remoto, já que é possível identificar agrupamentos de árvores de frutos comestíveis em meio à floresta densa, indicando a presença e a ação de coletivos humanos. Eduardo Neves (2006) destaca que:

A Amazônia é ocupada há mais de 10.000 anos, em alguns casos por populações de milhares de pessoas. É de se esperar, portanto, que a floresta que hoje recobre muitos sítios arqueológicos tenha, além de uma história natural, também uma história cultural. Assim sendo, é impossível entender aspectos da história natural da Amazônia sem considerar a influência das populações humanas, do mesmo modo que não se pode entender a história dos povos amazônicos sem considerar também as relações que esses povos estabelecem com a natureza (Neves, 2006, p.11).

Destaca-se a relação dos ambientes e plantas com os sítios arqueológicos, usando o exemplo das plantas de castanha do Pará (castanha do Amazonas), que, segundo Neves (2021), estariam associadas diretamente a antigos espaços de ocupação humana, que são sítios arqueológicos na atualidade, isso considerando que as castanheiras precisam de luminosidade para se desenvolver, levam até 15 anos para produzir e vivem mais de 500 anos. As florestas de castanheiras podem ter sido formadas em antigos roçados/áreas de cultivo feitos pelos coletivos no passado profundo da Amazônia, que teriam aberto clareiras na mata e feito a manutenção da planta à medida que ela brotou e cresceu. Não que com isso o autor afirme que tenham sido plantadas intencionalmente, mas que, uma vez levadas pelos animais, como a cutia, ou por ação humana (não intencional), para locais de pousio, por exemplo, e com terreno

propício (umidade e luz solar), as sementes teriam eclodido e os brotos/plantas mantidos através do manejo por grupos indígenas desde o início da ocupação humana na Amazônia (Neves, 2021).

Outras plantas apresentam esse agrupamento em locais identificados na atualidade como sítios arqueológicos de ocupação pré-colonial, indicando que os ambientes amazônicos foram, sim, manipulados, manejados e cultivados pelos grupos indígenas ao longo do tempo. Seria o caso de algumas palmeiras, como o tucumã (*Astrocaryum vulgare*) e a bacaba (*Oenocarpus bacaba*). As marcas dessa ação humana implicaram agrupamentos de espécies de plantas, contribuindo diretamente na formação da paisagem amazônica, com pomares que se destacam no alto da floresta, como as castanheiras, as palmeiras de fruto comestível como tucumã, as plantas de cacau e outras mais (Furquim, 2021).

Ao observar a floresta amazônica do alto, as castanheiras destacam-se por sobre as copas de outras espécies pela imponência (podem chegar até 50 metros de altura) e aglomeração. Os conjuntos de castanheiras na Amazônia têm sido apontados como marcadores de ocupação de povos antigos na paisagem<sup>30</sup>, principalmente porque esses adensamentos estão próximos a sítios arqueológicos de ocupação única ou distinta, compondo uma das tantas paisagens antropogênicas na Amazônia. Essa é uma das espécies apontadas como de domesticação incipiente<sup>31</sup>, em que o manejo humano contribuiu para a formação de florestas predominantes de castanheiras, e bastante dispersas, na bacia amazônica (Clement; Freitas e Romão, 2015). Suas sementes foram e são usadas como alimento tanto pelas populações antigas como contemporâneas, devido a seu alto índice proteico, por conter vitaminas do complexo B e vitamina E e minerais como o selênio, o magnésio, o fósforo e o zinco, importantes para a saúde do corpo humano.

---

<sup>30</sup> Mesmo considerando que a dispersão das castanheiras na Amazônia possa ter ocorrido pela ação e comportamento da cutia (*Dasyprocta* sp., Rodentia), roedor que tem a capacidade de quebrar os ouriços que armazenam as sementes de castanhas e constitui-se em dispersor natural porque também enterra as castanhas como forma de armazenagem. Ainda assim, a maioria das pesquisas defende que a ação humana foi fundamental para a grande dispersão das castanheiras na Amazônia, sem negar a contribuição pontual da ação da cutia como animal dispersor.

<sup>31</sup> De acordo com Clement; Freitas e Romão (2015), uma planta incipientemente domesticada refere-se a “uma população que tem sido modificada pela seleção e intervenção humana, cujo fenótipo médio ainda está dentro da variação encontrada na população silvestre para os caracteres sujeitos à seleção; a variância deste fenótipo médio poderá ser menor do que o da população silvestre, pois a seleção já começou a reduzir a variância genética” (Clement; Freitas; Romão, 2015, p.31).



**Figura 37:** Castanheira em Macurany. Foto: Bianchezzi, 2017.



**Figura 38:** Bosque de castanheiras em Macurany. Foto: Bianchezzi, 2020.

As populações atuais na Amazônia consomem muito as castanhas *in natura*, em forma de mingaus e misturadas a diversas outras receitas em que as sementes são agregadas. Ainda é recorrente em diversas vilas, comunidades e cidades amazônicas que inúmeras pessoas adentrem a floresta para a coleta anual das castanhas, nos bosques de castanheiras. Os ouriços das castanheiras, de acordo com a definição botânica, são um fruto capsular, espécies de vasilhames, como urnas, de características lenhosas que abrigam em seu interior sementes com cascas rígidas. Os ouriços apresentam pesos que variam entre 500gr a 1,5 kg, com aproximadamente 15 a 24 castanhas no seu interior. Ao serem recolhidos das árvores ou caídos delas são abertos (figura 39), e as castanhas são usadas para consumo próprio, enquanto o excedente é vendido, agregando renda a muitas famílias ribeirinhas.



**Figura 39:** Ouriços quebrados de castanheiras em Macurany. Foto: Bianchezzi, 2017.

Como as castanheiras necessitam de muita incidência de luz para a boa manutenção, desenvolvimento e regeneração dos castanhais, a disponibilidade de luz no dossel da floresta é primordial. Na Amazônia, as florestas de castanheiras localizam-se em ou próximas a locais com presença de terra preta e vestígios arqueológicos (Balée, 1989). Vitor L.C. Andrade (2017), partindo de estudos que comprovam que as castanheiras, sob manejo humano, têm apresentado índices elevados de crescimento e desenvolvimento - até três vezes mais - quando comparadas a ambientes com menor influência antrópica (Andrade, 2017), desenvolveu pesquisa buscando identificar, através da análise de anéis de crescimento das árvores<sup>32</sup> de um castanhal na Amazônia Central, próximo ao Lago Purupuru, no município do Careiro/AM, o histórico de distúrbios florestais dos últimos três séculos. Os resultados indicaram que os momentos de crescimento dos espécimes estiveram diretamente relacionados com a densidade demográfica

---

<sup>32</sup> Conforme nos informa Charles R. Clement, a análise dos anéis que se formam no interior dos troncos das árvores pode revelar diversas informações, dentro dos estudos de botânica, como a idade, respostas às variações climáticas e às transformações da paisagem. Por exemplo, se os anéis diminuem em largura, ano a ano, isso significa que a árvore não está conseguindo crescer muito, devido à falta de espaço, de nutriente e de luminosidade. Se os anéis se expandem, indica que houve uma eliminação ou diminuição de concorrência com outros espécimes em relação ao espaço, a nutrientes do solo e à luminosidade. ([https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2019/04/04/interna\\_ciencia\\_saude.747304/indios-domesticavam-plantas-antes-da-chegada-dos-europeus-ao-brasil.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2019/04/04/interna_ciencia_saude.747304/indios-domesticavam-plantas-antes-da-chegada-dos-europeus-ao-brasil.shtml))



na região estudada, demonstrando que as mudanças na ocupação do território e as ações de manejo humano influenciaram a dinâmica de crescimento das castanheiras do local (Andrade, 2017).

Neves (2021) também destaca que as mudas de castanheiras precisam de muita luz para tornarem-se adultas, indicando que se hoje temos esses conjuntos de castanhais em áreas densamente arborizadas é porque, no passado, esses locais foram clareiras na floresta capazes de fornecer luz suficiente para o desenvolvimento das plantas nas fases inicial e intermediária de crescimento. Teriam sido, então, antigos roçados indígenas que, após o cultivo de curta duração, deram espaços para o nascimento de mudas de castanheiras, sendo que as sementes teriam sido levadas, em sua maioria, pela mão humana ou pelas cutias que acessam os locais em busca dos frutos dos roçados (mandioca, milho, cará, etc.). Dessa forma, não seria prematuro afirmar que “a castanheira esteve presente desde o início da ocupação da Amazônia, junto a diversas espécies frutíferas” (Furquim, 2021, p.132) e que há uma relação direta dos bosques de castanheiras com os sítios de ocupação pré-colonial identificados no registro arqueológico de diversos sítios amazônicos através de fitólitos dessa e de outras plantas presentes nesses locais.

#### **2.4 Os castanhais no Macurany: marcas dos tempos**

As frondosas castanheiras ainda podem ser vistas na paisagem que compõe a comunidade do Macurany. Em alguns locais estão agrupadas, formando adensamentos, em outros sobressaem nos campos e/ou entre as casas edificadas, como exemplares solitários. As árvores individuais destacam-se e, ao mesmo tempo, são suportes de memória dos coletivos que ali vivem de longa data, que vocalizam indicando que havia muito mais castanheiras na comunidade, nos anos de 1980 até 2010.

Nas pesquisas de campo em Macurany, as castanheiras permeiam os relatos das gentes na comunidade local, sejam moradores antigos, seja a geração mais nova que ouviu relatos dos avós e pais que narram lembranças saudosas dos tempos da coleta da castanha e dos densos castanhais.

Sr. Antônio recorda que “tinha muita castanheira [que] os fazendeiros derrubaram muita pra fazer campo” (Antônio, Macurany, 2020), descrevendo que coletava e quebrava os ouriços “e vendia de uma lata, sabe? Essa lata era uma medida. Pra mim era seguro. Era venda garantida.

Era venda certa mesmo” (Antônio, Macurany, 2020). E recorda o tempo da comunidade antes da predominância das fazendas de gado, quando as castanheiras ainda formavam extensos castanhais. Recolher os ouriços sob as árvores era garantia de venda do produto para o Sr. Antônio e, mesmo não dando maiores detalhes desse processo, ele informa que a medida usada como padrão para preço e venda era a lata. Não menciona o tamanho desse vasilhame, mas deixa subentendido que o que era vendido eram as sementes, ao afirmar que, após a coleta, precisava quebrar o ouriço.

Dona Évila descreve que “tinha, tinha muita [castanheira]. Quando chegava no tempo nós ajuntava castanha, tinha muita castanheira” (Dona Évila, Macurany, 2020). Ela relaciona um dos antigos fazendeiros criadores de gado no Macurany à permissão para acesso às castanheiras em sua propriedade:

Foi uma coisa muito boa, foi o Didi Vieira, era dele uma parte [dos castanhais] aí ele ficou mais velho e abriu mão pro pessoal ajuntar. Ele liberou todo o castanhal, ele liberou para o pessoal. Aí o pessoal ajuntava, que era uma ajuda né. Ele deu muita ajuda pro pessoal, muito mesmo. Aí o pessoal ajuntava, onde era uma coisa que muitos não tinha como né, muitos filhos, muitas crianças que tinha, aí ajuntava e ajudou muito (Dona Évila, Macurany, 2020).

Percebem-se aqui as mudanças de relações de uso do espaço local. Se na fala do Sr. Antônio ele relata um tempo próspero, de muitas castanheiras, e não menciona impeditivos para acessar os castanhais, Dona Évila dá destaque para a necessidade da permissão por parte do dono da propriedade onde as árvores de castanha estavam. Lembranças de um tempo de fartura das sementes da planta que gerava renda a muitas famílias. Ainda indica que “vendiam e fazia o mingau para tomar, o beiju né e, também, era uma forma de ganhar um dinheirinho” (Dona Évila, Macurany, 2020). Esse é o tempo rememorado saudosamente, em que os frutos da castanheira alimentavam e construíam a vida das pessoas que ali estavam.

Sr. Preto também menciona a relação com um dos donos das antigas fazendas de gado, indicando onde havia um bosque denso de castanheiras, dizendo que “era do finado Alexandre, ele não dava conta, era só ele com as filhas dele e a mulher. Tinha aquele castanhal lá, aquele lá da frente. Não dava conta, dava muito lá chega avermelhava em baixo. A gente ia buscar na queda dela” (Sr. Preto, Macurany, 2020). Essas árvores indicadas por ele ficavam a uma distância de 300 a 400m da margem do Lago Parananema, “[era] lá pro lado de lá do rio<sup>33</sup> [lago]

---

<sup>33</sup> Em muitos dos relatos de pessoas do Macurany o termo “rio” é usado para se referir à extensa porção de águas que banha boa parte da comunidade. Esse lago junta-se, na parte mais ao sudeste, ao lago Macurany, que banha parte da área urbana da cidade de Parintins, sendo abastecido por águas do rio Amazonas na parte leste.

que o pessoal já derrubaram, pra lá tinha bem e ainda tem né” (Sr. Preto, Macurany, 2020). Como mencionado no relato do Sr. Preto, ainda hoje temos um conjunto mais ralo desse castanhal às margens das águas do lago. Muitas dessas árvores podem ser sobreviventes e/ou descendentes dessas a que ele se refere e das quais coletava os frutos em um passado distante - no tempo das fazendas de gado ou antes delas.

Quando perguntei se próximo à sua residência não havia castanheiras no passado, Sr. Preto narrou memórias sobre o plantio, indicando exemplares solitários na paisagem como exemplos desse processo feito por ele e seus familiares:

A castanha fêmea ela tem uma quilha, no meio da costa, ela tem uma quilha assim oh, tem os dois ladinhos e tem uma quilhazinha no meio da costa, aquela é a fêmea. A gente separava cuiadas<sup>34</sup> daquelas, pra plantar por ali oh. Tem aquelas dali, tem outras por ali, tem outras pra li, tudo que a gente ia fazendo roçadinho a gente ia plantando [ele indicado ao lado esquerdo a sua casa, ao lado direito e ao fundo da casa, onde há castanheiras dispersas que se destacam imponentes na paisagem]. Só que quando a minha vó mandou medir pela prefeitura, ficou tudo no terreno dos outros irmãos aí (Sr. Preto, Macurany, 2020).

Nessa narrativa aparece a descrição de como as sementes eram selecionadas para o plantio de novas mudas de castanheiras e, mais, a informação de que era nos roçados abertos que se lançava ao solo os frutos “era mato, era capoeirão assim alto [...] aí fizemos roçadinho, plantamos castanheiras aqui oh” (Sr. Preto, Macurany, 2020). Associo aqui o uso dos roçados para o plantio de novas espécimes de castanheiras, apontado como um dos principais modos de formação dos castanhais próximos aos sítios arqueológicos, conforme muitos autores têm defendido a partir das informações coletadas nos inúmeros sítios e seus registros arqueológicos. As clareiras abertas no meio da mata eram fundamentais por fornecerem luz e condições de manejo, por certo período, para o desenvolvimento inicial das plantas jovens. Ao que me parece, essa prática dos coletivos indígenas foi também de outras gentes na Amazônia, como foi no Macurany, pelo que me relatou o Sr. Preto.

Dona Madalena tem memórias da coleta da castanha em companhia do esposo, quando passaram a residir próximo a um dos bosques de castanheiras:

A coleta da castanha, eu lembro porque eu trabalhei muito nela. Meu marido trabalhava aqui na fazenda e ele colhia as castanhas. Então aí como a gente já estava junto, eu também participei de juntar castanha. Era muito bonito pra juntar, assim, de

---

<sup>34</sup> Ele se refere à medida de sementes dentro do vasilhame feito a partir dos frutos da cueira (*Crescentia cujete*), que são comumente usados na Amazônia como recipientes e vasilhas, também chamadas de cuias.

juntar. [...] a gente trazia daí, daí do Conjunto [habitacional Vila Cristina] tudo isso era um castanhal (Dona Madalena, Macurany, 2020).

Suas lembranças são permeadas pelo trabalho árduo, pela fartura de frutos e pela densidade de árvores que se avizinham de sua residência:

Agora você conduzir castanha e jogar na aqui [indica as costas] pra trazer. Trazia tudo e amontoava tudo [...]. Era muita castanha, muita castanha mesmo! E hoje você olha, nunca diz que tem. Só pra quem conheceu mesmo, aí no caso dele que conheceu, como é que era um castanhal muito grande aí, e as pessoas juntavam muito. Não só os donos mesmo, como os outros também, né (Dona Madalena, Macurany, 2020).

Essa narrativa converge com o que nos relatou D. Évila e o Sr. Preto, sobre o fato de as pessoas coletarem em locais onde era permitido acessar os castanhais que ficavam em propriedades particulares. Dessa forma, não somente o dono da propriedade promovia a coleta, como as demais pessoas que possivelmente já o faziam antes desses bosques terem sido apropriados ou delimitados pelos donos das fazendas na localidade. Ela relembra que “ele [esposo] cortava. Ele com o dono, que era o Djard Vieira. Eles tinham sociedade né na castanha” (Dona Madalena, Macurany, 2020), trazendo a informação da sociedade estabelecida entre seu esposo, que trabalhava como responsável na manutenção diária da fazenda e do gado e também fazia a coleta no tempo da safra da castanha, cuja parte<sup>35</sup> era entregue ao dono da propriedade e do bosque de castanheiras. No entanto, não chega a detalhar que condições societárias eram estabelecidas.

Ainda na continuidade de suas narrativas e lembranças, Dona Madalena tem uma memória saudosa desse tempo da fartura de castanhas e castanheiras no Macurany:

E hoje é assim, o que serviu pra muita gente, hoje não serve pra ninguém, porque não tem mais. A gente procura não existe, acabaram com a riqueza daí. [...] hoje eu quero comer castanha, eu quero comer um mingau, quero fazer um beiju, não existe mais castanha né. Não existe (Dona Madalena, Macurany, 2020).

Nesse espaço avizinjado de sua residência, associado às memórias de coletar muita castanha junto com o esposo, hoje está fixado o Conjunto Residencial Vila Cristina<sup>36</sup>. Em alguns momentos ela afirma que não tem mais como repor o que foi retirado para construir tantas casas, afirmando que nem seria seguro, naquele local, em meio a tantas residências,

<sup>35</sup> Odirley, em trecho mais adiante, indica que a metade dos frutos recolhidos era entregue ao dono da fazenda onde se localizavam as castanheiras.

<sup>36</sup> Construído no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, iniciativa do governo Lula para facilitar a aquisição da casa própria por famílias de baixa renda, a obra do Conjunto Residencial Parintins foi iniciada em 2012, pela NV Ind. e Construção Ltda.

plantar castanheiras, pois a queda dos ouriços poderia causar acidentes graves às pessoas e danificar as construções. Porém, é perceptível na sua narrativa como sua vida e a criação de seus filhos estiveram diretamente relacionadas com a existência dos castanhais e de seus frutos na comunidade do Macurany.

Sr. Ney, ao conversarmos sobre as castanheiras, foi categórico em afirmar “eu vivi na castanha aqui!” (Sr. Ney, Macurany, 2020). Esclarece que “na época que meu pai criava gado aqui, nós vínhamos, prendia o gado, aí depois nós íamos colher a castanha” (Sr. Ney, Macurany, 2020). Ele se refere ao tempo em que seu pai utilizava o terreno para a criação de gado, um tempo posterior ao das fazendas e fazendeiros, como outras pessoas mencionaram. Aqui temos um tempo mais próximo da atualidade, o tempo da juventude de Sr. Ney, quando ele, junto com seu pai, fazia o manejo do gado e também se beneficiava da coleta da castanha para consumo e venda, como relata ter ido “ajuntar uma castanha que era pra comprar o diesel [a ser usado no trator] o dia seguinte” (Sr. Ney, Macurany, 2020).

Ao narrar suas lembranças, menciona que “conjunto [habitacional Vila Cristina] tudo aí era um castanhal. Como eu lhe falo, aí era uma mata, aí você achava castanha, aí você achava o uixi” (Sr. Ney, Macurany, 2020), novamente dizendo que os castanhais estavam ali, à frente da propriedade de sua família, formando um bosque com variedade de espécimes.

Dona Conceição relembra o trabalho com seu pai e as castanhas:

Trabalhei muito na castanha, quebra castanha, juntamos muita castanha, juntamos muita castanha, naquele tempo dava muito. No último ano que nós juntamos com papai, nos juntamos quarente mil ouriços. Aí era um montoeiro quase daquela altura, de altão [...] dava muita castanha, muito mesmo, a gente quebrava castanha, papai vendia, a gente levava. Trabalhamo muito com a castanha (D. Maria da Conceição, Macurany, 2020).

Quando lhe pergunto se as árvores foram retiradas para dar lugar ao pasto para o gado, ela me explica que “não, é porque lá não derrubaram né, mas com o tempo elas vão caindo né. Aí vão morrendo, aí eu também acho assim, que as plantas sentem quando, as pessoas param de cuidar né<sup>37</sup>. Aí vão se acabando.” (D. Maria da Conceição, Macurany, 2020). Isso me remete à informação do manejo das castanheiras, destacado por Andrade (2017) ao estudar os anéis de desenvolvimento de um castanhal na Amazônia Central. Destaca-se aqui a relação humana e não humana que aparece em outros tantos relatos coletivos humanos na Amazônia, algo que

---

<sup>37</sup> Destaque da autora.

será mais bem tratado no capítulo 03 deste estudo. Porém, é preciso mencionar que essa categoria do cuidado é algo que não pode ser ignorado, pois este cuidado é com os humanos e também com os não-humanos, sejam plantas, seres ou lugares no Macurany.

Dona Maria narra suas lembranças na lida com as castanhas, dando destaque a quão trabalhoso era:

Vixe, trabalhávamos muito. A gente ajuntava a castanha que caia. [...] A gente morava aí no seu Eli. Carregava daí do final dessas terras até chegar lá, na costa, daquela cerca pra lá. Aí quando chegava no tempo de quebrar, papai não pagava trabalhador e nós quebrava. [...] a gente juntava tudinho né. Quando tivesse toda aquela quantidade, aí quebrava. A gente passava de semanas e semanas quebrando com o terçado. Ele nunca pagou trabalhador, o papai, ele era sociedade do seu Eli, aí nós fazíamos esse trabalho, além de juntar a gente ainda quebrava. Sou toda aleijada, esse lado aqui, todo aleijada da minha costa, de tanto carregar castanha. [...] Depois que arranjaram uma égua velha aí melhorou mais um pouco, mas nos carregava castanha na costa mesmo, no saco (Dona Maria do Carmo, Macurany, 2020).

A vida de Dona Maria é pautada pelo manuseio das castanhas e pelo processo de recolher os ouriços caídos sob as árvores e deslocá-los até a casa para posteriormente quebrá-los usando o tesado. Suas lembranças são marcadas pelo exaustivo e trabalhoso processo, pelas marcas e dores que permanecem no seu corpo “*toda aleijada da minha costa, de tanta carregar castanhas*”. Talvez por isso sua narrativa seja voltada para o desgaste físico que o processo de colheita da castanha causava. Usa a categoria bruto para esse processo “trabalhar na castanha era um trabalho bruto, bruto mesmo” (Dona Maria do Carmo, Macurany, 2020), de forma a assinalar que se tratava de um trabalho que não era gratificante nem animador de fazer. Expõe a perigosa rotina com a colheita das castanhas, “trabalho arriscado, porque a gente não vê quando ela cai ne. Às vezes, quando a gente escuta o barulho, dá uma carreira, e quando a gente não escuta o barulho, que ela é capaz de matar a gente pelo castanhal” (Dona Maria do Carmo, Macurany, 2020), sinalizando a preocupação com o risco que o trabalhador corre por ter que se posicionar embaixo das castanheiras, recolhendo os ouriços caídos, pois, como se trata de material lenhoso, pode machucar ou até matar, em alguns casos.

Sobre o trabalho em parceria com o dono da fazenda que abriga os castanhais, Dona Maria relembra:

[...] trabalhamos tanto, sem lucro, porque o lucro maior era pra ele. O papai comprava paneiro, só não pagava trabalhador porque tinha nós. Era eu, era o papai, a Conceição, o Augusto, o Antônio, era só nos quatro, mas nós trabalhava mais que o pai porque ele tinha a mania de ir pra cidade e não voltava mais ne e deixava a gente trabalhando. (Dona Maria do Carmo, Macurany, 2020)

Ela compreende que havia uma relação desigual entre eles, em que o proprietário era o que mais se beneficiava da venda das castanhas, pois não tinha custo com o trabalhador que coletava, quebrava e depositava no paneiro (cesto trançado de fibras vegetais) as sementes para venda. As castanhas chegavam ao dono da fazenda prontas para a venda, dessa forma, o valor recebido era livre de custo ou despesa nesse processo de colheita. Diferente do que ocorria com o “sócio”, que era o caseiro da fazenda, o pai de Dona Maria usava a mão de obra familiar na coleta, quebra e acondicionamento das castanhas, tendo ainda que comprar os cestos utilizados, ou seja, tinha mais gastos que o dono da propriedade.

Na sua narrativa ela fala da memória sobre a relação de trabalho, que também considera desigual dentro da família, em que o pai, que era o caseiro da fazenda, encarregava os filhos e filhas desse processo de colheita da castanha e poucas vezes atuava junto. Ele acertava a sociedade com o dono da fazenda e fazia as vendas das castanhas, mas pouco atuava no trabalho pesado, de acordo com as lembranças compartilhadas por dona Maria.

Sr. Douglas, por sua vez, recorda das castanheiras compondo a paisagem do Macurany:

Tudo era bonito, assim como esse aqui ó [apontou com a mão para o campo na frente da residência], você só via as castanheiras e o resto todo verde [...] na época que eu cresci e na minha época no meio da minha infância, da minha adolescência, era uma outra visão. Hoje em dia já não tem tudo aquilo de natureza (Sr. Douglas, Macurany, 2020).

Suas lembranças relacionam-se a um Macurany menos urbanizado, ainda com fazendas e castanheiras e com o lago farto em peixes grandes e em diversidade de espécies: pirarucu, tambaqui e outros mais, que seu pai, pescador, retirava como alimento para a família e vendia e/ou trocava o excedente para a aquisição de outros produtos alimentícios.

Quando perguntado se ainda coleta castanha, disse que trabalhou muito com isso no passado, mas não faz mais, apenas os filhos, porém, não detalha muito como foi esse processo. Sua atenção estava voltada às lembranças da paisagem e das castanheiras que a compunham, descrevendo a visão que tinha de onde morava com seus pais, mais próximo da região onde fica a atual escola:

Na época do meu pai, você podia olhar o Macurany e você enxergava longe, era fazendas que você [...] na cheia se tornava uma, um tipo assim comparado, tipo assim, quando soltavam um monte de pontinhos brancos, a gente enxergava longe, distante, mas era só gado, aquele branquinho pequeno, mas era distante fechado de castanheira (Sr. Douglas, Macurany, 2020).

Do tempo em que as fazendas ocuparam boa parte do território onde hoje é a comunidade do Macurany, as castanheiras são marcadores de memórias para o Sr. Douglas, que descreve a imensidão de gado e de castanheiras que se entrelaçavam numa mistura e destaque de cores.

Sr. Odirley, na entrevista com Douglas, explica algo importante para entendermos como eram as permissões para coletar castanhas:

É que como nossos mais antigos ensinavam muito a gente respeitar o que era dos outros né. Como os castanhais geralmente estavam na mãos dos grandes fazendeiros. E aí tem uma história engraçada os caras me aporrinham né (rrrss do Douglas), com relação a isso. Quem é que ficava nos castanhais, só eram os caras né, que ficavam na fazenda, o caseiro né, que é o caso lá do seu Florisvaldo, ele juntava e dividia com o patrão. Então se fosse alguém lá no castanhal ajuntar, aí já não tinha, né Douglas, já não tinha tanta. Tanto é que conversava com o dono do castanhal pra ele liberar entendeu e a gente não ia mesmo. Os caras até me aporrinham aí que quando eu comecei a juntar castanha, que o papai descobriu que tavam um monte lá ele brigou. Porque tinha isso mesmo na cara, respeitar a propriedade do outro (Sr. Odirley, Macurany, 2020).

A coleta de castanha atravessa o tempo na comunidade de Macurany, e os relatos permeiam algumas referências como: antes das fazendas, durante as fazendas e posterior às fazendas; ou antes do conjunto habitacional e durante o conjunto habitacional. Na atualidade, as castanheiras são marcas na paisagem que remetem a memórias dos tempos em que havia muitos castanhais na localidade. São suportes de memórias para quem teve sua vida marcada pela relação direta com as castanheiras, sejam como fonte de renda ou de alimentos.

Os castanhais, na comunidade do Macurany, não foram associados, pelas pessoas com quem dialoguei, à ocupação e aos vestígios indígenas diretamente, mas são sempre relacionados às proximidades do lago e estão no entorno da extensão do sítio arqueológico atualmente, compondo a paisagem memorável e saudosa: “no tempo das castanheiras”. Esses espécimes ainda sobrevivem na paisagem local, contudo, hoje é um tempo distinto em que há poucos conjuntos de castanheiras e não mais aquela fartura que se mantém na memória das pessoas que residem de longa data no Macurany.

As pessoas viviam e relacionam sua vida à coleta da castanha e aos alimentos produzidos a partir do processamento delas. A relação entre as gentes e as castanheiras na Amazônia é milenar, e acredito que no Macurany não seja diferente, se considerarmos as narrativas que apontam a existência de muitos espaços que eram formados por matas de castanheiras. Elas



continuam presentes, lembrando-nos que, tal como a terra preta, são legados indígenas (Balée, 2008; Neves, 2021; Furquim, 2021) na paisagem Amazônica e do Macurany.

### **CAPÍTULO 3: A MATERIALIDADE ARQUEOLÓGICA E AS NARRATIVAS DO INTANGÍVEL NO MACURANY**

Categorias do universo ameríndio na Amazônia (Fausto, 2008), os seres encantados da floresta e do “mundo do fundo” interferem na vida cotidiana dos humanos, na medida em que são percebidos e sentidos por eles como algum tipo de doença, de barulho inexplicado dentro ou fora de casa, de sensação ou experiência corpórea, como destacam Galvão (1990), Maués (1990; 2012), Cordeiro (2017) e Sauma (2021). Essas categorias ameríndias, também atribuídas como componentes do imaginário amazônico, são constituídas de materialidade em muitas narrativas e atuam na geração de interditos na rotina de vida dos coletivos humanos; além disso, esses fenômenos não estão restritos a um único local, ambiente ou a um determinado grupo social. Agricultores, ribeirinhos, coletivos remanescentes de quilombolas e outros mais, nas diversas regiões amazônicas, atribuem episódios da própria vida às visagens e coisas encantadas.

#### **3.1 Entidades no ambiente amazônico e os vestígios arqueológicos**

Eduardo Galvão (1990), em seus estudos sobre a Amazônia, chamava atenção para experiências e crenças dos povos amazônicos: “entre essas crenças locais registramos as que se referem (...) as “visagens”, na fala regional, que ora surgem sob a forma de um pássaro, ora como veados de olhos de fogo, ou como simples aparição sem aspecto definido” (Galvão, 1990, p.5). Por sua vez, Maués (2012) sugere “que se considere o fato de que, na Amazônia, para a grande maioria de sua população, o padrão usual de pensar o mundo é muito menos dicotômico – muito mais holístico” (Maués, 2012, p. 51). Considerando isso, esse autor ainda menciona categorias como *encantados*, *mães de bichos*, *bichos visagentos* e *visagens* que ocupariam os distintos espaços do ambiente amazônico, como lagos, florestas, rios, igarapés etc. Galvão (1990), em suas pesquisas, identificou que “existem muitos outros sobrenaturais a que o caboclo denomina genericamente de “*bichos visagentos*”, em geral associados a um acidente natural, o rio, o igarapé ou um trecho da mata” (Galvão, 1990, p.5).

Maria Audirene de Souza Cordeiro (2017), em sua tese de doutorado, identificou um conjunto amplo de crenças e práticas de cura não biomédicas na zona urbana de Parintins - Amazonas, demonstrando como os coletivos humanos desse local compreendem e explicam o

conjunto de relações estabelecidas e vinculadas entre o *mundo do fundo* e o *mundo de cima*, de modo que o que ocorre no *fundo* afeta o *mundo de cima* e vice-versa. Segundo Cordeiro (2017), há regras que regem a convivência entre esses dois mundos, dentre essas a de “não perturbar o espaço dos donos dos lugares” (Cordeiro, 2017, p.231), reforçando que “todo lugar em cima da ilha tem mãe, sejam os paranás, igarapés, florestas e pedrais” (idem, p.231). Fausto (2008) informa que essa categoria ameríndia de “dono” é compreendida como domínio do coletivo, e não individualidade, como tal termo pode sugerir. É um caso de cuidado, de generosidade, de respeito e de relação entre diferentes seres: humanos, animais, plantas, coisas e entidades.

As *cabeceiras* de lagos, rios e igarapés são descritas como locais onde habitam as mães do lugar que, ao serem perturbadas em sua paz e harmonia, agem para punir quem as desrespeitou ou as incomodou. Assim se faz necessário submeter-se à atuação de pessoas habilitadas - conhecidos na região como curador e curador sacaca - capazes de desenvolver rituais e práticas de cura que visam proteger e/ou livrar o sujeito de marcas do contato com esses seres intangíveis - *visagens, bichos do fundo, mãe dos rios, mãe dos bichos e bichos visagentos* (Cordeiro, 2017).

Maués (1990; 2012) já descrevia que os moradores do *fundo*, onde está o *encante* – morada dos encantados -, se relacionam de várias formas com os humanos que estão no *mundo de cima* e são também conhecidos como *bichos do fundo*, pois não são espíritos, podem ser humanos ou bichos que se encantaram, que não morreram. Cordeiro (2017) assinala que os encantados se comunicam com as pessoas através de sonhos ou quando são levadas, mediante consentimento, para esse lugar *no fundo*, a fim de aprenderem ou serem *amansadas* na arte da cura, indicando que somente transitam nesses dois mundos os escolhidos a serem curadores e os curadores em preparação ou já atuando. Maués (2012) descreve três formas de manifestação dos encantados na microrregião do Salgado-Pará, sendo:

**a)** no mar, nas baías, nos lagos e rios eles aparecem como animais encontrados nesses ambientes: cobras, jacarés, peixes, botos e outros, não sendo fácil distingui-los dos outros animais não encantados; **b)** nas praias e às margens dos rios, baías e lagos, aparecem sob forma humana, muitas vezes assumindo a figura de pessoa amiga, um parente próximo, a mulher, o marido, um filho: é quando são mais perigosos, pois dessa forma muitas vezes seduzem os seres humanos comuns para levá-los à sua morada. Ou ainda como a princesa filha do rei São Sebastião – na ilha de Maiandeuá, manifesta-se a pescadores para que, mediante um ritual específico, possam se libertar do encantamento; **c)** outra forma de manifestação é quando permanecem invisíveis e incorporam-se num pajé ou numa pessoa comum de quem se agradam e que desejam tornar pajé<sup>38</sup> (Maués, 2012, p.37-38 - adaptado).

---

<sup>38</sup> Essa manifestação é definida por Maués (1990; 2012) como xamanismo – praticado por pajés amazônicos não indígenas.

Observa-se que Cordeiro (2017) e Maués (1990; 2012) fazem descrições que nos ajudam a compreender melhor como esses elementos do imaginário amazônico estão presentes e são relatados nas diversas regiões amazônicas, englobando ambientes, animais e pessoas que se comunicam e interagem, de tal forma que a própria rotina da vida cotidiana se entrelaça em regras de respeito, disciplina e comportamentos necessários para a harmoniosa convivência entre seres humanos e não-humanos no universo amazônico.

Julia Sauma (2021), ao estudar as relações estabelecidas pelas pessoas remanescentes de quilombolas das comunidades Boa Vista do Rio Trombetas e Água Fria, localizadas às margens do rio Trombetas, no município de Oriximiná-PA, registrou relatos que mencionam relações entre humanos e não-humanos, ou *visíveis* e *não visíveis*, categorias usadas pelos interlocutores da autora. É algo que perpassa os espaços ocupados, de tal maneira que também ocupa os corpos das gentes que ali residem, como uma “sobreposição entre corpos e lugares nas áreas coletivas dos quilombolas de Oriximiná” (Sauma, 2021, p.132). É a presença dos invisíveis no espaço do visível, assim como o relato que cada lugar tem *mãe*, tem *donos*; são espaços coletivos em que, quando ocorre algum tipo de desarmonia, essa força ou potência toma o corpo das pessoas, causando-lhes malefícios. Contudo, os interlocutores de Sauma destacam que o cultivo de relações coletivas e harmoniosas é fundamental para *limpar* esses lugares, a ponto de conseguir seu *desencantamento*. As relações de alegria, de boa convivência, de amor e amizade são capazes de neutralizar a ação dos *não visíveis*, já que “a *abertura* e a *limpeza* dos lugares são incessantes porque o *fechamento*, a *sujeira* e o *encantamento* também o são” (Sauma, 2021, p.126).

É importante salientar que tanto Fausto (2008) como Maués (1990; 2012), Cordeiro (2017) e Sauma (2021), ao nos apresentarem esses relatos, indicam relações outras no ambiente amazônico, capazes de disciplinar corpos, vidas e convivências, destacando que, para os indígenas, coletivos quilombolas e ribeirinhos, os lugares são portadores de agência, numa relação que extrapola o mundo visível. Os autores chamam a atenção para que compreendamos os lugares para além da ocupação atual, expondo narrativas que informam sobre as suas muitas ocupações pelo visível e pelos não visíveis.

Essas narrativas entrelaçam-se no âmbito da arqueologia, por fazerem parte do cotidiano dos seres humanos e não-humanos na Amazônia, o que também nos ajuda a compreender melhor os modos de conviver com o passado e seus vestígios na região. Muitas narrativas associam a ocorrência de visagens – categoria amazônica para assombração, fantasmas, aparições - aos sítios arqueológicos, ricos em vestígios materiais de ocupações antigas,

despertando-nos para a relevância de refletir sobre o imaginário na região e de como os lugares que remetem a ocupações do passado e aos vestígios arqueológicos são desencadeadores de muitos temores e medo na Amazônia. Essas narrativas são entrelaçamento da e na vida cotidiana das gentes na Amazônia e precisam ser mais bem exploradas e analisadas no campo da arqueologia.

Camila Jácome (2017) informa-nos que o cacique Amayta, da região do rio Trombetas, observou, ao ver os apliques zoomorfos Konduri, que caso aqueles objetos fossem vistos por um ex-pajé fariam com que ele voltasse a ser pajé (Jácome, 2017). Em trabalho posterior, em parceria com Jaime Wai Wai, os autores destacam que, entre os Wai Wai, “para os velhos e velhas das aldeias do Trombeta, alguns fragmentos cerâmicos são indícios dos tempos em que os xamãs faziam suas curas e se comunicavam livremente com os espíritos que os auxiliavam” (Jácome e Wai Wai, 2020, p.164). Os autores ainda destacam que para os povos Wai Wai dessa região do Trombetas “vários objetos ajudavam o pajé a se comunicar com os espíritos e esses objetos (...) podiam ser feitos de pedra, barro, madeira, cigarro, espírito e oração, e somente o pajé poderia utilizá-los (Jácome e Wai Wai, 2020, p.165).

Xamen Wai Wai<sup>39</sup> explica, a partir do que ouviu de seu pai, que as festas entre aldeias eram uma oportunidade de as moças irem e voltarem, e com isso traziam o conhecimento de técnicas de se fazer cerâmica aprendidas com essas gentes, contudo “essas mulheres não estavam simplesmente trocando técnicas estilísticas e decorativas, mas estavam trocando os espíritos da cerâmica, como do urubu e do morcego” (Jácome, 2017, p.208), indicando que ali estavam sendo estabelecidas trocas mais amplas, “de potencialidades xamânicas” (Jácome, 2017, p.208).

Com tudo isso exposto, questiono por que não seria possível, na arqueologia, tratarmos com mais atenção esse universo ameríndio e interrelacional tão ativo e potente nos espaços e ambientes amazônicos ocupados no presente e no passado.

Talvez uma das dificuldades encontradas pelos arqueólogos seja o estabelecimento da relação com o intangível, presente entre os coletivos humanos que não são, necessariamente, herdeiros diretos dos bens arqueológicos em estudo. A emoção é apontada por Pellini (2014) como um dos elementos sensoriais que devem ser considerados com mais atenção nos estudos

---

<sup>39</sup> Mais detalhes em: Wai Wai, J. X. 2017. *Levantamento etnoarqueológico sobre a cerâmica Konduri e ocupação dos Wai Wai na região da Terra Indígena Trombetas Mapuera (Pará, Brasil)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia). Universidade Federal de Oeste do Pará. Santarém. Pará.

arqueológicos. São marcadores de memórias e podem ser percebidos pelas narrativas que remetem a eventos sensorialmente provocados por quem experimenta tais emoções, quase sempre raros e de impacto nas lembranças de quem os vivenciou (Pellini, 2016). Nessa perspectiva, entendo que as narrativas sobre o intangível estariam contempladas, conforme os relatos e relações, em distintos espaços arqueológicos na Amazônia.

A crença por parte das pessoas sobre o intangível, como a presença de espíritos ou seres sobrenaturais ligados aos sítios e objetos arqueológicos, atribui-lhe sacralidade, respeito ao espaço, aos objetos e à paisagem. Bezerra (2018) chama atenção para os relatos, pelos coletivos amazônicos, sobre os artefatos arqueológicos serem provocadores de visagens quando retirados do local de origem por coleta e guarda.

A compreensão de que artefatos arqueológicos são ativadores de visagens é uma das características que, recorrentemente, ouvimos nos relatos das pessoas residentes em várias regiões da Amazônia. Juliana Sales Machado (2012), ao desenvolver a pesquisa de sua tese de doutorado na ilha de Caviana, no arquipélago do Marajó, registra a informação da “*visagem assobiador*” causando perturbação noturna a humanos e animais, na residência de quem havia encontrado e retirado uma urna funerária, atribuindo ao dono desse objeto tal visagem.

Isso poderia estar associado à percepção, que pode ter atravessado o tempo e as gerações, sobre as pessoas que confeccionaram e usaram tais objetos cerâmicos arqueológicos. Principalmente se houver a atribuição de uso desses objetos antigos por pajés/xamãs dos povos antigos, como mencionado pelos indígenas da região do Trombetas.

Partindo dessa perspectiva, vale refletir sobre o que Marcel Mauss (2003) afirma, que quando um grupo social reconhece alguém como mágico, atribuindo-lhe domínio da magia, seria por este estar ligado a “uma destreza e uma ciência pouco comuns” (Mauss, 2003, p.69). Ele chama a atenção para a importância da repetição e da atualização de relatos, afirmando que:

Não são apenas um jogo da imaginação, um alimento tradicional da fantasia coletiva; sua constante repetição, (...) mantém um estado de expectativa, de temor, que pode, ao menor choque, produzir ilusões e conduzir a atos (...) À força de ouvir falar do mágico, acaba-se por vê-lo agir (idem, p.69-70).

Assim, estendo o reconhecimento do grupo social para os objetos cerâmicos e os sítios (habitações antigas, imemoráveis), como coisas e lugares mágicos, e sugiro pensar que os relatos orais a respeito de visagens e de encantados associados aos vestígios e sítios arqueológicos foram e são repetidos ao longo do tempo amazônico, mantendo-se e sendo alimentado no imaginário da região.

Essas narrativas atualizam as práticas e são atualizadas na vida cotidiana, seja nas rodas de conversa, seja no longo e constante deslocamento pelas águas dos rios na Amazônia. Como nos lembra Leandro Tocantins (1983), “o rio, sempre o rio, unindo o homem, em associação quase mística (...) onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos” (Tocantins, 1983, p.234). Inúmeros lugares, sejam nas águas ou em terra, ganham destaque nos relatos de moradoras/es por constituírem interditivos ligados a encantamentos e visagens que geram temor e medo e que influenciam e regulam a vida dos moradores amazônicos que abrigam os fragmentos cerâmicos, transformações na paisagem e espaço de ocupação humana antiga, interligadas pelas águas dos rios amazônicos.

Desses lugares não se deve retirar os artefatos arqueológicos sob o risco dessa ação trazer infortúnios para as pessoas que deles se apossarem, por estarem associados às coisas dos índios, às coisas do passado (Bezerra, 2011; 2013) e a “coisas de gente que já morreu” (Sousa, 2018). O fato de os vestígios de cerâmica arqueológica serem associados a grupos indígenas que viveram no passado, nessa região, também constitui uma forma de atualização constante da ideia de encantamento de coisas, lugares, pessoas (Mauss, 2003), indicando que “os diversos elementos da magia são criados e qualificados pela coletividade” (Mauss, 2003, p.124).

Para Mauss (2003), o encantamento está associado ao mágico e ao que ele toca de forma intencional ou não intencional, “não [havendo] necessidade de que o contato seja habitual, ou frequente, ou efetivamente realizado” (Mauss, 2003, p. 101), isso poderia produzir os malefícios a quem os manuseasse a posteriori, já que estariam encantados pelo contato das gentes do passado. Ainda nesse sentido, Mauss (2003) afirma que, em geral, não se vê agir as causas, mas os efeitos que elas produzem. Essa crença é algo que envolve e é envolvida por todo o seu grupo. É um estado de crença coletiva que faz com que “se constate e se verifique em suas consequências, ainda que permaneça misteriosa e é a natureza dessa crença que faz a magia poder facilmente transpor o abismo que separa seus dados de suas conclusões” (Mauss, 2003, p.131).

Assim, as consequências do contato com coisas encantadas, ou perturbação aos *bichos do fundo* e *donos de lugares* entre outros não-humanos, têm alguma relação nas narrativas a respeito de encantamento que contam que coisas, lugares e objetos são possuidores e que, quando tocados ou acessados, podem causar malefícios a quem quebra o regramento da harmonia e do respeito. São tabus e regras que devem ser seguidos pelos que vivem no *mundo de cima* e que perpassam pelo respeito traduzido no não exagero de alimentação e da caça e do não acesso a coisas e ambientes proibidos, pois, uma vez quebradas essas permissões, ao

infrator é imputada uma punição, marcando ou impingindo, de alguma forma, o encanto nesses corpos.

Jaqueline Gomes (2021) destaca, a partir da sua longa experiência de pesquisa no entorno do Lago Amanã, que “lugares tem donos e histórias” (p.67), indicando a necessidade de acionar “critérios cosmológicos para dar sentido a formação de lugares de gente humana” (p.67) e o quanto precisamos, em nossas pesquisas arqueológicas, considerar a “emaranhada rede de relações que envolve pessoas, objetos, animais, plantas, fenômenos e seres cosmológicos em nossas análises” (Gomes, 2021, p.67). Como nos informa a autora, os lugares em que a arqueologia tem atuado na Amazônia “são povoadas por muito mais seres que o registro arqueológico tradicional permite visualizar” (Gomes, 2021, p.67). Marcia Bezerra (2017), ao falar da relação entre corisco e visagens, diz que “as narrativas informam sobre o objeto e, ao mesmo tempo, o classificam como ativador das sutilezas do imaginário amazônico” (Bezerra, 2017, p. 60). Daí a urgência em se considerar esses elementos em nossos projetos de pesquisa arqueológica.

Além do mais, a relação com os espaços e resquícios arqueológicos muitas vezes é estabelecida pelas pessoas como pertencimento ao lugar e à materialidade. Ao estar nas vilas e comunidades amazônicas é importante ter em conta esse universo de relações que são e estão presentes, respeitá-las e considerá-las na interação pesquisador/coletivos, pesquisador humanos e não-humanos (Forquin, 2021; Gomes 2021). São elementos importantes para repensar a própria prática e o fazer arqueológico, ao agregar a diversidade de percepções dos coletivos humanos (Carneiro, 2014), oportunizando construir novas informações, emaranhando o saber elaborado pelos pesquisadores, removendo sobreposição de solos e desvelando camadas do passado no presente, na interpelação com os saberes e o viver das gentes na Amazônia. Saberes forjados no entrelaçamento de humanos e não-humanos, com e no solo, através do cotidiano de gerações que residiram e residem sobre esses territórios, numa ampla diversidade de relações vivenciadas de forma intensa e constante.

Ainda nesse sentido, a experiência desenvolvida por Greer, Harrison e McIntyre-Tamwoy (2002) destaca a necessidade de "obter consentimento" das comunidades para realizar pesquisas arqueológicas, levando em conta o diálogo com esses coletivos e estabelecendo uma parceria respeitosa e efetiva ao longo de todo o projeto. Mais do que isso, é preciso considerar o que tenho exposto até aqui sobre essas relações estabelecidas pelas gentes amazônicas e também assumir a necessidade das permissões dos não-humanos na entrada nesses espaços, levando em conta relatos como os de Herrera e Lane (2006), que destacam duas experiências



que implicaram diretamente o trabalho arqueológico desenvolvido nas localidades de Chorrillos, na Cordilheira Negra, e em Conchucos Central, um dos distritos da Província de Pallasca, no Peru. Para as pessoas residentes no entorno dos sítios arqueológicos, em ambas as localidades, tanto os arqueólogos como suas práticas foram vistos como estrangeiros e invasores, requerendo permissão não somente do Estado, mas das pessoas e dos não-humanos que habitavam o local. A resistência em aceitar essa necessidade gerou muitos transtornos, somente resolvidos quando as oferendas, as solicitações e permissões aos humanos e não-humanos foram formalizadas pela equipe arqueológica.

Assim, conforme destaca Christopher Tilley (2014), a percepção é mediada pelo corpo, que está incessantemente compondo sua relação com as coisas porque ele não se encerra em si próprio, mas está aberto ao mundo no qual se movimenta, estabelece percepções e relações (Tilley, 2014). Dessa forma, cada pessoa experiencia o lugar ou as coisas de modo distinto, sendo essas experiências vivenciais que formam e constituem as pessoas e suas relações com e no mundo.

Não seria, então, exagero afirmar que a Amazônia, com seus sítios e vestígios arqueológicos, suas gentes, lugares, coisas, bichos, frutos, sementes, lagos e rios, é um grande entremeado pelo visível e intangível, ambiente onde há espaço para humanos e não-humanos de forma constante e correlacionável ao longo de milhares de anos.

### **3.2 Relações outras que permeiam a materialidade arqueológica em Macurany**

Muitas das narrativas do intangível no Macurany – visagens, assombros, males que tomam conta do corpo físico e espiritual das pessoas - estão diretamente vinculadas com o espaço e a materialidade arqueológica, com lugares de moradias e relações cotidianas estabelecidas pelos coletivos que ali residem. São narrativas contempladas dentro do imaginário amazônico, por sua vez associadas à relação e à localidade - ou próximo dela - onde se concentram os vestígios arqueológicos. Nessa mesma linha, seguem narrativas ligadas, por exemplo, à *mãe do rio* ou à *mãe dos lugares* relacionados aos peixes e à coleta de argila, em que o pedir permissão é algo mais que obrigatório, é questão de saúde física e espiritual.

Na comunidade do Macurany, Dona Claudia relatou-me detalhes da experiência vivenciada por ela quando residia no entorno do sítio arqueológico. Disse ela que em sonho

uma voz lhe orientava a escavar e tomar posse de algo que somente a ela estava destinado e se encontrava junto às raízes de uma árvore na frente da residência.

Ela explicou-me como compreende essa definição de visagem:

Eu entendo assim de visagem, que eu acho assim né, é que visagem é uma mistura das nossas crenças e de uma mistura de um monte de coisas que não é nem daqui do nosso mundo. Pois é então, eu, não é história de visagem, mas é uma coisa assim que eu senti, que foi comigo, que a gente morava naquela casa ali ainda, eu ainda tava cunhantã grande né (Dona Claudia, Macurany, 2020).

Dona Claudia descreveu como o corpo e os sentidos percebem algo que os perpassam, na mesma percepção mediada pelo corpo, apontada por Tilley (2014):

É relacionado a histórias antigas daqui mesmo que sempre a minha mãe comentava, o meu pai também quando era vivo, que tinha coisas enterradas aqui assim tipo, ouro essas coisas. Aqui nesse quintal, então por esse motivo sempre a gente sente alguma coisa aí que, o corpo da gente sente né, a gente nunca vê (Dona Claudia, Macurany, 2020).

As narrativas apresentadas nos falam como “*as visagens*” também compõem parte das experiências do corpo e da vida nesse local. São relações emaranhadas com a vida e com as marcas de residir, habitar no passado e no presente nessa comunidade, onde parte é sítio arqueológico.

Dona Claudia ainda nos relatou:

Eu penso assim que os lagos encantados, eu tenho pra mim assim, os índios, a crença deles era muito forte, né, no que eles acreditavam, aquilo acontecia realmente porque eles acreditavam de verdade e era o foco deles ali né. Então eu acho que depois que eles se foram, mas a força daquela crença ficou ali. Então eu acho que é por isso que acontece certas coisas (Dona Claudia, Macurany, 2020).

Ela explicou que os acontecimentos de “certas coisas” (intangíveis) estariam vinculados a um legado indígena que teria perpassado o tempo e as gerações. Essa tamanha força de aderência a certas crenças é que teria sido capaz de perpetuar no imaginário amazônico as narrativas sobre os encantados, bichos do fundo e donos de lugar até os dias atuais.

As narrativas sobre o intangível na comunidade de Macurany – Parintins -Amazonas estão sendo relacionadas ora aos próprios objetos/cacos cerâmicos/Terra Preta Arqueológica, ora ao espaço onde os vestígios arqueológicos são mais perceptíveis, conforme o Sr. Preto nos relatou: “os terrenos visagentos na beiradona” (Sr. Preto, Macurany, 2020), reforçando a associação do local com ocupações antigas “toda essa ponta de índio aí e eu nunca vi visagem não” (Sr. Preto, Macurany, 2020).

O Sr. Preto ainda relatou uma situação não vivida por ele, mas por uma pessoa que residia sobre o sítio arqueológico nessa mesma comunidade:

Sei que lá perto do Sorriso, da casa dele. Perto de uma mangueira, uma mulher, uma mulher, queria dar pra irmã dele que morava lá. Ela se apareceu no sonho dela e disse: olha, pode cavar bem aqui que tem um pote de ouro pra senhora (Sr. Preto, Macurany, 2020).

Relatos associados à existência de ouro ou dinheiro enterrado são bem recorrentes em várias regiões amazônicas. Numa ocasião, olhando fotos de vestígios arqueológicos que foram escavados pelo Programa de Resgate Arqueológico, Sinalização e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão da LT 230 kV Oriximiná-Juruti- Parintins e subestações associadas, mostrados pela museóloga/educadora Stélia Braga Castro do Amaral, da empresa Matis Arqueologia, que atuou no processo do resgate arqueológico, o Sr. Ney, apontando os pedaços de louça em uma foto (conforme figura 40), questionou: “cadê o ouro? Aqui tem somente os pedaços do pote, está faltando o ouro!”. Pedi que me explicasse melhor essa afirmação, e ele me disse que é naqueles tipos de vasilhames que dizem ter ouro enterrado. Esse diálogo despertou-me para algo que até então não havia sido mencionado sobre as associações entre ouro/vestígios arqueológicos, ou seja, pelo relato do Sr. Ney, os vasilhames de louça poderiam ser portadores de ouro/dinheiro, indicando com isso que nem todo vasilhame geraria expectativa por esse tipo de riqueza material.



**Figura 40:** Cacos de louças coletadas no sítio Macurany pela empresa Matis arqueologia. Foto: Matis arqueologia, 2021.

Dona Évila, moradora dessa comunidade do Macurany, lembrou que ao passar por um caminho, em local com vestígios de índios, “apareceu no caminho uma cabeça de cachorro. Eu parei e mostrava pra ela [minha irmã], olha esse cachorro aqui enterrado, só a cabeça! [...] eu ia por lá o cachorro rodava, eu vinha pra cá a cabeça do cachorro rodava, aí eu gritava. [...] eu amostrava e nenhuma viu e eu não saia do lugar gritando, mas a cabeça do cachorro, os olhos vidrados em cima de mim. Essa visagem eu vi” (Dona Évila, Macurany, 2020). Ela ainda esclareceu que “a visagem a gente não vê, essa cabeça eu vi, mas a visagem a gente não vê [...] só sente e não vê.” (Dona Évila, Macurany, 2020).

O Sr. Ney conta que “esse terreno aqui, os moradores dizem que isso aqui era respeitado aqui<sup>40</sup>. Essa hora você não andava nesse castanhal. Você via vultos né, barulho na mata, então isso aí tudo era [respeitado]” (Sr. Ney, Macurany, 2020). Para exemplificar o que estava me descrevendo sobre o respeito e temor que o espaço causava nas pessoas, ele fez a narrativa que segue:

Uma vez, tinha uma cerca bem lá (aponta para entrada do seu terreno), onde o gado não era pra entrar pra cá. Onde o seu Euzébio plantava né, aí ele tava deitado bem aí, a gente via fogo correndo na cerca aqui, aquele fogo na cerca. Aí ele dizia, Ney bem aí tem dinheiro ôh, bem aí tem dinheiro. Aí eu digo, então vai lá tirar que esse eu não quero não, pode ficar pro senhor, então era muito assim. O meu sobrinho ele veio aqui, foi mais ou menos meio-dia, foi a época que o meu pai dividia as terras né. Aí veio pra limpar a área que seria dele, aí ele disse que tava roçando aí de repente ele viu aquele fogo no olho dele, aí ele prestou atenção, que lá de trás, ele não sabe da onde saiu uma voz: *vai embora que isso aqui não te pertence*. Ele pegou a bicicleta dele, ele só lembra que ele pegou a bicicleta dele, quando ele se recordou já tava passando a porteira lá na estrada. Caiu e aí um velho veio pra acudir ele, ajudou ele, quando ele dobrou pra agradecer o velho, o velho tinha sumido. Desde aí, ele nunca mais veio só ele aqui (Sr. Ney, Macurany, 2020).

Quando perguntei se ele teria tido contato, de alguma forma, com situações de visagem, sua narrativa foi:

Uma vez que eu tava aqui, quando ainda era mata, eu não vi, mas senti uma aproximação né. (...) Aí eu fui embora [juntar castanha], foi eu e o vaqueiro do meu pai. Ele ia pra um lado e eu ia pelo outro. Aí eu senti assim como se jogassem um ouriço de castanha na folha no meu rumo. Aí eu até disse: é gaiato, quer fazer graça é? Pensando que era o meu parceiro. Aí eu fui encher a saca de castanha, botei na costa e quando eu saí no castanhal, eu escutei aquele barulho como se jogasse um feixe de vara de madeira do meu lado (broou), aí a minha cabeça (vuul). **D. Irenize:** Isso de dia? **Sr. Ney:** De dia, assim tipo assim, meio-dia pra uma hora. Foi a única vez que eu senti um remoço assim. **D. Irenize:** Tu não viu só fez senti? **Sr. Ney:** Só

---

<sup>40</sup> Destaque da autora

fiz senti, eu não vi nada. Aí o medo vem, a cabeça fica desse tamanho. Eu não andava só eu aqui (Sr. Ney e Dona Irenize, Macurany, 2020).

Ainda em seus relatos, o Sr. Ney comentou que numa oportunidade observou algo boiando no lago, mas que não conseguiu identificar o que era. Silvano, que me acompanhava nesse dia, aventou a possibilidade de ser uma cobra grande e comentou “É. Que ela reina aqui nesse pedaço.” (Sr. Silvano, Macurany, 2020), mas o Sr. Ney, por sua vez, respondeu “nunca vi, dizem que existe uma cobra grande aqui” (Sr. Ney, Macurany, 2020).

Dona Madalena também comenta sobre esse terreno:

Antes de chegar no Ney, tinha uma porteira que entrava pra lá, que agora já tem uma estrada grande pra lá. O pessoal cansaram de correr daí, que tinha um caixão que aparecia na frente da pessoa na estrada, eu quero é ver. Então são essas coisas que me contaram, eu nunca vi, graças a Deus! (Dona Madalena, Macurany, 2020).

Não só o lugar à beira, mas o próprio lago tem relatos de seres e entidades que o habitam. Tanto em terra como nas águas, seres outros fazem parte e compõem o próprio lugar respeitado, temido e frequentado com certo receio pelas pessoas, devido a esses relatos e testemunhos que falam em ver, sentir e perceber seres, entidades e não-humanos no ambiente.

Dona Madalena comentou que um dos seus filhos retirou argila para fazer um boneco de barro, destacando a preocupação em retirar o barro do local com permissão: “eu sempre falando, olha vocês não vão mexer as coisas que não é de vocês. Porque isso tudo tem mãe. (...) Tudo naquela terra, naquela lama pra lá, e a mãe de lá tá lá, pedem dela, a mãe do lugar” (Dona Madalena, Macurany, 2020).

Insisti com ela para que me falasse um pouco mais sobre a mãe do lugar:

Essa mãe aí não é uma pessoa igual nós não. Eu conheço, eu sei como mãe d’água. O que que ela faz é que ela tem a casa dela e ela mora lá e não gosta que ninguém mexa. Tem que pedir licença dela: olha mãe, eu preciso disso aqui a senhora vai me dar e não vai me malinar, eu vou tirar porque eu tô precisando. Eu não tô fazendo por abuso não”. **C. B:** E se tirar sem pedir autorização? **D. M:** Bom, aí eu não sei. Porque até essa parte eu sabia assim, que o meu avô falava, que, às vezes, as pessoas sofriam dor na cabeça, dava febre, dava, a pessoa ficava né. Ficava doído. Então era isso aí, porque ele ia mexer o que não era dele, sem permissão né, ele fazia como se fosse dele, então acontecia tudo isso. Isso aí é o que eu sei. (...) E pode até ser uma pessoa encantada como falam né, antigamente existia os “encante” né, de coisas assim, é uma coisa assim, é bonito mais ao mesmo tempo, dá uma coisa assim que não dá nem prá (Dona Madalena, Macurany, 2020).

Sua narrativa sobre como compreende essa entidade presente no ambiente foi muito detalhista, e para melhor exemplificar usou a associação com a pessoa que chega na sua casa,

um(a) desconhecido(a), e vai entrando sem bater, sem pedir licença, fazendo com que o dono da casa o(a) impeça e queira saber o que foi fazer em na sua casa. O mesmo ocorre com a mãe do lugar, a permissão é necessária para o acesso, assim como dizer o que quer e porque o quer.

Quando perguntado sobre o tempo de maior concentração de peixes no lago, o Sr. Douglas (2020) disse que seria na vazante. Insisti, perguntando se isso também se aplica ao rio, ao que me foi explicado que: “no lago assim, é uma coisa, no rio, já na mãe do rio<sup>41</sup> já é menos coisas. Já nos lagos, porque assim os lagos normalmente eles fecham as bocas e fica só o lago lá dentro” (Sr. Douglas, Macurany, 2020). Ainda complementou dizendo “(...) na mãe do rio é mais fundo, mas é mais fundo de se pegar” (idem, 2020), acionando categorias, como mãe dos lugares, para informar o que havia lhe perguntado, algo que vem sendo observado nas narrativas de Dona Madalena e já exposto aqui.

Dona Maria do Carmo destaca que quando morou mais à beira do lago Parananema, tinha contato com coisas que se movimentavam sobre o campo coberto de pasto para o gado:

A gente via muito ali uns fogo por cima do campo, que diziam que era dinheiro. (...) Uma vez nos vimos num período inverno... um fogo que aparecia amodo que andava assim, outra vez nos vimos subindo na castanheira assim, mas era no tempo de chuva, mas eu não sei o que era não (Dona Maria do Carmo. Macurany, 2020).

Ainda quando morava próximo ao lago Parananema, Dona Maria do Carmo, explicou que:

Prá dizer, eu nunca vi, eu nunca vi assim porque visagem a gente não enxerga, né. Mas nós via assim passar lá no terreiro um barulho, parecia que uma pessoa vinha com a bota cheia de água, o pessoal dizia que era o Calça Molhada, que passava lá. Uma vez nós tava assistindo televisão lá na frente, aí a Lisandra [filha] ainda era assim como a Manu [filha do Odirley e neta dela], aí eu tava sentada e encostada na parede assim. A casa era assim de táboa. Aí deram um murro na parede né, aí eu fiquei assim, eu pensei que era assim o meu irmão que tava lá pra fora, o que é esse que tá batendo? Aí ele disse: eu acho que é o Calça Molhada. Aí eu fiquei com medo de ir lá fora. Aí quando eu cheguei lá fora, ele tava por de trás da casa, né. Aí ele bateu na porta. Eu até me escaldei nessa vez, que tava fazendo café, com tanto medo que eu tava do Calça Molhada, porque eu pensei que era o Calça Molhada que tava entrando lá em casa. Mas a gente num via, é, escutava aqueles barulho, de vez era Calça Molhada. Passavam perfumado lá no terreiro (Dona Maria do Carmo. Macurany, 2020).

Quando perguntei a ela por que achava que lá havia essas coisas que ouvia, disse-me: “acho que era porque o terreno era muito velho né, ele tinha aquelas baixas que diz que tinha morrido muita gente naquelas baixas, sei lá” (Dona Maria do Carmo. Macurany, 2020).

---

<sup>41</sup> Destaque da autora.

Em parte de sua narrativa, a senhora J.G.E.<sup>42</sup>, 80 anos, disse que quando foi morar no Macurany não havia ainda igreja nem escola. Ela informou ainda que “a igreja era para ser bem aqui na ponta que o finado Walter [Viana] deu pro pessoal fazer a igreja, mas como aí faz muita visagem...éééé!!! aí o negócio, a parada aí é dura. Então não quiseram, desistiram, não quiseram mais.” Quando lhe foi pedido mais detalhes, ela explicou “Aparecia...aparecia visagem: aparecia mulher, aparecia um homem, chorava criança; verdade, tem um abieiro, eu não sei se ainda tem esses abieiro, tinha duas árvores de abieiro bem na ponta, tinha essas árvores de abieiro. (...) Ficaram como medo, aí não quiseram, desistiram.” (J.G.E., Macurany, 2013 apud Silva, 2018).

O local a que J.G.E. se refere, que “faz muita visagem”, é uma cabeceira onde também são observados muitos vestígios arqueológicos sobre o solo, o que acontece de forma mais acentuada na vazante do lago, pois no período da cheia parte do local fica submerso com o aumento da água no lago.

Os exemplos informam-nos sobre regimes de conhecimentos que se entrelaçam compondo a vivência dos coletivos humanos na Amazônia em distintos lugares. Precisamos estar atentos e considerar as relações sensíveis das pessoas, no presente, nesses espaços e paisagens que abrigam vestígios de ocupação de populações humanas no passado remoto. Já nos alertava Pellini (2016) de que “experimentamos a materialidade do mundo através de nossos corpos e de nossos sentidos” (Pellini, 2016, p.143). Temos nessas narrativas uma profusão de exemplos de sentir o mundo no e pelo corpo, como já nos alertava Dona Évila, ao dizer que “visagem a gente não vê, só sente” (Dona Évila, Macurany, 2020). E Dona Maria do Carmo também nos lembrou que “visagem a gente não enxerga” (Dona Conceição, Macurany, 2020).

Percebemos que as narrativas sobre o intangível, os não-humanos e as relações com os humanos em Macurany estão relacionadas às coisas e aos lugares, conforme as descrições feitas por nossos interlocutores. São interditivos, mas são também espaços múltiplos de vidas e relações que extrapolam o olhar rápido, são relações de vivenciar o lugar, as coisas, as terras e as águas amazônicas.

---

<sup>42</sup> Ela foi entrevistada por Almiro Lima da Silva e a transcrição da íntegra da entrevista registrada consta no anexo da sua dissertação de mestrado: Silva, Almiro Lima da. *A memória e presente da comunidade do Macurany, em Parintins/AM: análise discursiva*. Dissertação (Mestrado em Letras / Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.

## **CAPÍTULO 4: AS COLEÇÕES DOMÉSTICAS DE MATERIAL ARQUEOLÓGICO E OS DESAFIOS DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM PARINTINS-AMAZONAS**

A gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia e seus desafios não são novidades na arqueologia amazônica, por isso, o que faço aqui é inserir um algo a mais nessa discussão, trazendo algumas reflexões sobre as demandas e desafios da gestão do patrimônio arqueológico no Macurany e no conjunto do município de Parintins. Para isso, parto das coleções arqueológicas domésticas na Amazônia e na comunidade Macurany, da experiência com o projeto das coleções domésticas e institucionalizadas e da destinação de recurso do Termo de Ajuste de Conduta em desrespeito à legislação de licenciamento ambiental na edificação do conjunto Habitacional Vila Cristina, na comunidade do Macurany/Parintins-AM.

### **4.1 Coleções domésticas arqueológicas na Amazônia**

Um dos principais desafios que se delineiam nesse fazer arqueologia na Amazônia, em cada novo projeto arqueológico executado, é a necessidade da própria disciplina em repensar suas práticas, suas leituras e seu envolvimento com outros profissionais e, fundamentalmente, com os coletivos humanos, como um redefinir a si própria e seus profissionais. Isso não se restringe às práticas da arqueologia em terras indígenas, por exemplo, mas com os ribeirinhos amazônicos, demonstrando que a realidade em que o fazer arqueológico se desenvolve precisa ser compreendida dentro da complexidade das relações humanas, sociais e culturais.

Um ponto importante a ser mencionado está relacionado à questão da formação de coleções de peças e fragmentos arqueológicos, o que, em muitos casos, é visto como ação de destruição, mas que precisamos perceber como formas de apropriação das pessoas sobre esses patrimônios arqueológicos. Algumas pesquisas na Amazônia apontam para esse sentido.

Marcia Bezerra (2011, 2018), durante a pesquisa na região do Marajó, destaca essa situação na comunidade por ela pesquisada, onde adultos, e principalmente crianças, recolhem louças, cerâmicas arqueológicas e moedas, evidenciando como essas coisas vão sendo encontradas, agrupadas e guardadas, no dia a dia, formando o que a autora denomina de “coleções domésticas” (Bezerra, 2011, p.58):

Nas vilas em que há concentração de sítios pré-coloniais, são os machados e as urnas que mais despertam a atenção. Eles são exibidos em caixas cuidadosamente organizadas, mas também são utilizados como pesos de papel e pesos de porta. Os



vasos cerâmicos servem como recipientes de armazenamento de água e farinha, e seus fragmentos são aproveitados como suporte para manter a umidade de mudas de plantas ou como brinquedos para as crianças, que “preferem os mais enfeitadinhos”, aqueles com decoração plástica (Bezerra, 2011, p.65, grifo meu).

Merece atenção a forma como tais objetos encontrados no entorno das residências, no roçado e no preparo da terra para a agricultura, em afloramentos no solo após período de chuvas torrenciais etc., são tratados, são armazenados ‘cuidadosamente’ e, por que não dizer, selecionados para merecer o status de guarda, adentrar a residência e ter destaque entre os pertences pessoais ou familiares (Bezerra, 2017). As crianças usam esses objetos como brinquedos e, com esse intuito, “preferem os mais enfeitadinhos” (Bezerra, 2011, p.65). O que motiva as pessoas a selecionar certos cacos de cerâmicas e os guardar com esmero e apego de modo a chamar isso de “sua coleção”?

Bezerra (2011) aponta esse colecionismo como uma forma de fruição com o patrimônio arqueológico e, mais recentemente, como sendo uma forma de patrimônio (Bezerra, 2018), destacando que isso não poderia ser visto como ação de destruição, mas um possível modo de proteger e guardar algo que é considerado importante e afetivo. Situação semelhante foi observada por Joanna Troufflard (2012), quando em pesquisa na região de Santarém, nas comunidades de Lago Grande de Vila Franca e Vila Franca, num fenômeno que também definiu como “apropriação do patrimônio e não como ação de destruição do mesmo” (Troufflard, 2012, p. 60). A autora destaca o cuidado com que tal material é armazenado: “reparo que alguns entrevistados têm um cuidado especial para com os objetos da sua coleção: ‘Eu botava dentro da caixa, pegava papel e embolava-o pra não quebrar’.” (idem, p.63).

Na fala dessa entrevistada de Troufflard (2012), é possível identificar o que já foi destacado na pesquisa referente ao Marajó (Bezerra 2011, 2017, 2018, 2019) sobre a escolha para a guarda, seleção e características dos cacos cerâmicos: “ela disse que quando era criança ela já havia juntado vários bonequinhos desse entendeu, minha mãe também relata que tinha uma caixa com esses ditos bonequinhos, essas caretinhas” (Troufflard, 2012, p. 69). Essa coleção foi formada por cerâmicas que continham certa elaboração artística, certo trabalho decorativo inciso, exciso e de pintura, já apontados por Bezerra (2011): “preferem os mais enfeitadinhos”. Lima, Moraes e Parente (2013) observaram que moradores da região do Lago da Valéria, em Parintins, no estado do Amazonas, se relacionavam com o material arqueológico de forma que as “peças foram acrescidas de novos significados e passaram a ser valorizadas de outro modo nas comunidades, chegando a aparecer em crescentes coleções organizadas pelos comunitários” (Lima, Moraes e Parente, 2013, p.74).

Nessa perspectiva, Souza e Bianchezzi (2018) apresentam breve catalogação de artefatos arqueológicos entre as pessoas residentes no Distrito da Freguesia do Andirá, município de Barreirinha-AM, listando as coleções domésticas de artefatos arqueológicos com que tiveram contato e fizeram registro fotográfico, descrevendo como foram formadas e a relação narrada pelos colecionadores com seu acervo. Aqui também ocorre o relato da seleção de peças a serem guardadas para compor a coleção: “os que são mais bonitos eu guardo. Nenhuma é igual, todas são diferentes. Não tenho nenhum repetido” (Souza e Bianchezzi, 2018, p.66).

Na mesma região do Baixo Amazonas, Batalha (2018), na pesquisa a respeito de coleções domésticas de artefatos arqueológicos no município de Parintins-AM (área rural e urbana), descrevendo de forma sucinta a relação que as pessoas têm com suas coleções, destaca que os donos das coleções “organizam, agrupam os artefatos, expõem em estantes nas salas de suas residências, alguns esboçam a intenção de doar a coleção, em algum dia, para algum museu” (Batalha, 2018, p.7). Há também os que apenas guardam para admirá-las: “eu gosto de ficar olhando, é bonito”, como relatado pelo Sr. Antônio, entrevistado pela autora.

No item 4.2 deste capítulo, apresento Elionete de Oliveira Esteves, portadora de uma coleção doméstica formada por material oriundo do sítio Macurany, e a história de como esses objetos foram agrupados. Trata-se da única coleção doméstica que tenho conhecimento, até o momento, relacionada a esse sítio.

Tenho ouvido relatos semelhantes desde que cheguei aqui em Parintins, como professora universitária, contudo, nunca soube e/ou presenciei casos de vandalismo ou saques aos sítios arqueológicos. O que tenho ouvido está sempre associado ao fato de que esses objetos são coletados porque estão dispersos na superfície do solo de quintais, roçados, jardins etc.

No caso da Amazônia boliviana, Carla Betancourt (2020) relata que, na pesquisa de campo no departamento de Beni, dentro do território indígena Chimane, nas comunidades de Arenales e Cara Cara, se deparou com situação em que os “integrantes de la comunidad se acercaban a mostrarme hachas de piedra, torteras, vasijas, tapas de vasijas. El corregidor me mostró orgullosamente el colgante de piedra en su cuello” (Betancourt 2020, p.194). Diante disso, destaca que “me fue pensando que, al parecer, es frecuente que lxs pobradores tengan pequeñas colecciones em sus casas” (Betancourt, 2020, p.198).

Os exemplos apresentados tanto na Amazônia brasileira como na boliviana evidenciam que as pessoas selecionam previamente cacos cerâmicos que possam merecer que sejam

guardados, armazenados e levados para dentro de casa. Ao considerar as descrições apresentadas, remeto-me a Alfred Gell (2005), sugerindo que um dos principais motivadores na formação das referidas coleções domésticas seria a “tecnologia do encanto” (Gell, 2005), que moveria as pessoas. Para esse autor, “a tecnologia do encanto é fundada no encanto da tecnologia. O encanto da tecnologia é o poder que os processos técnicos têm de lançar uma fascinação sobre nós, de modo que vemos o mundo real de forma encantada” (Gell, 2005, p.45). E esses objetos, de algum modo, despertariam esse encanto nas pessoas.

Cristiana Barreto (2020), ao tratar sobre como as peças são selecionadas para serem expostas nos museus, fala da agência dos objetos “que pode facilitar o acesso do público a dimensões além do objeto” (Barreto, 2020, p. 4) e ainda, nesse sentido, destaca que certos objetos foram produzidos e usados “para codificar significados ou representar algo; objetos que têm um efeito estético ou comunicativo sobre as pessoas, ou objetos usados em contextos rituais e religiosos para demarcar valores ou ainda usados para provocar prazer” (idem p. 5). Assim, podem comunicar uma ampla gama de possibilidades sensoriais, seja do olhar, do tato ou do olfato.

Partindo do que destacam Gell (2005) e Barreto (2020), observamos que os relatos de como as peças são selecionadas, guardadas e apresentadas aos pesquisadores que tiveram acesso às coleções domésticas apontam motivações ligadas ao encantamento e à fascinação por esses objetos. Tais motivações são pautadas tanto na questão de processos técnicos desconhecidos e perceptíveis nos distintos cacos cerâmicos e material lítico como também no “efeito estético ou comunicativo”, no poder agentivo que eles têm sobre os coletivos humanos, “propícios à reapropriação e ressignificação, portanto, permanecendo ‘vivos’ através do tempo” (Barreto, 2020, p.6). Cristiana Barreto (2013) chama a atenção para a falta de vínculo entre os objetos com características tapajônicas, marajoaras e o passado arqueológico amazônico, o que poderia contribuir para um entendimento sobre o passado indígena dessa região.

Nesse mesmo caminho da agentividade dos objetos da arqueologia amazônica, Anna Maria A. Linhares (2020) indica como o simbolismo marajoara, no final do século XIX, foi vinculado a produtos de uso estético, como o cuidado do corpo, roupas, acessórios, perfumes e como ornamentação, esvaziados do sentido original do povo que o produziu. A autora chama a atenção para o fato de que, nesse contexto de uso simbólico em produtos comerciais, os traçados gráficos são usados na inspiração estética, mas muitos desconhecem que a urna marajoara tinha função funerária, o que faz com que não se tenha a compreensão e valorização do povo que a produziu e do valor histórico-social-cultural para o Pará, o Amazonas e o Brasil (Linhares,

2020). Mesmo assim, esse exemplo demonstra que, pelo processo de reapropriação e comodificação, como apontando por Schaan (2006), esses objetos ainda causam fascínio e encanto entre as pessoas.

No caso das coleções domésticas, o fascínio por esses objetos fica evidenciado, a meu ver, no modo como são armazenados com esmero, atenção e proteção e na forma que são apresentados e descritos aos pesquisadores, mostrando e descrevendo os detalhes marcantes no fragmento da peça. Outra evidência seria a escolha, a seleção do que seria armazenado e o que ficaria no local do achado, do que seria abandonado ou recusado por não demonstrar técnica decorativa elaborada no processo de confecção ou encanto ao olhar.

Há reverência a esses objetos pautada no encantamento: “alquimia essencial da arte” (Gell, 2005, p.54). E, também, a fascinação que move a busca por conhecer, saber como foram feitos esses objetos, quais técnicas empregadas, em que tempo e de que modo eram utilizados, que pessoas foram essas que produziram um material que demonstra dedicação, esmero, técnica e afeto em sua elaboração.

Essa admiração pelos objetos arqueológicos se dá pelos detalhes, no caso da cerâmica, pelas técnicas de decoração, escolha de motivos em forma de pintura ou apliques e, no caso dos líticos, pelo delineamento que dá forma à rocha, pelos polimentos, assim como pelo fato de serem encontrados em grande quantidade no solo, sobretudo a cerâmica, e pelo evidente domínio na sua elaboração. Tudo isso motiva que sejam “pensados como [foram] elaborados” (Gell, 2005, p.48). Assim, poderíamos dizer, de acordo com Gell (2005), que:

É a maneira como é elaborada a vinda do objeto de arte ao mundo que pode vir justamente a ser a fonte do poder que tais objetos exercem sobre nós, ou seja, mais propriamente o processo de suas formações que dos próprios objetos em si mesmos (Gell, 2005, p. 48).

Apesar de Gell (2005) referir-se aos objetos de arte, aqui estou estendendo essas reflexões aos objetos arqueológicos. E assim como com os objetos de arte, percebo que a fascinação também é a propulsora que move os sujeitos para o ato de coletar e guardar objetos arqueológicos com dedicação, a ponto de reservar um local na residência para eles que, pelo encanto que despertam, em alguns casos se acredita que sejam “produzido[s] por meios mágicos” (Gell, 2005, p.48). Esses objetos encantam e promovem apego, despertam sensações de temor e de satisfação, fazendo, inclusive, com que sua posse seja vista por alguns familiares das pessoas que o levam para casa como positiva ou negativa (Troufflard, 2012; Leite, 2014; Bezerra, 2017, 2018).

O encantamento ou fascinação é um aspecto que atravessa gerações e não está restrito às crianças ou às pessoas que moram sobre sítios arqueológicos, mas afeta quem reside nas proximidades de algum sítio e também quem nunca esteve no local. Acredito que a tecnologia do encanto sobre os objetos arqueológicos que provoca a formação das coleções domésticas seja algo que foge a qualquer normatização acadêmica ou legislativa do país.

As coleções domésticas que são formadas na região amazônica podem ser apontadas como evidências do encantamento despertado nas pessoas por objetos decorados, trabalhados e moldados, que remetem a técnicas e sociedades do passado. O fascínio por esse desconhecido, que é visível e palpável, move os coletivos humanos que têm contato com esses objetos arqueológicos. Afirmo isso partindo da definição de Daniel Miller (2013) sobre aspectos da cultura material, de que as coisas “funcionam porque são invisíveis e não mencionadas” (Miller, 2013, p. 79) e, como isso está externo ao nosso corpo ou consciência, tem o poder de “habituar e incitar” (idem). Penso que, nessa situação, os diversos coletivos relacionados com os objetos arqueológicos sejam incitados pelos traços e marcas presentes neles, que abarcam o invisível, porém são perceptíveis ao olhar, e que essas marcas e traços potencializam e ativam no ser humano questionamentos tais: como isso foi feito? Por quem? Por quê?

Bezerra (2018) chama a atenção para o modo como essa relação com os vestígios humanos do passado perpassam o tempo nas relações no presente na Amazônia, chegando a compor, inclusive, práticas de personagens da literatura de Dalcídio Jurandir, por exemplo, além de relações cotidianas nas inúmeras comunidades ribeirinhas amazônicas (em áreas rurais e urbanas), como a própria autora apresenta em diversas referências. Assim, o que percebo é que a potência desses objetos desperta tanto a fascinação como a expectativa sobre a vida, a circularidade e a morte dessas “coisas do passado presente” (Bezerra, 2019) na Amazônia.

#### **4.2 Coleção doméstica arqueológica em Macurany**

Tive contato com apenas uma coleção doméstica formada a partir de coletas de superfície de solo em Macurany, contudo ela não se encontra na comunidade porque a Sra. Elionete - a pessoa que a formou e guarda - reside na área urbana da cidade de Parintins. No ano de 2017, tomei conhecimento dessa coleção e tive a oportunidade de conhecê-la (figura 41). Naquela ocasião, ela era composta por, aproximadamente, duzentas peças, entre cerâmicas e líticos, guardadas com muito esmero. Essas peças eram armazenadas em três baldes plásticos,

destacando-se um cuidado maior no embalo daquelas com decoração em formato zoomorfo ou cachimbos, que são considerados por Elionete objetos de maior beleza e com os quais ela tem maior afeto.



**Figura 41:** Coleção de objetos arqueológicos Macurany em cima de mesa. Foto: Bianchezzi, 2017.

Essa coleção foi formada, segundo relato da proprietária, com o material aflorado ao longo da margem do lago Parananema, recolhido em vários momentos nas inúmeras vazantes do lago, após o período de chuva na região. Em seu relato, destaco a dedicação que teve em andar “olhando para o chão” e recolhendo cacos cerâmicos e coisas distintas.

Em 2021, durante o desenvolvimento do Projeto Divulgação arqueológica em tempos de pandemia, coleções de Parintins-AM e suas histórias, que apresento e delinheio melhor adiante, novamente tive contato com essa coleção, quando foi possível ter mais detalhes sobre ela, constatando que ficou mais numerosa em relação ao ano de 2017.



**Figura 42:** Baldes plásticos com sacolas plásticas com os vestígios arqueológicos. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.

A Sra. Elionete continua guardando as peças cerâmicas em baldes plásticos (figura 42), contudo, se naquele ano de 2017 havia em torno de duzentas peças, em 2021, a equipe do projeto, ao fazer o inventário da coleção (figura 43), constatou que ela é formada por 921 peças entre bordas, carenas, paredes simples e com apliques, fundos, líticos e louça do século XX, do material oriundo do sítio Macurany.



**Figura 43:** Michel Carvalho, Filippo Stampanoni e Helena Lima com parte da coleção da Sr<sup>a</sup> Elionete. Foto: Clarice Bianhezzi, 2021.

Conforme a Sra. Elionete nos contou, a formação da coleção ocorreu quando:

Conheci meu esposo e começamos a frequentar o Macurany, e o terreno do pai dele [Sr. Creio] e lá encontramos. Lá foi que eu via peças e fui pegando para guardar, né, senão ia acabar, ia sumir. Então eu pegava, fazia coleção. (...) Eu comecei a coletar em 2006/2007(...) eu fui coletando, coletando só naquela área, né, sendo que eu tenho 5 baldes de peças (Sra. Elionete, cidade de Parintins, 2021).

Como muitas vezes podemos perceber em relatos sobre a formação de coleções domésticas, a relação estabelecida por ela com o local não se deu desde a infância, ocorreu já adulta e casada. A vivência com a família dos sogros e com as visitas frequentes ao terreno em que residiam foram determinantes para que tivesse contato com os vestígios arqueológicos em área de TPI, às margens do lago Parananema. Na continuidade da conversa, ela explica como compreende o conjunto que guarda ao longo desses quinze anos: “eu sei que é importante as peças para a história de Parintins e a história daquela localidade” (Sra. Elionete, cidade de Parintins, 2021).

Ao ser perguntada sobre o que almeja para essa coleção, ela lembra da importância disso à própria filha:



Para o futuro, professora [Helena], espero que essa coleção fique aqui porque a minha filha tá crescendo, né, e ela tem contato com isso, ela vê. E é história, é nossa história! Então, sempre, como eu falei para a professora Clarice, é uma coleção que eu não queria que saísse daqui, eu queria que ficasse aqui! Porque, nós parintinense, não têm condição de ir noutro lugar, no caso no museu. (...) Então tá aqui, né, é uma maravilha porque é a nossa história. É um pedaço, são pedaços, mas montam nossa história! (Sra. Elionete, cidade de Parintins, 2021).

A reflexão que a Sra. Elionete nos traz informa como ela compreende a relação entre os cacos e a história do Macurany e de Parintins, abrindo para o diálogo e discussão sobre a gestão dessas coleções de objetos arqueológicos que são formadas em tantos lugares da Amazônia e nesse município. Como não ver nisso um apelo em nome das gentes da Amazônia que pedem e clamam por políticas de gestão patrimonial que os ouçam e considerem as realidades locais, onde muito desse material é escavado e apartado de sua origem, sem que os conhecimentos adquiridos a partir dos estudos desses vestígios lhes sejam sequer devolvidos?

Ainda nesse sentido, a Sra. Elionete destaca:

Eu já fiz curso de Turismo e sei o potencial que as coleções inteiras têm e também faltava muita pesquisa em relação a Parintins, né. E isso daí também eu fiquei muito feliz por causa do projeto que tá vindo e isso daí me fez também ficar maravilhada porque eu pesquiso na internet, eu vejo vídeo, não tem muito sobre o assunto e sobre Parintins e livros também (Sra. Elionete, cidade de Parintins, 2021).

A fala indica seu interesse por informações relacionadas à arqueologia em Parintins, algo que ela tem pesquisado na internet, constatando os limites da produção e circulação de publicações ligadas ao tema e à localidade.

Por fim, ao ser questionada se teria algo a falar ou perguntar, ela nos fez um pedido:

Eu tenho muito ciúme das peças e eu tenho muito cuidado também. Então eu queria perguntar para senhora [Helena], porque eu não sei como manusear elas, porque eu não sei, eu queria saber. Assim como, vocês me explicar a história de cada peça, o tipo de cerâmica para poder ter aquela noção. [E] com o tempo [poder] falar para os meus filhos (Sra. Elionete, cidade de Parintins, 2021).

Há aqui três pedidos significativos, o primeiro deles referente a como manusear, guardar e armazenar os objetos arqueológicos que compõem o seu conjunto. Ela chega a afirmar que não sabe como fazer, contudo, faz questão de apresentar como cataloga esse material.

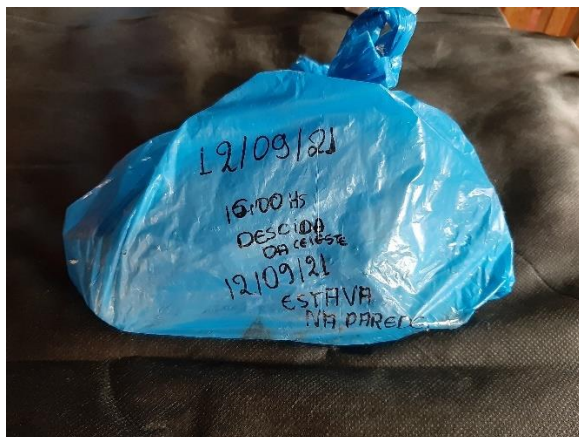
Eu pego e guardo sacolinhas e com tempo foi, foi, foi guardando. Cada peça de um lugar eu coloco sempre numa sacola e arrumo em um balde e coloco. Aí agora meu esposo, ele já pega as peças encontradas, né, aí ele vai, aí eu coloco a data que foi encontrado, registrando a data e, às vezes, eu tiro foto ou não, às vezes, as fotos perdem, né, então eu prefiro colocar as datas para não perder, para poder ter essa organização (Sra. Elionete, cidade de Parintins, 2021).

Assim, nessa descrição, primeiramente o material é acondicionado em sacolinhas plásticas que recebem um pedaço de papel indicando a parte do terreno da família em que foi recolhido, em que data e hora, conforme figuras 45, 46, 47 e 48. Depois as sacolas são agrupadas e acondicionadas nos já mencionados baldes plásticos. Na figura 44 é possível observar os arqueólogos Filippo Stampanoni e Helena Lima e o conjunto de sacolas plásticas dispostas sobre a mesa com o material arqueológico sobre ou dentro delas.

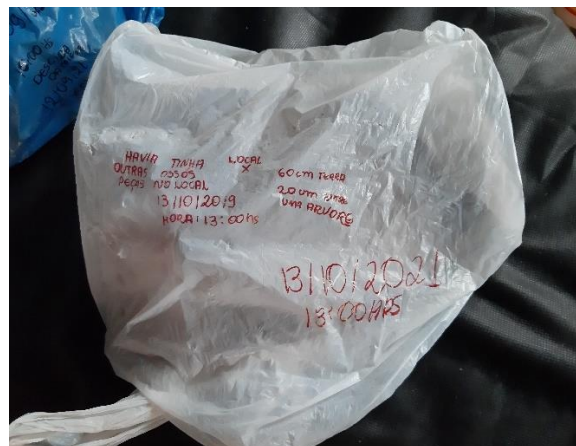


**Figura 44:** Filippo Stampanoni e Helena Lima com as sacolinhas que armazenam as peças da Sr<sup>a</sup> Elionete sobre a mesa. Foto: Clarice Bianchezzi, 2021.

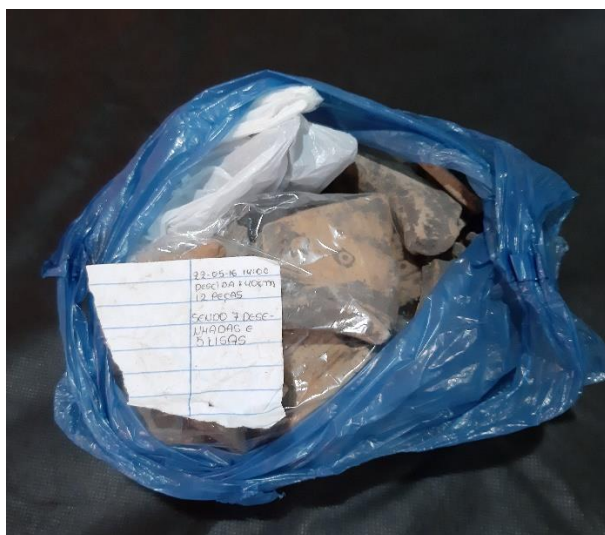
Ao organizar o material dessa forma, torna-se possível remontar peças, como pudemos perceber, a partir de diferentes coletas, em datas diferentes, mas de mesmo local. Isso porque essa forma de catalogação e guarda permite que se tenha acesso a diversos cacos do mesmo vasilhame que fica exposto na superfície do solo de acordo com o processo de lavagem/assoreamento da margem do lago ou solo. O registro fotográfico indicado por ela é um meio de assinalar o local de onde o material é oriundo, como foi possível observar nas anotações. Às vezes essas fotos ficam distribuídas entre o celular dela, do esposo ou de outros familiares, o que dificulta a reunião desses arquivos de imagens.



**Figura 45:** Sacolinha com informações do conteúdo, local de coleta e data feito pela Sr<sup>a</sup> Elionete. Foto: Clarice Bianhezzi, 2021.



**Figura 46:** Informações detalhadas da origem do material anotado pela Sr<sup>a</sup> Elionete na sacolinha plástica. Foto: Clarice Bianhezzi, 2021.



**Figura 47:** Informações material anotado em pedaço de caderno pela Sr<sup>a</sup> Elionete. Foto: Clarice Bianhezzi, 2021. Foto: Clarice Bianhezzi, 2021.



**Figura 48:** Informações registrada na sacolinha plástica pela Sr<sup>a</sup> Elionete. Foto: Clarice Bianhezzi, 2021.

Questiono-me como definir, então, esse fazer da Sra. Elionete. É perceptível que o critério empregado por ela não é o mesmo utilizado por museus, porém é importante ressaltar que se trata de uma coleção de um indivíduo que assumiu para si a responsabilidade de reunir, selecionar e conservar/armazenar material em um lugar considerado seguro para que não ocorra perda, dano ou dispersão desses vestígios arqueológicos oriundos do sítio arqueológico Macurany. Não há um sistema de classificação, higienização, armazenamento e acondicionamento semelhante ao de um museu, mas, sim, um sistema próprio de coleta, limpeza, acondicionamento e documentação que garante a preservação de informações básicas sobre a coleção ali formada ao longo de quinze anos.

Sendo coleção não musealizada, doméstica e de pessoa física, assim como inúmeras outras coleções desse tipo na Amazônia, não segue critérios de organização prescritos para museus e instituições de guarda, mas sistemas próprios de seleção, organização, administração e acondicionamento, de acordo com o interesse de cada pessoa protetora desses vestígios arqueológicos. Além disso, a Sra. Elionete criou uma forma de acondicionar e documentar as informações de origem das peças que lhe garante condições de remontar pequenos conjuntos de cacos que podem formar o vasilhame de origem, indicando ainda os locais onde esse material foi recolhido e fornecendo meios de acesso ao contexto do sítio de onde é proveniente.

Em outras palavras, é possível afirmar que ela estabeleceu um método de controle de informações desde o sítio até os baldes que armazenam a coleção no todo, pois não havia dúvida alguma, da parte dela, quando abria as sacolinhas plásticas para falar sobre aquele material ali acondicionado. Os pedaços de papel com códigos e informações próprias muitas vezes estão associados a sentimentos e percepções pessoais, como “o lugar que mais gosto”. São pequenas etiquetas carregadas de subjetividades, sentimentos, apreços e afetos informando de que parte do sítio o material foi recolhido. A afirmação de que não sabe como manusear o material coletado não me parece a melhor das frases, pois, a meu ver, a Sra. Elionete, ao longo desses quinze anos de recolhimento de peças, foi criando um modo bastante organizado para o manuseio e armazenamento da coleção, distinto, sim, do que é feito em um museu, mas que tem conservado e mantido os conjuntos recolhidos com certo controle documental.

O segundo pedido está vinculado à história de cada peça. A Sra. Elionete demonstra aqui o anseio de saber sobre a trajetória de vida e usos dos tantos cacos cerâmicos e líticos por ela recolhidos e armazenados em sua residência. Nas narrativas de outras pessoas que recolhem e guardam vestígios arqueológicos na região amazônica, saber mais sobre a vida e uso desses objetos que são recorrentemente encontrados no solo é um motivador comum. Não me parece um pedido sobre a pesquisa acadêmica e seus desdobramentos, mas de informações básicas que um primeiro olhar do profissional arqueólogo pode elaborar sobre o material ali disposto. É um anseio por conhecimento técnico sobre o material ali disposto, sobre a técnica usada na confecção, material empregado, detalhes da peça etc.

O terceiro pedido da Sra. Elionete consiste em saber o tipo de cerâmica que se enquadraria ao material recolhido e armazenado. Observo o interesse em ler sobre a classificação utilizada para a cerâmica amazônica, mencionada, às vezes, por pesquisadores. A exemplo das pesquisas e publicações mais recentes, feitas por Alves (2018; 2019) e Panachuck (2016) para cerâmicas da região do Baixo Amazonas, ela busca informações sobre as

classificações técnicas feitas por arqueólogos sobre essa materialidade produzida pelos povos que ocuparam a região ao longo de milhares de anos.

Após apresentarmos algumas das expectativas da Sr<sup>a</sup> Elionete a respeito do material arqueológico, visualizamos o desafio de atender a essas demandas, que não são apenas dela, mas de parte significativa das pessoas que têm coleções domésticas, sem passar por cima da legislação que orienta a gestão do patrimônio arqueológico. Contudo, são questões desafiantes que merecem nossa atenção como pesquisadores e/ou gestores do patrimônio arqueológico para que busquemos formas legais de gerir esses bens, somando esforços e construindo conhecimento coletivamente com os guardiões dessas coleções na Amazônia.

#### **4.3 Entrelaçando a vida e o patrimônio: caminhos e desafios da gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia**

Faz-se necessário ter em mente que a Amazônia não se limita a “um passado que é constituído não apenas de pessoas e lugares, mas da relação entre eles” (Machado, 2014, p. 309), indicando que esses vínculos humanos constroem e reconstroem as vivências nessas paisagens. São relações das pessoas com as coisas do passado (Bezerra, 2011; 2017, 2019) nesses locais que têm vestígios da ocupação humana de longa duração na Amazônia e suas conexões com esses espaços transformados/moldados.

Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), na comunidade Boa Esperança, Marjorie Lima e colaboradores (2021) apresentam um contexto em que arqueólogos e arqueólogas têm atuado desde 2006 e como esse processo implica a vida das pessoas que ali residem. À medida que os trabalhos da equipe foram sendo desenvolvidos ao longo dos anos, buscou-se o “envolvimento de diferentes agentes para a tomada de decisões” (Lima et al, 2021, p. 14), de modo que o próprio fazer arqueológico foi gerando amadurecimento e ganhando novos contornos menos assimétricos.

Ao analisar e avaliar a trajetória de atividades desenvolvidas nessa comunidade da RDSA, os autores destacam que:

Ao mesmo tempo que a escavação do sítio arqueológico gera anseios para o pesquisador ou a pesquisadora, e sua pesquisa, ela cria expectativas para a comunidade, portanto é necessário cuidado e responsabilidade durante nossa passagem por elas que, após nossa partida, continuam suas vidas. Podemos considerar que nossa atuação também interfere na dinâmica de formação do registro

arqueológico, na medida em que o sítio continua sendo formado mesmo nos dias de hoje (Lima et al, 2021, p. 14).

Com sensibilidade, os autores ressaltam o respeito à comunidade “que continua sua vida”, alertando para que, como profissionais, sejamos respeitosos ao desenvolver nosso trabalho, considerando o lugar que estamos acessando e as vidas que se relacionam naquele espaço. Essas relações são muito mais complexas do que um primeiro olhar poderia nos revelar.

É importante desenvolver práticas de arqueologia colaborativa. Um desses exemplos foi desenvolvido no município de Gurupá-PA, pelo Projeto OCA – Origens, Cultura e Ambiente, que teve início em 2014<sup>43</sup> com o objetivo de “abordar a história de longa duração de Gurupá pelas lentes da arqueologia e do patrimônio material, produzindo conhecimento de forma colaborativa com os principais atores desta história: os habitantes do lugar” (Lima, et al, 2020, p.98). Ao desenvolver um conjunto amplo de ações de forma colaborativa, partindo da “premissa de que os “achados” podem igualmente permanecer na comunidade e serem estudados nos laboratórios e salvaguardados nas reservas técnicas, desde que tratados contextualmente” (Lima, 2019, p.32), foi possível dar condições para várias práticas colaborativas construídas em diálogo com os coletivos humanos ali residentes.

Em relação aos objetos escavados, a estratégia por nós adotada tem sido a de desenvolver o processo de curadoria e as análises iniciais nas comunidades e envolvendo os moradores, de forma a diferenciar os acervos gerados por formas diferentes de coleta. Assim, hoje o acervo gerado pelo projeto se encontra dividido – onde os inúmeros fragmentos estão nos laboratórios e Reserva Técnica do Museu Goeldi, enquanto certos objetos, por eles requisitados, depois de estudados, se encontram no município, expostos no Forte de Gurupá, sendo igualmente estudados e interpretados (Lima, 2019, p.32).

Essa experiência destaca a possibilidade de manter na localidade de origem parte do material arqueológico oriundo das escavações, depois de analisados e estudados, indicando práticas significativas de arqueologia colaborativa, além de diálogos construídos e práticas estabelecidas em parceria com os coletivos humanos na Amazônia. Outro exemplo que pode ser citado é o trabalho desenvolvido em Parintins-Amazonas, em que Lima, Moraes e Parente (2013) indicam como se deu a participação dos moradores do local durante a pesquisa na comunidade rural de Santa Rita da Valéria:

---

<sup>43</sup> Desenvolvido pelo MPEG, sob a coordenação de Helena Lima, foi ganhador do Prêmio Rodrigo de Melo Franco, do IPHAN, em 2018, na categoria Iniciativas de Excelência no campo da Preservação do Patrimônio Cultural Material (IPHAN, 2018).

O aprendizado se deu sempre em duas vias em que, por um lado, nós vivenciávamos o cotidiano, dia e noite, da vida na comunidade e, por outro lado, trazíamos à tona discussões sobre a riqueza do patrimônio histórico e cultural daquele local, e a importância de sua preservação (Lima; Moraes; Parente, 2013, p.72).

A realidade amazônica requer um olhar mais sensibilizado, mais colaborativo, interessado nas pessoas e com as pessoas que residem nessa região, onde os sítios arqueológicos são, ao mesmo tempo, testemunhos do passado e do presente. Esses coletivos humanos, que residem tanto sobre sítios arqueológicos como em áreas ribeirinhas e de mata adentro, pensam e praticam um certo fazer arqueológico, um buscar saber, um montar e expor acervos. Refiro-me às coleções domésticas de material arqueológico, que são frequentes entre esses grupos humanos.

A partir dessa problemática, chamo a atenção para a inquietação com a gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia, algo já apontado por Schaan (2007), com a preocupação de que haja maior envolvimento da sociedade na “concepção, gestão, estabelecimento de prioridades e execução de projetos de pesquisa arqueológica” (Schaan, 2007, p.125) na Amazônia, ainda que, naquele momento em que a autora escrevia, fossem poucas as práticas arqueológicas com essa perspectiva.

Assim, poderíamos avançar em diálogo e ações em que esses coletivos humanos sejam ouvidos e que possamos juntos pensar e propor gestões descentralizadas nas instituições de guarda, de modo que o que chamamos de patrimônio arqueológico possa ser acessível aos coletivos humanos de onde esses bens foram retirados. Algo que deve ter “maior envolvimento de prefeituras e governos estaduais, assim como por parte de organizações não-governamentais, com a gestão do patrimônio” (Schaan, 2007, p. 127).

Outra possibilidade já apontada por Schaan (2007) são os pequenos museus e casas de memória estabelecidos em cidades e comunidades interioranas do Amazonas, “criando a base para futuros núcleos de estudos, preservação e difusão de questões ligadas ao patrimônio” (Schaan, 2007, p.127). Exemplo bem recente é o Museu Arqueológico Ilha de Vera Cruz<sup>44</sup>, no município de Maués-Amazonas, na comunidade rural Ilha de Vera Cruz. A iniciativa é uma parceria entre uma moradora que reside sobre esse sítio arqueológico, que apresenta muitos

---

<sup>44</sup> O tão sonhado Museu Arqueológico Ilha de Vera Cruz foi inaugurado no dia 25 de setembro de 2020. Em sua *homepage* consta que “o museu começou a ser sonhado lá atrás por Maria Iracema da Silva Lagoa, hoje o museu ta sendo construído com o objetivo de conservar nossas relíquias repassar nossa história para futuras gerações. Gerar emprego, renda e visibilidade para a nossa comunidade, desde já agradeço a Aliança Guaraná por nos ajudar com o projeto os apoiadores.” (<https://www.facebook.com/veracruzmuseum>).

afloramentos de vasilhames e cacos cerâmicos, e a Aliança do Guaraná de Maués<sup>45</sup>. Essas iniciativas “precisam de suporte e qualificar as pessoas envolvidas” (Schaan, 2007, p.127) para que se potencializem como espaços de educação patrimonial.

Na agrovila Amazonino Mendes, em uma das comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, na zona rural de Manaus-Amazonas, Lima Andrade e Silva (2017) desenvolveram uma experiência com a comunidade em relação ao acervo reunido pelos moradores e depositado na escola pública municipal. Tal experiência consistiu em efetivar o inventário e a higienização da coleção arqueológica ali guardada, produzindo fichas de catalogação a partir das informações dos moradores, uma vez que tinham sido eles que recolheram as peças, compondo o acervo da escola (Lima, Andrade e Silva, 2017).

Pensando as pesquisas arqueológicas e a gestão do patrimônio na Amazônia, Carneiro (2014) defende o envolvimento dos coletivos humanos, alegando que eles podem desempenhar papel relevante no entendimento sobre a ocupação humana local, como práticas de manejo e transformação da paisagem, que são reminiscências que perpassam o tempo e são “continuados/renovados /transformados pelas populações contemporâneas” (Carneiro, 2014, p.452). Então, como pensar na gestão desse patrimônio sem envolver as pessoas desses grupos?

Nessa mesma perspectiva, Carla Betancourt (2020) defende que, ao invés de retirar das comunidades as coleções e colocar em museus do estado, distantes e pouco acessíveis a essas populações, “es mejor apuntar a consolidar las relaciones de los arqueólogos con las comunidades, de esa manera forjaremos una ciencia más inclusiva y políticamente relevante” (Betancourt 2020, p.203). Esse destaque chama a atenção para a relevância de uma ciência inclusiva, em que o diálogo se estabeleça e seja considerado para definir a gestão e guarda do material arqueológico, seja pelos coletivos humanos das áreas ribeirinhas tradicionais ou indígenas na Amazônia.

---

<sup>45</sup> Segundo informação na *homepage* do IDESAM, “a Aliança Guaraná Maués (AGM), foi criada em 2017, em parceria com a United States Agency for International Development (USAID), Centro Interamericano de Administraciones Tributarias – (CIAT) e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM), através de uma proposta da Ambev com o propósito de constituir um coletivo de pessoas, organizações e poder público de Maués para planejar e concretizar a “Maués dos sonhos e vem realizando ações concretas por meio dos Grupos de Trabalho (GT) nas áreas de Educação, Produção Sustentável, Turismo e Produção Sociocultural. As metas traçadas incluem: melhorias aos produtores rurais e a implantação de métodos sustentáveis de produção; inserção da identidade local nas escolas e apoio a atividades extracurriculares aos alunos da rede pública; criação e ampliação de roteiros turísticos e capacitação do receptivo local; fortalecimento de grupos culturais tradicionais como gambazeiros (ritmo musical tradicional), parteiras e artesãos, entre outras ações, que valorizam o amplo aspecto do guaraná e que promovem impactos positivos nas mais diversas áreas.” ([https://idesam.org/en/thegem\\_news/agm/](https://idesam.org/en/thegem_news/agm/)). Atualmente, são oito parceiros junto com os fundadores, entres eles estão a Prefeitura de Maués, a Universidade do Estado do Amazonas - UEA e o Instituto Federal do Amazonas - IFAM - campus Maués.



Em 2017, um dos moradores da localidade de Macurany procurou-me em minha residência, em Parintins, com uma situação que envolvia uma urna funerária encontrada por ele e familiares, em dezembro de 2016, no quintal da casa, no processo de remoção de terra para a construção de uma fossa séptica. Ao identificarem a presença de ossos e dentes humanos dentro do vasilhame arqueológico, segundo ele, enterraram-na novamente. Sua procura por mim foi no sentido de pedir orientação<sup>46</sup> sobre o que fazer e a quem se dirigir para que pudessem retirar e preservar o achado. Já que o objeto em questão estava em sua propriedade<sup>47</sup>, afirmava ele que só permitiria a retirada do material se houvesse a garantia de que tal objeto ficaria em Parintins e não fosse removido para algum museu em Manaus.

Quero destacar, inicialmente, a preocupação dele, e de outros moradores da localidade de Macurany, com a retirada do material e seu possível afastamento para local de guarda e pesquisa na capital do estado. Nessa mesma perspectiva estava a preocupação de um interlocutor de Leite (2014), que sugeriu que na localidade fosse criado um espaço onde esses objetos pudessem ficar expostos para toda a comunidade local, garantindo assim a permanência do patrimônio arqueológico no lugar. Situação semelhante encontramos na Vila de Joanes, na Ilha do Marajó, apontada por Schaan e Marques (2012), Bezerra (2011; 2014) e Ferreira (2012), quanto ao anseio dos moradores de que o material arqueológico não saísse da localidade, permanecendo em um espaço designado para isso. Ele estaria sob os cuidados dos próprios moradores, para que pudesse ser visto pelos locais e pelos turistas que visitam a vila. Por ocasião do projeto desenvolvido por Schaan e Marques (2012), parte do acervo ficou salvaguardado na escola local, acondicionado em caixas expositoras em uma sala exclusiva para visitação (Bezerra 2011; Ferreira, 2012).

Semelhante ao apontado por Schaan e Marques (2012), Bezerra (2011; 2014), Ferreira (2012), Pereira (2019) e Leite (2014), nesse relato que apresento percebe-se o receio do envio

---

<sup>46</sup> Na ocasião indiquei que o procedimento a fazer era comunicar a Superintendência do IPHAN em Manaus, por ser o órgão responsável. Ele me forneceu algumas fotos que havia registrado do objeto, eu encaminhei um e-mail ao IPHAN, em 14 de janeiro de 2017, relatando o ocorrido, anexando esses registros fotográficos, comunicando o achado e a situação que me havia sido relatada pelo residente da comunidade e indicando a urgência de resgate do material, já que o período das chuvas na Amazônia estava se iniciando. Houve resposta da Superintendência, dizendo ter aberto um processo para resgate do material, contudo até a presente data não houve a vistoria do achado nem o resgate do vasilhame arqueológico.

<sup>47</sup> De acordo com Lei n° 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre o patrimônio arqueológico, no artigo 1°: “Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e a proteção do Poder Público (...)”. Em parágrafo único, estabelece que “A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados (...)”. Assim, a legislação sobre patrimônio arqueológico, conforme grifos meus no texto da lei, destaca que o proprietário do terreno onde foi encontrado material arqueológico não tem direito de propriedade sobre ele, já que o direito e dever de guarda e proteção cabem à União.

dos objetos arqueológicos para um local que, ainda que fiquem preservados, poucas pessoas da localidade, e mesmo do município de Parintins, tenham acesso. Outra questão pertinente que se depreende desse relato está na relação estabelecida de pertencimento do objeto com a história da localidade, de modo que esse morador tenha estabelecido condições para o resgate arqueológico condicionado à manutenção do objeto próximo ao coletivo humano da localidade/município.

Os exemplos apresentados chamam nossa atenção para os interesses que entram em conflito, muitas vezes, por ignorar o que as pessoas diretamente envolvidas consideram importante para e na pesquisa arqueológica. Isso pode envolver questões de relações com ancestrais, mas também com a ressignificação e uso dos espaços e paisagens na atualidade, que se chocam com os objetivos do projeto arqueológico elaborado para essa localidade/sítio. Desconsiderar esses elementos pode gerar situações desgastantes, chegando até a inviabilizar as pesquisas.

Para fechar este breve diálogo, reforço a demanda sobre o acesso ao material arqueológico escavado, bem como os resultados das pesquisas sobre essa materialidade. Os acervos, museus e locais de guarda precisam ser acessíveis e próximos das comunidade de onde são oriundos e vinculados esses vestígios materiais, assim como algumas experiências com acervos musealizados (arqueológicos e etnográficos) que tem caminhado no sentido de abrir e somar diálogos produzindo novos conhecimento entre arqueólogos e outros coletivos (Wichers, 2019; Van Velthem, 2019; Cury, 2020; Lima; Barreto, 2020).

Democratizar o acesso aos estudos e bens arqueológicos, reconhecendo os diferentes modos de compreensão do patrimônio arqueológico por esses coletivos que se relacionam de longa data com essas coisas do passado amazônico, inclusive pensando em uma “gestão engajada”, como sugerido por Cabral; Pereira; e Bezerra (2018), seria uma das formas de estabelecer diálogos mais equitativos e de atuar em parcerias em que o pensar e efetivar ações para salvaguarda desses patrimônios iria além de encerrá-los nas paredes de instituições de guarda, muitas vezes distantes dos locais de origem do material. Isso poderia oportunizar que as pessoas estabelecessem elos de identidade, pertencimento e valorização da cultura material relacionada com a história e o lugar. Afinal, a Amazônia é importante não somente pela sua diversidade de fauna e flora, mas, fundamentalmente, pelas gentes (Rocha, et al., 2013) que, tanto no passado como no presente, ocupam esse imenso território brasileiro.

#### 4.4 Arqueologia no espaço digital e o uso dos canais virtuais para falar das coleções de Parintins – Amazonas

Ao longo do ano de 2020, a situação da pandemia de covid-19 forçou a sociedade a medidas de proteção, isolamento social e maior permanência dentro de suas residências, impactando na forma como aulas e pesquisas foram realizadas e comunicações científicas, efetuadas. Assim, nesse contínuo e urgente processo de readaptação da divulgação científica, o que antes acontecia em salas, seminários, congressos e mesas redondas de forma presencial, ganhou espaços e diálogos virtuais no mundo todo, nas distintas áreas de conhecimento, e a arqueologia não ficou fora disso.

Como nos mostra Glória Tega Calippo (2022), houve um aumento significativo de postagens, videoconferências e uso das redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, a partir de março de 2020, em relação aos anos anteriores. Dessa forma, evidenciou-se a intensificação do “processo de comunicação da Arqueologia, em que os próprios membros da comunidade arqueológica começam a produzir conteúdos e a divulga-los, de diversa formas, principalmente nas mídias sociais (Calippo, 2022, p.210). O uso das redes sociais para divulgação de temas ligados à arqueologia não foi algo novo, mas tomou uma dimensão maior a partir desse cenário de isolamento social decorrente da pandemia de covid-19.

Daniele Liberato e Lucas Bonald (2021) demonstram como o projeto de extensão *Arqueo3Dpe* – do Grupo de Estudos em Arqueologia, Geociências e Tecnologias, ligado ao Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, que inicialmente se propunha a “produzir materiais que envolviam sítios arqueológicos históricos e pré-históricos e patrimônios edificadas de Pernambuco, levando isso até as escolas de educação básica do estado” (Liberato; Bonald, 2021, p. 163) – precisou sofrer alterações e usar as redes de comunicação social virtuais para não parar completamente a divulgação arqueológica. Através da readaptação dos objetivos e da criação de um canal no *YouTube* e de conta no *Instagram*, utilizados para transmissão de *lives* ligadas ao tema inicial do projeto, os autores apontam, ao apresentar e analisar os metadados de acesso gerados pelo canal do *YouTube*, que foi possível ter uma boa receptividade na divulgação arqueológica, indicando os subtemas que foram mais acessados e os que tiveram menor adesão (Liberato; Bonald, 2021).

O grupo de pesquisa Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas – ARISE/MAE-USP passou a usar o espaço digital e as redes sociais como forma de alcançar o público durante

o período da pandemia de covid-19 (Martire, 2022). Alex da Silva Martire (2022) relata como foi esse processo de se apropriar da dinâmica de funcionamento dos recursos digitais para a realização de *lives*, e a importância dessas atividades no fazer a divulgação arqueológica, durante esse longo período pandêmico, interagindo com colegas de área em diálogos acadêmico-científicos pelos canais digitais.

Mesmo com as dificuldades apontadas pelo autor, tanto ao ministrar as aulas *online* e/ou produzir as *lives* temáticas no bojo do grupo de pesquisa, a superação garantiu que as atividades no ciberespaço fossem capazes de democratizar o conhecimento e de estar com um público ao vivo (mesmo em tempos de isolamento social), algo que marca a arqueologia, transformando-a em arqueologia digital (Martire, 2022).

O projeto *Divulgação arqueológica em tempos de pandemia, coleções de Parintins-AM e suas histórias* seguiu um pouco essa tendência do uso do ciberespaço para a divulgação arqueológica. Desenvolvido no período de outubro a novembro de 2021, sob minha coordenação, contou com os membros do grupo de pesquisa GEPIA/UEA<sup>48</sup> - Dr. Adriano Márcio dos Santos e os graduandos em História: Alef Fernandes Cruz e Arnoud de Oliveira Batista Filho; com a parceria do Museu da Amazônia – MUSA, de Manaus-AM; com a participação do arqueólogo Dr. Filippo Stampanoni Bassi e do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, de Belém-PA; além da atuação da arqueóloga Dr<sup>a</sup> Helena Pinto Lima e do mestrando do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural – PPGS - do MPEG: Michel Carvalho Machado, egresso do curso de História do CESP/UEA. Esse projeto foi contemplado com recursos financeiros da FAPEAM, através do edital de Programa de Apoio à Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação – POP C, T & I/2021. O objetivo consistiu em socializar os conhecimentos sobre as coleções arqueológicas de Parintins – Amazonas, tanto as musealizadas como as inúmeras coleções domésticas guardadas pelos moradores do município.

As atividades *online* desenvolvidas pelo projeto foram divididas em quatro *lives* e uma mesa redonda. Os temas foram: *live* 1 – “Arqueologia amazônica e as pesquisas em Parintins”; *live* 2 – “Cerâmicas arqueológicas na região de Parintins”; *live* 3 – “Comunidades e Patrimônio arqueológico em Parintins”; e *live* 4 – “Coleções domésticas e musealizadas de Parintins e da Amazônia”. A mesa redonda teve como título: *Patrimônio arqueológico em Parintins: camadas de significações e ressignificações*. Todas foram transmitidas em tempo real pelo

---

<sup>48</sup> Atuo como vice-coordenadora do referido grupo de pesquisa.

canal do *YouTube* do grupo de pesquisa GEPIA<sup>49</sup>, mantendo-se disponíveis para acesso ao público em geral.

Ao longo do projeto foram visitadas e inventariadas doze coleções domésticas, sendo sete em residências; uma na Escola Municipal Marcelino Henrique, na comunidade de Santa Rita de Cássia, às margens do Lago da Valéria, em área rural; quatro coleções na área urbana da cidade: uma de material oriundo de achados na área da orla da cidade, duas compostas por material de sítios diversos e uma originada, exclusivamente, no sítio Macurany. As coleções institucionalizadas oriundas de Parintins-AM foram fotografadas, e os curadores no Museu da Amazônia – MUSA, no Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus-AM, e no Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém – PA, foram entrevistados.



**Figura 49:** Capa do catálogo *Fragmentos*. Foto: Clarice Bianhezzi, 2022.

O catálogo *Fragmentos: arqueologia, memórias e histórias de Parintins* (figura 49) foi produzido pela equipe do projeto, utilizando o material do inventário participativo, os registros fotográficos e as filmagens realizadas com os donos das coleções domésticas em Parintins. As

<sup>49</sup> <https://www.youtube.com/channel/UCmv4IDXj0bTjMCjkKGNh-Ag>

fotos pré-selecionadas e os textos breves apresentam cada coleção doméstica e as coleções musealizadas, além de texto sobre arqueologia e coleções arqueológicas, compondo um material informativo e visual. Além desse material que foi impresso e disponibilizado em versão livre para *download*, também houve uma exposição virtual com um belo acervo de imagens desse amplo conjunto de coleções domésticas e musealizadas de Parintins, inédito para a ampla maioria dos pesquisadores, para a sociedade parintinense e o órgão de gestão do patrimônio cultural. O conteúdo do *site*<sup>50</sup> possibilita que se viaje pelo material expositivo, além de acesso ao catálogo virtual, à mesa redonda e a todas as *lives* realizadas ao longo do projeto.

Exemplares do catálogo impresso foram distribuídos aos portadores das coleções domésticas e aos três museus que contêm coleções arqueológicas de material oriundo de Parintins, e as bibliotecas das escolas municipais e estaduais do município receberam a maior quantidade da publicação. As bibliotecas das universidades que têm campus em funcionamento nessa municipalidade – Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP/UEA; Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia – ICSEZ/UFAM; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, IFAM/Campus Parintins e o Centro Universitário Fametro Parintins – também receberam exemplares.

A Associação Nacional de Pesquisadores em História/Seção Amazonas – ANPUH/AM, como forma de reconhecimento e homenagem às pesquisas desenvolvidas por historiadores no interior do estado do Amazonas<sup>51</sup>, escolheu esse projeto, realizado sob minha coordenação, como referência de menção. As imagens dos vestígios, cedidas por mim, compõem o cartaz (figura 50) de divulgação do *VI Encontro Estadual de História*<sup>52</sup>, que vai ocorrer no Centro de Estudos Superiores de Parintins/UEA, em Parintins, presencialmente, em outubro de 2022. Também, em diálogo com membros da organização do evento, propus um minicurso sobre as potencialidades do uso do catálogo *Fragments* no ensino de História.

---

<sup>50</sup> O acesso ao conjunto das produções do referido projeto está acessível no endereço eletrônico: <http://colecoesarqpin.com.br/>

<sup>51</sup> O texto que descreve a arte do cartaz está postado no canal do *Instagram* da ANPUH-AM, disponível em: <https://www.instagram.com/p/CYolMiOLLFp/>

<sup>52</sup> <https://www.even3.com.br/viencontroanpuham/>



**Figura 50:** Cartaz 12º Encontro Estadual de História da ANPUH-AM. Fonte: ANPUH-AM, 2022.

Outro desdobramento foi o diálogo com a superintendência do IPHAN do Amazonas, visando ao inventário e registro das coleções domésticas no município de Parintins e indicando a necessidade de um projeto-piloto para atendimento dessa demanda do patrimônio arqueológico e gestão que se descortina não somente nessa localidade, mas em todo o estado do Amazonas. Algo que nasceu na mesa redonda de encerramento das atividades do projeto em novembro de 2021. Em fevereiro de 2022, tivemos reunião com os pesquisadores que efetivaram esse projeto e a equipe do IPHAN-AM, para iniciar os trabalhos de alinhamento do projeto e a ampla demanda no município de Parintins.

Antes desse projeto, o patrimônio arqueológico de Parintins era pouco conhecido pela população local, pois, mesmo com a existência de inúmeros sítios e vestígios arqueológicos no município, não havia divulgação científica suficiente para esclarecer melhor esse tema e sua importância histórica, muito restritos, então, a pesquisas de âmbito acadêmico e a relatórios de licenciamento ambiental. Durante a execução do projeto, chamaram nossa atenção os questionamentos feitos pelas pessoas que possuíam as coleções sobre a origem do material. Quem os produziu? Quantos anos têm? E, também, a preocupação de que essas coleções não fossem levadas para museus fora da comunidade rural ou sede do município, justificada pela dificuldade de visitação. Tais argumentos apontaram a urgência de criação de museu no município que pudesse guardar e expor esse material para toda a sociedade local.

Esse projeto foi capaz de produzir e disponibilizar um conjunto de material inédito sobre arqueologia e patrimônio arqueológico em Parintins, atrativo e acessível pela internet, dando protagonismo ao patrimônio arqueológico existente no município e nas coleções musealizadas em instituições de guarda dentro do estado do Amazonas e fora dele. Era recorrente a afirmação

de que no município não havia vestígios arqueológicos, contudo esse projeto foi capaz de demonstrar como essa afirmação era falsa ao apresentar coleções domésticas e musealizadas oriundas da localidade.

O catálogo impresso e os demais materiais produzidos (*lives* gravadas, exposição virtual) estão acessíveis às escolas públicas e privadas de Parintins -AM e nos municípios próximos, como Barreirinha-AM, Maués-AM, Boa Vista do Ramos-AM. A divulgação do *site* que contém todo o material produzido tem servido como recurso didático em uso em sala de aula. Atividades com alunos da educação básica nos têm sido reportadas por alguns professores das redes municipais e estaduais de ensino em Parintins. Moradores das comunidades rurais do município, após o projeto, têm nos procurado indicando a presença de cerâmicas arqueológicas e solicitando orientação para proceder com esses achados fortuitos. Como o material está disponível na internet, isso também faz com que ele possa ser usado por todo o estado do Amazonas, demais estados da Amazônia Legal e Brasil afora, devido ao seu ineditismo em tratar do tema das coleções domésticas.

A apresentação das coleções domésticas como demanda para a gestão do patrimônio arqueológico a partir da realidade desse município amazonense foi levada às instâncias municipais, estaduais e nacionais. A mesa redonda de encerramento do projeto apontou a necessidade de uma ação conjunta entre pesquisa e órgãos de gestão do patrimônio. O diálogo com a superintendência do IPHAN-Amazonas tem avançado e o tema ganhou destaque no município através da divulgação desse projeto e seus produtos.

Toda essa experiência caminha no sentido de colocar o tema da arqueologia em circulação na sociedade parintinense, chamando atenção para os aspectos da valorização e gestão do rico potencial arqueológico que esse município tem na região do Baixo Amazonas, assim como a necessidade de museus comunitários ou casas de memórias nele e em outro município do interior do Amazonas. Há ainda grandes desafios que requerem maior abrangência e maior número de pesquisadores envolvidos, pois os municípios do entorno de Parintins, como Barreirinha-AM, Maués-AM e Boa Vista do Ramos-AM, também apresentam coleções domésticas e demandas de pesquisas pela presença de inúmeros achados e sítios arqueológicos em seus territórios.



Cabe destacar que, pelos dados disponíveis no *site* do IPHAN, o estado do Amazonas possui apenas cinco instituições de endosso e guarda<sup>53</sup> aptas a receber e salvaguardar bens arqueológicos, para um estado com 1.571.000 km<sup>2</sup> de extensão territorial. Destaca-se que três estão na capital Manaus, a saber: Museu Amazônico – Laboratório de Arqueologia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Museu da Amazônia – Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE) – Associação Privada Museu da Amazônia; e Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza – Secretaria de Estado de Cultura (SEC) – Governo do Estado do Amazonas. Duas estão no interior do estado: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, localizado no município de Tefé, e Prefeitura Municipal de Itacoatiara – Secretaria de Estado de Cultura (SEC) – Governo do Estado do Amazonas, no município de Itacoatiara.

Essas informações reforçam a importância de pensar projetos que descentralizem e desafoguem os museus da capital, que apontam falta de espaço e pessoal para tratar os inúmeros acervos arqueológicos recebidos. A análise de dados sobre as portarias de autorização de pesquisas arqueológicas emitidas pelo IPHAN entre os anos de 1997 e 2017 para a região norte do Brasil, feita por Cabral, Pereira e Bezerra (2018), aponta que 87% foram de arqueologia preventiva e apenas 11% de arqueologia acadêmica. Ou seja, ao longo desses vinte anos houve um aumento significativo de intervenções arqueológicas diretamente relacionado com o crescimento dos empreendimentos na região amazônica que requerem licenciamento ambiental e avaliação de impacto arqueológico (Cabral, Pereira e Bezerra, 2018).

A partir desses dados, podemos inferir que diretamente relacionado ao aumento da emissão de portarias de pesquisa arqueológica na região está o aumento de acervos arqueológicos que têm como destino as instituições de guarda aptas a receber tal demanda, muitas vezes já com espaços limitados. Criar pequenos museus municipais, com parte desses exemplares das coleções recuperadas nessas localidades do interior do estado pode ser um caminho para aproximar a sociedade dos acervos arqueológicos (Wichers, 2014) e para a democratização desses bens culturais musealizados na Amazônia. Isso criaria espaços que poderiam ser visitados por escolas e universidades, pela sociedade em geral dessas localidades e pelos turistas, no caso do município que realiza o Festival Folclórico dos Bois-Bumbás todo

---

<sup>53</sup>As Instituições de Endosso são locais habilitados pelo Iphan para manter e receber acervos arqueológicos, cujas condições estruturais devem atender ao mínimo exigido pela Portaria Iphan nº 196/2016. O apoio institucional é um requisito necessário para a aprovação de qualquer projeto de pesquisa arqueológica que preveja intervenções em campo, seja no âmbito acadêmico ou no licenciamento ambiental (in: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1369/>).

ano. As pessoas relatam – conforme apontou Sr<sup>a</sup> Elionete quando falava da importância de sua coleção permanecer em Parintins, no item 4.2 deste capítulo – que é difícil ir à capital do estado e visitar os museus por causa da distância, do custo financeiro e da dificuldade de deslocamento neste enorme estado amazonense.

Além disso, outros aspectos desafiantes que envolvem as coleções arqueológicas estão na relação dos objetos com os encantados (Cury, 2017) e com seu vínculo aos ancestrais dos grupos humanos que os produziram e usaram no passado (Athias, 2016; 2019). Renato Athias (2016; 2019), ao falar dos objetos ritualísticos retirados no início do século XX dos povos indígenas do Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, por viajantes e religiosos salesianos em missão de catequização, que hoje estão em diversos museus da Europa e no Museu do Índio, em Manaus-AM, nos alerta que:

Todos esses objetos são de uso dos “encantados”, de membros de uma linhagem de irmãos ancestrais do mundo dos Kapiwaiá, que os Hupd’äh dessa mesma região denominam de *hibahtenre*. Esses ancestrais dão vida a todos os objetos ofertados, ensinados por essas mesmas entidades aos diversos grupos linguísticos e clãs que mantêm relações de parentesco por vários séculos nessa mesma região (Athias, 2019, p.171).

Ao carregar esses objetos para lugares fora das comunidades e longe das pessoas que os produziram e faziam uso deles, leva-se junto a ligação espiritual que tais objetos são portadores, pois “cada objeto tem uma vida própria. E vivem para sempre porque foram construídos para uma finalidade específica no campo simbólico dos rituais e cerimônias.” (Athias, 2016, p.191). O autor chama atenção para o fato de que a gestão dessas coleções precisa considerar o agregado significativo, identitário e espiritual que portam. É o caso da Máscara de Jurupari, do povo Tariana de Iauareté, que seus descendentes solicitam que seja destruída, como era prática dos ancestrais após o ritual das máscaras, no início do século XX. Contudo, ela encontra-se no Museu Pigorini, em Roma, e foi exposta durante a exposição dos “Índios no Grand Palais” de Paris, em 2005 (Athias, 2016).

Marília Cury (2017), em sua experiência com os povos indígenas do Oeste de São Paulo – Kaingang, Krenak, Terena e Guarani Nhandeva – que coabitam as Terras Indígenas (TI) Araribá (Avaí), Icatu (Braúna) e Vanuíre (Arco-Íris), relacionada aos acervos referentes a esses povos e seus ancestrais, lembra do alerta feito pelos indígenas de que “ao mexer com os objetos dos antepassados, mexemos com o mundo espiritual e o pajé deverá estar presente” (Cury, 2017, p.202). Esse relato traz para o diálogo a compreensão de que antepassados,

espiritualidade, encantados e sagrado também estão no museu. A autora ainda destaca que “os encantados são curadores também, uma vez que estão em comunicação com o mundo físico, quando evocados pelo objeto e os sentimentos e pensamentos daqueles que os veem como parte de si, vindo dos ancestrais” (Cury, 2017, p.206).

Os exemplos apontam para a urgência de pensar os acervos arqueológicos para além da materialidade palpável, há um desafio, que vem se descortinando por anos, que é compreendê-los ao longo de sua existência, com todo o conjunto de elementos físicos e espirituais que os compõem. Precisamos pensar esses objetos e suas relações numa complexidade de existência no mundo, compreendermos, talvez como “objetos vivos”, como defende Renato Athias (2016), mas, fundamentalmente, como criados, usados e significados por coletivos humanos antes de chegar às nossas mãos e instituições de guarda.

Ainda nesse sentido, e lembrando do quanto se agrega simbolismos e significados aos objetos arqueológicos pelas pessoas que recolhem e guardam esses vestígios arqueológicos na Amazônia, já mencionado no capítulo 3 deste trabalho, há um conjunto de percepções, compreensões e relações de seres humanos e não-humanos na Amazônia vinculados a lugares e coisas do passado, constantemente relatados pelas pessoas e suas coleções domésticas e locais de onde são oriundas. Assim, não seria prematuro afirmar que essas narrativas deveriam fazer parte não somente da história das coleções domésticas, mas também dos documentos relacionados às coleções institucionalizadas, pois essas narrativas muito nos contam sobre a vida dos objetos na Amazônia. Como questiona Bezerra (2018, p. 56) “como deixar que a documentação nas reservas técnicas contemple apenas parte dos sentidos de um objeto?”

#### **4.5 Desafios da gestão do patrimônio arqueológico em Parintins**

Para início deste tópico, apresento o exemplo que envolve a própria comunidade do Macurany, em relação ao empreendimento do Conjunto Habitacional Vila Cristina (figura 51), já mencionado no capítulo 1. Como podemos perceber em algumas das narrativas apresentadas ao longo dos capítulos deste estudo, os moradores da comunidade mencionam a transformação ocorrida na localidade devido à edificação do referido conjunto residencial, sendo recorrente nas memórias a derrubada de exemplares de castanheiras existentes onde hoje há um pontilhado de casas.



**Figura 51:** Vista área do conjunto Habitacional Vila Cristina, dezembro de 2021. Foto: Maicon Douglas, 2021.

Quero destacar aqui algo que não apareceu nas narrativas, mas que compõe a história desse empreendimento. Trata-se do não cumprimento do acompanhamento arqueológico durante as obras do referido residencial, que compõe parte do processo registrado no IPHAN com o nº 01490.000036/2009-28, que culminou em uma proposta de Termo de Ajuste de Conduta (TAC)<sup>54</sup> no ano de 2017. Antes de entrar no detalhamento a respeito do que foi sugerido pelo IPHAN-AM para este TAC, gostaria de apontar algumas questões importantes sobre o processo de licenciamento dessa obra, observadas nos documentos produzidos pela empresa para cumprimento dessas solicitações.

No ano de 2009, a empresa Rio Apoquitaua Empreendimentos Ltda solicitou à Superintendência do IPHAN-AM a anuência quanto à avaliação arqueológica da área do empreendimento, e para tal entregou o Plano de Controle Ambiental (PCA). Nesse referido PCA, ao apresentar o contexto do patrimônio arqueológico de Parintins e região, constam nove

---

<sup>54</sup> O TAC é um instrumento impetrado para resolução de litígios na esfera extrajudicial, usado para “solução de conflitos pela via conciliatória por meio do Código de Defesa do Consumidor e das alterações que este dispositivo promove à lei n 7.347/85 – Lei de Ação Civil Pública” (Polo, 2018, p. 153)

sítios registrados nesse município<sup>55</sup>, entre eles o sítio arqueológico Parananema, localizado na Fazenda Nova Vida. As coordenadas geográficas dele estão dentro da área que hoje está registrada como Sítio Macurany, cujas obras que o impactaram foram descritas no capítulo 1.

Os dados descritos do sítio, apesar de não serem referenciados no PCA, são parte da descrição que consta no relatório da Scientia Consultoria Científica, do ano de 2003, produzido dentro do processo de levantamento arqueológico na área de intervenção do Projeto de Mineração em Juruti – PA, que, pelo que pude identificar, se trata do primeiro documento que menciona essa localidade com presença de material arqueológico. Conforme identifiquei no relatório da Scientia (2003, p. 28), além das coordenadas geográficas que remetem à localidade que no ano de 2015 sofreu destruição parcial ocasionada por tração de máquinas para abertura de acesso para retirada de argila em terreno particular, por mim já mencionado no capítulo 1 deste estudo, ali também estão citados o proprietário da fazenda, Sr. Eli de Melo Azedo, e o informante Sr. Florivaldo Pereira da Silva, morador e caseiro da fazenda na ocasião. Destaco que o Sr. Florisvaldo é o pai de dona Maria da Conceição Batista Pereira e de dona Maria do Carmo Batista Pereira, que mencionam, em suas narrativas, o tempo que residiram com seu pai nas terras do Sr. Eli Paraibano – que tem como nome de registro civil Eli de Melo Azedo, conforme me foi esclarecido em campo.

Percebemos que o sítio Parananema consta no PCA, contudo o que se observa é que não se buscou conferir onde ele se localiza, pois o documento afirma: “concluiu-se que no terreno e nas adjacências não foram identificados quaisquer vestígios arqueológicos” (R.F Serviços Ambientais Ltda, 2009, p.75), indicando, dessa forma, apenas monitoramento e controle no processo de desenvolvimento da obra.

O laudo da avaliação arqueológica da área do empreendimento demonstra que a vistoria foi feita em janeiro de 2011 e que a obra já estava avançada no local, infringindo os aspectos legais e a recomendação do IPHAN anteriormente expedida. Concluindo que não haviam sido identificados vestígios arqueológicos no local por observação de superfície, sem intervenção, o documento recomenda o acompanhamento de um arqueólogo na continuidade da obra, principalmente, na área que ainda não havia sido impactada por máquinas de tração no processo de terraplanagem. Sendo assim, tudo indica que não houve cumprimento da recomendação anteriormente enviada à empresa, no que se refere à avaliação arqueológica prévia ao início da

---

<sup>55</sup> Sítio arqueológico Redenção; sítio arqueológico Viana; sítio arqueológico Parananema; sítio arqueológico Borges; sítio arqueológico Santa Rita; sítio arqueológico São Paulo; sítio arqueológico Apé; sítio arqueológico Matarazzo I; sítio arqueológico Matarazzo II.

obra. Novamente se observou que não houve a verificação da localização geográfica dos sítios já cadastrados em Parintins e que constavam no relatório anterior, porém, destaco que, nesse laudo, o sítio Parananema não é mencionado, mesmo que o relatório da Scientia Consultoria Científica, do ano de 2003, conste no material consultado (Laudo de vistoria arqueológica, 2011).

Na análise do laudo percebe-se que o técnico do IPHAN também não fez a conferência das coordenadas geográficas dos sítios já cadastrados no município, contudo, nas considerações técnicas, nos itens 1 e 3, destaca:

Item1: Apesar de não serem identificados vestígios arqueológicos em superfície, a arqueóloga não descarta a possibilidade de vestígios em subsolo, pois a área apresenta características geoambientais conhecidas como propícias à ocupação humana.

Item 3: Recomenda-se que a anuência do IPHAN quanto à concessão de LI<sup>56</sup> e LO<sup>57</sup> que abrangerá todas as áreas do projeto esteja condicionada à execução do Programa de Prospecção em Subsuperfície e posterior acompanhamento da obra por equipe de arqueologia (Informação Técnica 064/2011 de 21/03/2011, p.02).

Mesmo sendo contraditório dizer que a Licença de Implementação estava condicionada ao Programa de Prospecção, uma vez que a obra já estava em andamento, o parecer do IPHAN indicava condicionantes à obra. A vistoria feita por esse órgão no empreendimento, em junho de 2011, constatou o início das obras com intervenção no solo e foi solicitada, via ofício 206/2011/IPHAN/AM, de 12 de julho de 2011, a paralisação imediata das obras e da entrega do Programa de Prospecção em Subsuperfície para respectiva aprovação. Mesmo não tendo a anuência da avaliação arqueológica da área pelo IPHAN, como podemos observar no processo, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM – expediu a LI do empreendimento em 04 de abril de 2011, válida por 365 dias, com 23 restrições/condições, sendo que a de número 21 solicitava relatórios trimestrais de acompanhamento da obra referente à arqueologia, à fauna e à flora.

Reiterados ofícios e cartas foram encaminhados ao empreendedor, ao longo dos anos de 2011 e 2012, solicitando informes sobre o cumprimento das recomendações para andamento das autorizações. Em resposta, recebia-se a informação de que as obras não teriam sido iniciadas

---

<sup>56</sup> Licença de Implementação - é a licença ambiental que autoriza o início da construção do empreendimento, objetivando atestar que os pré-requisitos e condicionantes estabelecidos na Licença Prévia foram cumpridos.

<sup>57</sup> Licença de Operação - trata-se da licença ambiental requerida ao término da construção, após verificada a eficiência das medidas de controle ambiental e mitigação de impactos negativos, autorizando a operação da atividade do empreendimento solicitante.

na área não impactada quando da vistoria arqueológica. Em abril de 2014, o IPHAN formalizou denúncia junto ao Ministério Público Federal, por destruição de patrimônio arqueológico (referia-se a empreendimento no município de Iranduba-AM) e não cumprimento dos termos de condicionamentos no empreendimento Residencial Vila Cristina, em Parintins-AM.

Em agosto de 2015, houve a vistoria pelo técnico do IPHAN ao empreendimento, que constatou que mais da metade da área em questão havia sido concluída e que as famílias já estavam residindo nas casas edificadas. Outra parte da área estava em fase de finalização das casas, indicando que o empreendedor descumpriu os termos da lei e que havia sido muitas vezes alertado sobre isso, conforme consta na Informação Técnica nº 176/2015 Coord. Tec./ IPHAN/AM.

No ato de vistoria do Residencial Vila Cristina, a técnica estava averiguando a denúncia de destruição do sítio arqueológico Macurany, mencionado no capítulo 1 deste estudo e destacado na Informação Técnica nº 176/2015 Coord. Tec./ IPHAN/AM. Assim, menciona e reforça que o sítio, por estar próximo ao empreendimento e por não ter ainda sua área delimitada, talvez tenha sido irresistivelmente impactado pelas obras mencionadas, em função do não cumprimento das leis vigentes e das recomendações do órgão de patrimônio cultural, além da ausência da LI por parte do IPHAN. Dessa forma, houve recomendação do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, devido à desobediência à legislação de proteção do patrimônio arqueológico brasileiro.

Diante de todo o exposto, levanto a questão: quais atividades foram propostas aos infratores na sugestão de TAC? Em maio de 2017, ocorreu uma reunião para formalização do TAC em que estavam presentes a procuradoria federal do Amazonas e os representantes do IPHAN, do IPAAM<sup>58</sup>, da NV Ind. Com. E Const. LTDA<sup>59</sup>, da Infraero do aeroporto de Manaus, da Associação Folclórica Boi-Bumbá Caprichoso e da Associação Folclórica Boi-Bumbá Garantido. Foi proposto atividades “envolvendo o reconhecimento e proteção do Patrimônio Cultural Imaterial do Festival Folclórico de Parintins, do Estado do Amazonas”, conforme e-mail anexo, de 18/05/2017, que consta no processo, visando a elaboração e assinatura deste TAC. Conforme pude observar no andamento do processo, o TAC não foi assinado em 2017. Em despacho nº 309/2022 COTEC IPHAN-AM/IPHAN-AM, de 24/05/2022, direcionada a

---

<sup>58</sup> O IPAAM foi arrolado no processo, pois, mesmo tendo colocado condicionantes ao empreendimento, não suspendeu a LI quando do não cumprimento do relatório trimestral de acompanhamento arqueológico.

<sup>59</sup> A empresa NV Ind. Com. E Const. LTDA assumiu a continuidade da obra do empreendimento a partir de 2011, em substituição à empresa Rio Apoquitaua Empreendimentos Ltda.

área técnica da Superintendência do IPHAN do Amazonas consta que “faz-se necessário estabelecer objeto para o TAC em questão”.

Merece destaque que a sugestão de atividade de TAC, dialogada com as partes causadoras do ilícito, não cumpria a Portaria nº 159 de 11 de maio de 2016, que regulamenta os requisitos e procedimentos para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC pelo IPHAN, já que as ações sugeridas a época eram voltadas a promover o reconhecimento e proteção do patrimônio imaterial de Parintins, a Portaria referida prevê no seu Art 8º que:

Art. 8º. Quando o dano envolver bens arqueológicos, as medidas de mitigação e compensação as erem estabelecidas como obrigações do compromissário deverão considerar, observada a ordem de preferência abaixo:

I – Ações de preservação de sítios arqueológicos cadastrados, impactados ou não pelo empreendimento (delimitação, sinalização, socialização, pesquisa, resgate, dentre outras), salvo nos caso sem que tais ações já figurem como obrigação do empreendedor no processo de licenciamento;

II – Ações de recadastramento de sítios arqueológicos;

III – Ações de fortalecimento de instituições de pesquisa e guarda de material arqueológico

IV - Elaboração de sínteses regionais, mapas de potencial arqueológico e outros estudos que contribuam para o aprofundamento do conhecimento e da capacidade institucional de proteção do patrimônio arqueológico;

Recomendando que sejam ações que envolvam o mesmo tipo de bem cultural afetado. Questionei-me inúmeras vezes como esse critério foi sugerido como mote para o TAC, quando se havia o conhecimento do órgão de que o sítio Macurany havia sofrido ações de destruição, na mesma localidade do empreendimento que foi notificado? Como a gestão do patrimônio arqueológico é feito?

Polo (2018) afirma que esse instrumento, o TAC, vem sendo utilizado para dar celeridade e solução a litígios no campo ambiental e arqueológico e que, de 2000 em diante tem sido muito usado pelo IPHAN para resolver conflitos que envolvam tanto os bens registrados como os bens arqueológicos em que a proteção é garantida na essência pela Lei 3924/61.

Os TACs são formulados de acordo com sugestões dos técnicos do IPHAN em acordo com o imputado. Para isso, usa-se um formulário de livre preenchimento, o que indica a ausência de regra ou padrão na elaboração desses termos de ajustamento que possa ser seguida por todas as Superintendências do IPHAN no Brasil. A Portaria do IPHAN nº 159/2016 regulamenta os requisitos norteadores para a elaboração de TACs, estabelecendo, no art. 4º, a



necessidade de prever o prazo e o modo de cumprimento das obrigações e a previsão de multa, caso haja descumprimento do acordado.

Ao estudar um conjunto de dados em processos abertos em várias superintendências do órgão no Brasil, entre os anos de 2012 e 2013, Polo (2018) observou a demora para firmar os termos, principalmente quando as exigências estão voltadas para cumprimento aplicado ao patrimônio arqueológico. Essa demora, segundo esse autor, seria resultado “da variedade e à complexidade das obrigações exigidas e a soma de obrigações distintas em um mesmo TAC” (Polo, 2018, p.159).

Os tipos de obrigações compensatórias identificados por Polo (2018) “não se reportavam à causa original do ajuste de conduta, ao local do dano ou sequer a proteção do patrimônio arqueológico” (Polo, 2018, p.165). Algo assemelhado com a sugestão de TAC para a ajustamento do empreendimento Residencial Vila Cristina, na comunidade Macurany, município de Parintins-AM, em que sugeria-se desenvolver no aeroporto e no porto de Manaus, através da “ação de divulgação do inventário do bem e difusão do patrimônio imaterial em geral, visto que há a previsão de um fluxo de 100 mil pessoas no aeroporto de Manaus, rumo ao festival de Parintins” (conforme e-mail de 22/05/2017, anexo ao processo do IPHAN), conforme a produção de material audiovisual, folders, painel e banners objetivava o reconhecimento e proteção do Patrimônio Cultural Imaterial do Festival Folclórico de Parintins. Mesmo que esse TAC não tenha sido firmado e/ou concretizado, demonstra que havia intenção de voltar as ações para outro tipo de bem cultural que não era o que estaria implicado no ilícito. Cabe aqui destacar que a Portaria do IPHAN nº159/2016, prevê no artigo 3º, inciso 4º que:

§4º. Os Termos de Ajustamento de Conduta que, após publicação desta Portaria, tenham sido firmados sem observância das regras previstas neste artigo, são nulos de pleno direito, sem prejuízo de apuração de eventual responsabilidade administrativa de quem o tenha celebrado.

O que indica a possibilidade de anulação de TAC caso houvesse sido firmado após o ano de 2016, por não seguir os requisitos previstos na Portaria do IPHAN nº159/2016. Considerando que TAC ainda está por ser celebrado entre o IPHAN e as partes que cometeram o ilícito, conforme se observa no Ofício Nº 410/2022/COTEC IPHAN-AM/IPHAN-AM-IPHAN de 23/05/2022, espera-se que as ações sigam as recomendações da referida portaria, uma vez que ela está vigente de longa data no Brasil e muitos outros termos de ajustamento já foram celebrados tendo-a como referência.

Esse exemplo reforça a necessidade de diálogos e parcerias constantes com o IPHAN, o desenvolvimento de atividades preventivas de gestão e de educação em patrimônio arqueológico ganhem espaço nas escolas, universidades e órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural, na sua diversidade, no município e no estado. Ou seja, é urgente que esses bens tão presentes e recorrentes no município sejam valorizados e não relegados em detrimento de outros bens culturais, quando se trata de promoção e divulgação arqueológica.

As coleções domésticas tratadas anteriormente são outra demanda que merece atenção tanto dos órgãos de gestão do patrimônio cultural como das instituições de pesquisa e ensino. O projeto *Divulgação arqueológica em tempos de pandemia, coleções de Parintins-AM e suas histórias* indicou um número significativo de acervos mantidos por famílias em locais bem pontuais. Contudo, desde a pesquisa de Machado (2018), sobre os sítios arqueológicos, e de Batalha (2019), sobre as coleções domésticas em Parintins, é possível perceber quão numerosas elas são e como estão distribuídas em distintas localidades (na área urbana e área rural) do município. Na mesa-redonda de encerramento do referido Projeto<sup>60</sup>, Ana Paula Leal, representando o CNA/IPHAN, nos lembrou da previsão legal na Constituição Federal, Instrução Normativa 001/2015 e Portaria nº196/2016 do IPHAN, da participação e atuação das comunidades na colaboração e proteção dos bens arqueológicos. Durante sua exposição foi apresentada a possibilidade de que as pessoas que têm coleções domésticas possam permanecer com as mesmas através da assinatura do Termo de Cessão de Bens Arqueológicos<sup>61</sup> com o IPHAN, viabilizando a gestão compartilhada com as pessoas envolvidas com os bens arqueológicos. Dessa forma, ficariam estabelecidas obrigações legais de conservar e informar ao IPHAN qualquer alteração, movimentação e acréscimo de bens arqueológicos à referida coleção. Importante destacar que esse termo apenas regulariza o que está de posse das pessoas, não lhe autorizando a efetuar novas coletas de materiais.

Ao longo destes nove anos que tenho atuado como docente no curso de História da Universidade do Estado do Amazonas, em Parintins, tive contato, recorrentemente, com relatos de acadêmicos que narram conhecer locais possuidores de vestígios arqueológicos e pessoas em várias comunidades rurais do município que guardam esses objetos, formando coleções. Dessa forma, não é exagero algum dizer que em todas as comunidades rurais de Parintins se

---

<sup>60</sup> Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=McJhYydegJA&t=3324s>

<sup>61</sup> Esse tipo de Termo foi celebrado pela primeira vez pelo IPHAN, no ano de 2021, em razão do processo SEI\_01450.008576\_2016\_55, referente a uma coleção de bens arqueológicos (líticos), quando a pessoa que guarda tal acervo, no município de Carmo do Rio Claro, estado de Minas Gerais, buscou o órgão para regularizar a guarda do conjunto de bens patrimoniais.

encontra ao menos uma pessoa e/ou família que tenha uma dessas coleções com material que foi localizado em seus roçados ou na beira do rio durante a vazante das águas.

Por isso, a necessidade de que sejam tratados pelos órgãos gestores do patrimônio com a sensibilidade e atenção que merecem. É preciso pensar formas de gestão dessas coleções que não afastem as pessoas delas, pois considero de extrema necessidade ouvir e ponderar o papel dessas gentes na salvaguarda desses vestígios ao longo de tantos anos em Parintins e na Amazônia. Tenho clareza de que a legislação atribui esses bens à União como forma de manter o acesso democratizado e irrestrito aos bens arqueológicos, contudo, chamo atenção para o fato de que, tanto em Parintins como em outros locais da Amazônia afastados dos grandes centros urbanos, são as pessoas locais que guardam esses bens, formando coleções e atuando como protetoras diretas do patrimônio arqueológico. Então, seria importante ter uma forma de controle, identificação e reconhecimento dessas coleções domésticas, sem retirar todo o conjunto da guarda de seus detentores. Algo que já começou a ser feito pela Superintendência do IPHAN do Amazonas, a partir da coleção de Tarcísio Brito<sup>62</sup>, neste final do mês de julho de 2022, que tive a oportunidade de acompanhar. O técnico do IPHAN visitou a residência do guardião da coleção, fazendo minucioso inventário e registro fotográfico e firmando a assinatura Termo de Cessão de Bens Arqueológicos entre o sr. Tarcísio e o IPHAN.

---

<sup>62</sup> Trata-se de uma das coleções que efetuamos registro fotográfico e compõem o catálogo “Fragmentos: arqueologia, memórias e histórias de Parintins” (Bianchezzi et al 2021) e é fonte de pesquisa de mestrado de Michel Carvalho no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural/PPGDS no MPEG.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas na Amazônia sabem onde estão localizados os cacos de panela, pedaços de cerâmica, panelas de barro, pedras de raio, terra preta (o que chamamos de vestígios arqueológicos) nos lugares em que residem e em suas proximidades e tecem um conjunto extenso de significações a respeito que norteiam muitas práticas diárias em sua vida. Na comunidade de Macurany-Parintins-AM, os diálogos e significações estabelecidos com esses vestígios de ocupação do território por grupos humanos no passado profundo da Amazônia demonstram que muito temos a aprender com essas pessoas que cotidianamente convivem com “os cacos dos índios”, a terra preta, as castanheiras, as valas arqueológicas etc.

As apropriações, usos e significados atribuídos aos vestígios arqueológicos pelas pessoas que moram sobre e no entorno do sítio arqueológico localizado na comunidade do Macurany são formas de compreender melhor como inúmeras significações e usos são estabelecidos pelas pessoas, seja nessa localidade, seja em outras na Amazônia, no presente, em relação à materialidade arqueológica ali existente. Talvez o verbo mais adequado para definir essa relação não seja o preservar, mas sim os verbos apropriar e significar, próprios para as gentes que ali se relacionam com todos - pessoas, animais, encantados, entidades etc- que residem nesses lugares que chamamos de arqueológicos. São efetivas evidências de valorização dos ambientes amazônicos como patrimônios de importância na vida de quem escolheu a Amazônia como morada.

A *Terra Preta de Índio* às margens do lago do Parananema foi constantemente mencionada nas conversas com as pessoas na comunidade do Macurany, sendo abrigo de memórias do viver e cultivar ou do temor, por ser abrigo de visagens e/ou encantados, mas, sem dúvida alguma, essa materialidade é suporte de trajetórias de vida particulares e familiares. As margens do lago e a terra preta ali associada remetem a um lugar carregado de significados múltiplos: de abundância de frutos e peixes, quando se menciona o cultivo da terra, a pesca; de abundância de assombros, quando se faz menção ao intangível. As marcas impressas nos entornos das residências, nos jardins com flores cultivadas e nos quintais com temperos e plantas medicinais são jeitos de moldar com as mãos que interagem com a terra e, ao mesmo tempo, são formas de serem moldados naquele ambiente e lugar.

Os castanhais na comunidade de Macurany podem ser apontados como evidências de patrimônio de vida, são marcas na paisagem, são memórias presentes da coleta de castanhas

feitas pelos avós, pais e filhos. São marcas de um tempo que tem lugar nas narrativas de luta e construção de vida, amparadas no alimento e comércio da castanha.

Depois de tanto tempo interagindo com esse lugar, carrego em mim a sensação de que Macurany, com a presença dos vestígios arqueológicos, suas gentes, lugares, coisas, animais, encantados, entidades, frutos, sementes, lagos e rios, é um grande entremeado pelo visível e intangível, ambiente onde há espaço para humanos e não-humanos numa relação mantida e negociada ao longo de milhares de anos.

Por sua vez, não posso deixar de mencionar a importância de envolver os gestores do patrimônio arqueológico nos âmbitos federais, estaduais e municipais em diálogos mais comprometidos e responsáveis com os bens arqueológicos nessa comunidade e município. É preciso intensificar ações sobre a legislação a respeito do patrimônio arqueológico, além da divulgação científica e arqueológica, publicizando o que se tem produzido de pesquisas e levantamentos sobre arqueologia em Macurany e Parintins. Dessa forma, é possível oportunizar acesso democrático aos bens arqueológicos para a sociedade parintinense, reconhecendo os diferentes modos de compreensão do patrimônio arqueológico pelas pessoas, através de elos de identidade, pertencimento e valorização da cultura material relacionada com a história e o lugar.

Sem deixar de mencionar as coleções arqueológicas domésticas que, seja no Macurany ou no município em seu todo, se apresentam como uma grande demanda e desafio para pensar como esses vestígios arqueológicos agrupados através de iniciativas pessoais de longa data precisam de apoio e diálogos com órgãos de gestão do patrimônio arqueológico, já que não são uma realidade única e exclusiva, mas são desafiantes para entender as percepções, compreensões e relações que as pessoas estabelecem ao compor coleções particulares.

Dois aspectos parecem-me fundamentais a serem considerados, ao pensar a gestão dessas coleções a partir daquela com que tive contato em Macurany: a relação de afeto estabelecida por quem as formou e as narrativas do intangível a elas associadas.

No primeiro caso, defendo uma parceria entre gestores do patrimônio arqueológico, pesquisadores, instituições de guarda e os portadores de coleções domésticas, que busquem formas de não afastar essas coleções de quem as detém, ouvindo e ponderando seu papel na guarda desse material, na identificação dos locais onde os vestígios são localizados ao longo de anos, em Parintins e na Amazônia, compondo acervos passados de pais para filhos. A lei sobre esses bens arqueológicos é clara ao prever que eles pertencem à União, responsável por manter o acesso democratizado e irrestrito aos bens culturais a toda a sociedade brasileira. Considerando a realidade de Parintins e outros locais da Amazônia, distantes dos grandes

centros urbanos que possuem museus e instituições de guarda, nessas localidades é recorrente as pessoas guardarem esses bens, formando coleções.

Portanto, mesmo tendo no horizonte a possibilidade de celebração do Termo de Cessão de Bens Arqueológicos, como já mencionado anteriormente, acho importante estreitar o diálogo com os residentes em torno dos sítios arqueológicos e detentores de coleções para compreender melhor suas demandas e relações com os bens arqueológicos. Precisamos continuamente refletir sobre os anseios dessas pessoas para as suas coleções e se eles se alinham com as perspectivas e ações de pesquisadores e gestores do patrimônio arqueológico. Sabemos da existência de número expressivo de coleções em várias localidades rurais e na área urbana de Parintins, e ter esse registro seria uma das formas de compreender melhor a dispersão espacial e onde elas estão concentradas na jurisdição municipal, o que pode ser um caminho para pensar políticas públicas voltadas a essa demanda patrimonial.

A criação de museus comunitários nas comunidades rurais polos do município também pode ser uma forma de abrigar os vestígios arqueológicos encontrados de forma fortuita durante a rotina diária na agricultura e na vazante dos rios da região, formando espaços de visitação para as escolas dessas localidades e seu entorno, além de moradores e turistas. A doação das coleções domésticas também pode ser considerada, porém somente se seus detentores assim desejarem, pois não podemos esquecer a sensibilidade e atenção que se deve ter com as pessoas que guardam essas coleções e as mantêm com afeto e carinho, e, em alguns casos, podem não querer se desfazer desses acervos.

O segundo aspecto está associado aos vários relatos que vinculam intervenções e interações dos “donos desses objetos” arqueológicos com as pessoas que os guardam ou ocupam o mesmo espaço que esse material na residência. São relatos carregados de temor e respeito que definem muitas vezes o modo como é guardado ou descartado. Acredito que essas narrativas deveriam compor as descrições que fazem parte não somente da história das coleções domésticas, mas também relacionadas às coleções institucionalizadas, pois elas muito nos contam sobre a vida e trajetória desses objetos na Amazônia, falando dos modos como as pessoas interagem, significam e compreendem os vestígios arqueológicos.

Este estudo não se encerra aqui, apenas faz uma breve parada! Lembro das limitações que ele teve por ter sido atravessado pela pandemia de covid-19 e, ao mesmo tempo, ressalto a importância dos apontamentos, diálogos e da construção de conhecimentos que realizei em parceria com as pessoas da comunidade do Macurany. Por fim, destaco o acolhimento que tive por todos que escolheram esse lugar como morada no passado e no presente e que me mostraram que o patrimônio arqueológico na Amazônia está em contínuo processo de construção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acha, M. 2018. Os processos da paisagem pastoril: caracterizando lugar e movimento. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 13 (1): 69-87.
- Alencar, E. F. 2019. Percepções sobre o processo de transformação de paisagens na várzea do meio rio Solimões, RDS Mamirauá, Amazonas. In *Paisagens Evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos*. pp. 65-91. Organizado por Stoll, E., Alencar, E., Folhes, R. e Medaets. Belém: NAEA.
- Alencar, E. F. 2013. “Nesse tempo não existia essas ilhas por ali”: sobre modos de perceber o ambiente e narrar o passado. *Iluminuras*. Porto Alegre, 14 (34): ago-dez, 11-32.
- Alves, M. L. 2018. *Para além de Santarém: os vasos de gargalo na bacia do rio Trombetas*. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 13 (1): 11-36.
- Alves, M. L. 2019. *Objetos distribuídos do Baixo Amazonas: um estudo da cerâmica Konduri*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Amaral, A. M. 2017. *Contextualização espacial, histórica e tecnológica dos muiraquitãs amazônicos*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia). Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém.
- Amaral, A. M. 2018. A ecologia de assentamentos, interações sociais ameríndias e o contexto geográfico dos muiraquitãs no Baixo Amazonas. *Cadernos do Lepaarq*, 15 (30): 121-141.
- Ambientare. Soluções Ambientais Ltda. 2015. Relatório de Impacto Ambiental - LT 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e Subestações Associadas. Brasília.
- Ambientare. Soluções Ambientais Ltda. 2020. *Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Relatório de Prospecção Arqueológica na área de implantação da LT 230 kV Oriximiná - Juruti - Parintins e subestações associadas*. Brasília.
- Ambientare. Soluções Ambientais Ltda. 2021. *Relatório Parcial III: Prospecção Complementar da Linha de Transmissão da LT 230kV Oriximiná - Parintins subestações associadas & Resgate Arqueológico do Sítio Macurany*. Brasília.
- Ambientare. Soluções Ambientais Ltda. 2022. *Relatório final: Análise Laboratorial e Programa Integrado de Educação Patrimonial. Programa de Resgate Arqueológico Sinalização e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão da LT 230 kV Oriximiná - juruti - Parintins e subestações associadas*. Brasília.
- Andrade, V. L. C. 2017. *A história humana através dos padrões de recrutamento e trajetórias de crescimento de Bertholletia excelsa em um castanhal na Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais). INPA, Manaus.
- Arroyo-Kalin, M. 2010. A domesticação da paisagem: os solos antropogênicos e o Formativo na Amazônia. In *Arqueologia Amazônica 2*. pp. 799-908. Editado por Edithe Perreira e Vera Guapindaia, MPEG; IPHAN; SECULT, Belém.

Arroyo-Kalin, M. 2021. As terras antrópicas da Amazônia: mais que somente terras pretas. In *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças*. pp. 33-84. Organizado por da M.C Cunha; S.B. Magalhães; C. Adams, C e E.G. Neves. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC: São Paulo.

Arroyo-Kalin, M. 2017. Las tierras antrópicas amazónicas: algo más que un puñado de tierra. In *Las Siete Maravillas de la Amazonía precolombina*. pp. 99-117. Organizado por S. Rostain e C. Jaimes Betancourt. La Paz, 4-EIAA/BAS/Plural Publicaciones.

Athias, R. 2016. Objetos Indígenas Vivos em Museus: Temas e Problemas sobre a Patrimonialização. In *Museus e Atores Sociais: Perspectivas Antropológicas*. pp. 189-201. Organizado por Athias, R.; Lima Filho, M.; Abreu, R. Editora da UFPE, ABA Publicações, Recife.

Athias, R. 2019. Entre máscaras, maracás, imagens e objetos xamânicos em museus. In: *Coleções étnicas e museologia compartilhada*. pp.165-192. Editado por N. Porto e M. F. Lima Filho. Editora da Imprensa Universitária. Goiânia.

Azedo, E. 2017. *Sítio Macurany*: apontamentos sobre uma coleção particular de fragmentos de cerâmica pré-colonial. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Bachelard, G. 2013. *A terra e os devaneios da vontade*: ensaios sobre a imaginação das forças. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 4 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Balée, W. 2008. Sobre a indigeneidade das paisagens. *Revista de Arqueologia*, 21 (2): 9-23.

Balée, W. 1989. The culture of Amazonian forests. In *Advances in Economic Botany* editado por D. A. Posey & W. Balée, 7, pp. 1-21.

Balée, William. 2017. O programa de pesquisa da Ecologia Histórica. Tradução Rafael Guedes Milheira. *Cadernos do Lepaarq*, XIV (28):180-212.

Barreto, C. 2013. Corpo, comunicação e conhecimento: reflexões para a socialização da herança arqueológica na Amazônia. *Revista de arqueologia*, 26. (1): 112-128.

Barreto, C. 2020. Do tesoro marajoara ao sambódromo: agência e resistência de objetos arqueológicos da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, 15 (3): 2178-2547.

Barreto, C.; Lima, H. P.; Betancourt, C. J. 2016. *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia*: rumo a uma nova síntese. Belém, IPHAN/MPEG.

Batalha, J. G. 2019. “*Eu gostei desde a primeira que eu ajuntei...*”: a prática da formação de algumas coleções particulares de artefatos arqueológicos no município de Parintins-Amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.



Batista Filho, A. de O. 2021. *Ocupação humana no passado antigo do Baixo Amazonas: estudo documental de escavações arqueológicas em Parintins-AM*. Relatório Final de Iniciação Científica edição 2020/2021. Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Batista Filho, A. de O. 2022. *Viajando virtualmente entre vestígios ancestrais: Mapa Interativo Parintins Arqueológico*. Relatório Final de Iniciação Científica edição 2021/2022. Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Betancourt, C. J. 2020. “Llegar acá en vez de llevar allá” – Objetos que entrelazan historias y personas. In *Global turns, descolonización y museos*. pp.189-210. Editado por Carla Jaimes Betancourt, Karoline Noack, Naomi Rattunde. La Paz-Bolívia. Plural editores.

Bezerra, M. 2011. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 6 (1):57-70.

Bezerra, M. 2013. Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista Arqueologia Pública*,7:107-122.

Bezerra, M. 2014. As Cores do Passado na Amazônia: o patrimônio arqueológico no artesanato da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 6 (2): 418-441.

Bezerra, M. 2017. *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha.

Bezerra, M. 2018. Com os cacos no bolso: o colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia brasileira. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 38: 85-101.

Bezerra, M. 2019. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 12 (2): 51–58.

Bianchezzi, C.; Santos, Adriano Márcio dos; Bassi, Filippo Stampanoni; Lima, Helena Pinto; Machado, Michel Carvalho; Cruz, Alef Fernandes; Batista Filho, Arnoud de Oliveira; Paiva, Maurício de. 2021. *Fragmentos: arqueologia, memórias e histórias de Parintins*. Parintins, AM: Eskenazi Gráfica.

Bianchezzi, C. 2018. Entre cacos de cerâmica e flores: as paisagens no sítio Macurany, Amazônia. *Caderno 4 Campos – PPGA/UFPA*, I (II): 36-39.

Boomert, A. 1987. Gifts of the Amazon: green stones pendants and beads as item of ceremonial exchange in Amazonia and the Caribbean. *Antropologica*, 67: 33-54.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Editora do Senado, 1988.

Brasil. Lei 13.653 de 18 de abril de 2018. “Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo/a e dá outras providências”. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=2&data=19/04/2018>. Acesso em 10 janeiro de 2021.

Brasil. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. *Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-969/L3924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-969/L3924.htm). Acesso em 15 julho 2020.

Brasil. Portaria nº 317, de 4 de novembro de 2019. “Estabelece diretrizes a serem observadas pelo Iphan para análise da comprovação das atividades científicas próprias do campo profissional da arqueologia mencionadas na Lei nº 13.653/2018”. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-317-de-4-de-novembro-de-2019-225612622>. Acesso em 10 janeiro de 2021.

Brasil/Iphan. Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1309>. Acesso 07 de julho de 2022.

Brasil/Iphan. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. *Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe*. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/instrucao\\_normativa\\_001\\_de\\_25\\_de\\_marco\\_de\\_2015.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/instrucao_normativa_001_de_25_de_marco_de_2015.pdf). Acesso em 10 de julho de 2020.

Brasil/Iphan. Parecer Técnico nº 1080/2021/ATEC-CNA/CNA/DEPAM de 28 de maio de 2021.

Brasil/Iphan. Portaria nº 07, de 1º de dezembro de 1988. *Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios arqueológicos*. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_007\\_de\\_1\\_de\\_dezembro\\_de\\_1988.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf). Acesso em 10 de julho de 2020.

Brasil/Iphan. Portaria nº 159, de 11 de maio de 2016. Regulamenta os requisitos e procedimentos para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC pelo IPHAN. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520365/do1-2016-05-12-portaria-n-159-de-11-de-maio-de-2016-21520344](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520365/do1-2016-05-12-portaria-n-159-de-11-de-maio-de-2016-21520344). Acesso em 04 de julho de 2022.

Brasil/Iphan. Portaria nº. 196, de 18 de maio de 2016. *Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel*. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21527421/do1-2016-05-23-portaria-n-196-de-18-de-maio-de-2016-21527267](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21527421/do1-2016-05-23-portaria-n-196-de-18-de-maio-de-2016-21527267). Acesso em 27 de julho de 2022.

Brasil/Iphan. Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031) Acesso em 27 de julho de 2022.

Brasil/Iphan. Portaria nº 316, de 4 de novembro de 2019. Estabelece os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-316-de-4-de-novembro-de-2019-225612769>. Acesso em 10 de março de 2022.

Brasil/Iphan. *Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade*: 31ª edição: homenagem ao Patrimônio Cultural do Norte do Brasil. Brasília-DF: IPHAN, 2018.

Brasil/Iphan. Processo 01490.000036/2009-28. Disponível: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/servicos/sei/sei-consulte-seu-processo>. Consulta em 13/07/2022.

Brasil/Iphan. Processo 01490.000902/2015-29. Disponível:<https://www.gov.br/iphan/pt-br/servicos/sei/sei-consulte-seu-processo>.Consulta em 10/10/2021.

Brasil/Iphan. Processo Iphan nº 01450.010826/2014-55. Disponível: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/servicos/sei/sei-consulte-seu-processo>. Consulta em 10/06/2022.

Cabral, M. P. 2016. Entre Passado e Presente: Arqueologia e Coletivos Humanos na Amazônia. *Teoria & Sociedade* (UFMG), 24: 76-91.

Cabral, M. P.; Pereira, D.; Bezerra, M. 2018. Patrimônio arqueológico na Amazonia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 38: 247-268.

Calippo, G. M. T. 2022. Arqueologias nas redes sociais: o passado representado em tempos de pandemia. *Revista de Arqueologia*, 35 (1): 205–222.

Carneiro, C. G. 2014. Educação patrimonial e arqueologia: alguns aspectos desta interface. In: *Amazônia - Revista de Antropologia*, 6 (2): 442-458.

Cascon, L. M; Caromano, C. F., 2009. Perspectivas paleoetnobotânicas na arqueologia da Amazônia Central. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento, 8: 207-216.

Castañeda, Q.E. 2008. The “Ethnographic Turn” in Archaeology: research positioning and reflexivity in Ethnographic Archaeologies. pp. 25-61. In *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Editado por Castaneda, Q.E. e Matthews. C.N. Altamira Press.

Cativo, J. 2017. *A cultura material no ensino de História*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Clement, C.; Pinheiro K., M.; German, L., Almeida, S. S.de; Major, J.; Aragão, L.E de., Guix, J.C.; Lleras, E.; Winkler Prins, A.M.G.A.; Hecht, S.B.; McCann, J.M. 2009. Diversidade Vegetal em Solos Antrópicos da Amazônia. In *As terras pretas de Índio da Amazônia: sua caracterização e uso desde conhecimento na criação de novas áreas*. pp.146-161. Editado por Teixeira, W.G; Kern, D. C.; Madari, B. E.; Lima, H.N. & Woods, W. Embrapa. Manaus.

Clement, C. R.; Denevan, W. M.; Heckenberger, M. J.; Junqueira, A. B.; Neves, E. G.; Teixeira, W. G.; Woods, W. I. 2015. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings - Royal Society. Biological Sciences* (Print), 282.

Clement, C. R; Freitas, F. de O.; Romão, R. L. 2015. As origens da agricultura na América do Sul. In *Recursos fitogenéticos: a base da agricultura sustentável no Brasil*. pp. 30-38. Organizado por R. F. de A. Veiga e M. A. Queiróz. Editora da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

Clement, C.R.; Mccann, J.M.; Smith, N.J.H. 2003. Agrobiodiversity in Amazonia and its relationship with Dark Earths. In *Amazonian Dark Earths: origin, properties, management*. pp.146-161. Lehmann, J.; Kern, D.C.; Glaser, B.; Woods, W. Dordrecht. Kluwer Academic Publishers.

Cordeiro, M. A. de S. 2017. “*A canoa da cura ninguém nunca rema só*” o se ingerar e os processos de adoecer e curar na cidade de Parintins (AM). Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Cruz, A. F. 2021. *O processo de cozimento da cerâmica: Estudo dos modelos de fornos a lenha*. Relatório Final de Iniciação Científica edição 2020/2021. Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Cruz, E, T. 2021. *Uma planta que ensina: processo de aprendizagem na doutrina no Santo Daime*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Pedagogia). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Cunha, T. J. F.; Novotny, E.H.; Madari, B.E.; Benites, V. de M.; Martin-Neto, L & Santos, G de A. 2009. O carbono pirogênico. In *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas*. pp. 263-284. Editado por Teixeira, W.G; Kern, D. C.; Madari, B. E.; Lima, H.N. & Woods, W. 1 ed. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

Cury, M. 2017. Lições indígenas para a descolonização dos Museus: processos comunicacionais em discussão. *Cadernos CIMEAC*, 7 (1): 184-211.

Cury, M. X. 2020. Museus etnográficos e indígenas: Aprofundando questões, reformulando ações. In *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. Editado por Marília Xavier Cury. pp.15- 21. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo: Museu Índia Vanuúre.

Eckert, C; Rocha, A. L. C. da; 2008. Etnografia: saberes e práticas. *Iluminuras*. Porto Alegre, 9 (2): 1984-1191.

Ellis, M. G. 2019. *Anthropogenic landscapes of Amazonia: a spatial analysis of landscape modification and settlement organization at Macurany, Brazil*. Thesis (MA in Anthropology), Department of Anthropology University of Louisville, Kentucky.

Fausto, Carlos. 2008. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. *Mana*, 14 (2): 329-366.

Ferreira, L. G. 2012. *O lugar de ver relíquias e contar história: o museu presente/ausente na Vila de Joanes, Ilha do Marajó – Pará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém.

Figueiredo, P. B. de. 2017. *Santo Daime: doutrina e história de uma religião amazônica em Parintins*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Furquim, L. P. 2021. O acúmulo das diferenças: nota arqueológica sobre a relação entre sócio e biodiversidade na Amazonia antiga. In *Vozes Vegetais: diversidade, resistência e histórias da floresta*. p.125-139. Organizado por J. C. de Oliveira; Amoroso, M.; Lima, A.G. M de.; Shiratori, K.; Marras, S.; & Emperaire; L. São Paulo: IRD Editions e Ubu editora.

Galvão, E. 1990. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. São Paulo, Nacional (Coleção Brasileira).

Garcia, L.; Costa, J. A.; Kern, D. C.; Frazão, F. J. L. 2015. Caracterização de solos com terra preta: estudo de caso em um sítio tupi-guarani pré-colonial da Amazônia oriental. *Revista de Arqueologia*, 28: 52-81.

Gell, A. 2005. A tecnologia do encanto e o encanto da tecnologia. *Concinnitas*, 8 (1): 42-63. (Trad. Jason Campelo)

Gomes, J.; Santos, R. B. C. e; Costa, B. L. S. da. 2014. Arqueologia comunitária na reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 6 (2): 385-417.

Gomes, J. 2021. Vestígios e Marcas além das Humanas. *GIS - Gesto, Imagem e Som - Revista de Antropologia*, 6 (1): 1-20.

Guapindaia, V. L. C. 2008. *Além da Margem do Rio: A Ocupação Konduri Pocó na Região de Porto Trombetas, PA*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Greer, S., Harrison, R. e McIntyre-Tamwoy, S. 2002. Community-based archaeology in Australia. *World Archaeology*, 34: 2: 265-287.

Hamilakis, Y. e Anagnostopoulos, A. 2009. What is Archaeological Ethnography? *Public Archaeology: archaeological ethnographies*, 8 (2-3): 65-87.

Herrera, A. e Lane, K. 2006. Que Hacén Aquí Eses Pishtaku? Sueños, Ofrendas y La Construcción del Pasado. *Antípoda*, 2: 157-177.

Hilbert P. e Hilbert K. 1980. Resultados Preliminares da Pesquisa Arqueológica nos Rios Ñamundá e Trombetas, Médio Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Nova Série: Antropologia, Belém (75):1-11.

Hilbert, P. P. 1975. Pesquisas arqueológicas no rio Fresco e na região do baixo Trombetas e Nhamundá. *Relatório de excursão e fichas de cadastro dos sítios*. Belém. Arquivo Guilherme de La Penha. Museu Paraense Emílio Goeldi, Departamento de Arqueologia. 43 p. [Ms. Inédito].

Ingold, T. 2012. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18 (37): 25-44.

Ingold, T. 2013. Repensando o animado, reanimando o pensamento. (Trad. Paula Marcolin, 2010). *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, 7 (2): 10-25.

Jácome, C. P. 2017. *Dos Waiwai aos Pooco – fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrí), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Jácome, C. e Wai Wai, J. X. 2020. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da Arqueologia Karaiwa e Wai Wai. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15 (3):149-173.

Kämpf, N.; Kern, D. C. 2005. O solo como registro da ocupação humana pré-histórica na Amazônia. In *Tópicos em ciência do solo*. pp. 277-320. Editado por P. T. Vidal [et al] 1. ed., v. 4. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa.

Kern, D.C.; Kämpf, N. 1989. Antigos assentamentos indígenas na formação de solos com Terra Preta Arqueológica na região de Oriximiná, Pará. *Revista Brasileira de Ciência do Solo*, 13: 219-225.

Kern D. C.; Kämpf, N.; Woods, W.; Denevan, W.M.; Costa, M. L.; Frazão, F.J.L.; Sombroek, W. (in memoriam). 2009. Evolução do Conhecimento em Terra Preta de Índio. In *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas*. pp. 72-81. Editado por Teixeira, W.G; Kern, D. C.; Madari, B. E.; Lima, H.N. & Woods, W. 1 ed. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

Kern, D.C. 2009. Análise e interpretação dos solos e/ou sedimentos nas pesquisas arqueológicas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, Suplemento 8: 21-35.

Leite, L. F. S. C. 2014. ‘Pedaços de pote’, ‘bonecos de barro’ e ‘encantados’ em Laranjal do Maracá, Mazagão, Amapá: perspectivas para uma arqueologia pública na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém.

Liberato, D.; Bonald, L. 2021. Divulgando a Arqueologia em Meio a Pandemia: Um Estudo de Caso do Canal Arqueo3dPE. In *De Ingá a Arqueologia inclusiva: novas linguagens*. Organizado por C. X. de A. Netto; G. van Havre, pp. 162-176. João Pessoa: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal da Paraíba.

Lima, H.; Silva, C. 2005. *Levantamento Arqueológico do Médio Amazonas*. Manaus, IPHAN 1a SR, Relatório não Publicado.

Lima, H. 2007. *Relatório de campo Parintins*. Manaus, IPHAN 1a SR, Relatório não Publicado.

Lima, H. 2007. *Relatório segunda etapa Projeto Baixo Amazonas*. Relatório não publicado. IPHAN/AM. Parintins.

Lima, H. 2008. *Projeto Baixo Amazonas*. Relatório de Atividades Oficina Temática: Cerâmica Artesanal e Cerâmica Arqueológica. Parintins.

Lima, H. P. 2019. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Revista Habitus*. Goiânia, 17 (1): 25-38.

Lima, H. P.; Barreto, C. N. G. de B.; Tavares, F. L.; Botelho, G. de A.; Moraes, B. M.; Haper, K.; Pace, R.; Shepard Junior, G. H.; Silva, E. B. da; Alho, F. dos P.; Benathar, C. L. L. 2020. Oca, origens, cultura e ambiente. *Revista Arqueologia Pública*, 14 (1):96-128.

Lima, H.P.; Moraes, B.M. e Parente, M.T.V. 2013. “Tráfico” de Material Arqueológico, Turismo e Comunidades Ribeirinhas: Experiências de uma Arqueologia Participativa em Parintins, Amazonas. *Revista de Arqueologia Pública*, 8: 61-77.

Lima, H. P., Andrade, E. B., & Silva, C. A. da. 2017. Gestão do patrimônio arqueológico na Amazônia: desafios da curadoria compartilhada na REDES do Tupé, Manaus, Amazonas. *Revista Arqueologia Pública*, 11(2[19]): 114-137.

Lima, H. P.; Barreto, C. 2020. Uma nova política para um antigo acervo. *Revista de Arqueologia*, 33: 43-62.

Lima, M.; Silva, M. A.; Lima, S. C.; Cassino, M. F. & Tamanaha, E. 2021. Desafios das práticas arqueológicas e da preservação: dinâmicas socioculturais sobre e nos entornos dos sítios arqueológicos na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16 (2): 131-148.

Linhares, A. M. A. 2020. O simbolismo marajoara nos cuidados com o corpo. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15 (3): 2178-2547.

Lins, J. [et al]. 2015. Pre-Columbian floristic legacies in modern homegardens of Central Amazonia. *Revista PLoS ONE* 10 (6): 1-10.

Lins, J. 2013. *Terra preta de índio e as populações do presente: a herança que chega até o quintal*. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas - Botânica). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus.

*Live* Memórias do acervo arqueológico do Museu Amazônico – UFAM, dia 17 de junho de 2021. Disponível em [www.https://youtube/YNJrjLY2yvU](https://youtube/YNJrjLY2yvU)

Lombardo, U.; Arroyo-Kalin, M.; Schmidt, M; Huisman, H; Lima, H.P.; Moraes, C.P.; Neves, E.G.; Clement, C. R.; Fonseca, J.A.; Almeida, F. O.; Alho, C. F. B. V.; Ramsey, C. B.; Brown, G. G.; Cavallini, M. S.; Costa, M. L; Cunha, L.; Anjos, L.H. C.; Denevan, W.M.; Carlos Fausto, C.; Caromano, C.F; Fontana, A.; Franchetto, B.; Glaser, B.; Heckenberger, M. J.; Hecht, S.; Honorato, V.; Jarosch, K. A.; Junqueira, A.B; Kater, T.; Tamanaha, E. K.; Kuyper, T.W.; Lehmann, J.; Madella. M.; Maezumi, S.Y.; Cascon, L.M.; Mayle, F. E.; McKey, D.; Moraes, B.; Morcote-Ríos, G.; Barbosa, C.A.P; Magalhães, M.P.; Prestes-Carneiro, G.; Pugliese, F.; Pupim, F.N.; Marco F. Raczka, M.F.; Py-Daniel. A.R.; Riris, P.; Rocha, B.C.; Rodrigues, L.; Rostain,S.; Macedo, R.S.; Shock, M.P.; Sprafke, T.; Bassi, F.S; Valle, R.; Vidal-Torrado, P.; Villagrán, X.S.; Watling, J.; Sadie L. Weber, S.L.; Teixeira, W.G. (2022). Evidence confirms an anthropic origin of Amazonian Dark Earths. *Nature Communications* 13, 3444:1-6.

Macedo, R. S.; Teixeira, W.G.; Lima, H. N.; Souza, A.C.G de.; Silva, F.W.R.; Encinas, O.C. & Neves, E.G. 2019. Amazonian dark earths in the fertile floodplains of the Amazon River, Brazil: an example of non-intentional formation of anthropic soils in the Central Amazon region. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 14 (1): 207-227, jan.-abr.

Machado, J. 2012. *Lugares de Gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Machado, J. S. 2014. Ilha Caviana: sobre as suas paisagens, tempos e transformações. In: *Amazônica - Revista de Antropologia*, 6 (2): 283-313.
- Machado, M. C. 2018. *Entre terra preta antropogênica e cacos de cerâmicas: a existência de sítios arqueológicos no município de Parintins – AM*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.
- Martire, A. da S. 2022. “Nessun Dorma”: a Arqueologia Digital e a atuação do grupo de investigação ARISE em tempos de pandemia: um ensaio. *Revista de Arqueologia*, 35 (1): 195–204.
- Maués, R. H. 2012. O Perspectivismo indígena é somente indígena? Cosmologia, religião, medicina e populações rurais na Amazônia. *Mediações*, Londrina, 17 (1): 33-61.
- Maués, R. H. 1990. *A ilha encantada: medicina e xamanismo*. Belém, Universidade Federal do Pará.
- Mauss, M. 2003. Esboço de uma teoria geral da magia. In *Sociologia e Antropologia*. pp. 47-181. São Paulo: Cosac & Naify.
- Meggers, B. J.; Evans, C. 1961. An experimental formulation of horizon styles in the tropical forest area of South America. In Lothrop, S. (Ed.). *Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology*. p.372- 388. Cambridge: Harvard University Press.
- Menezes, U. T. B.de. 1984. Identidade cultural e arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília, 20: 33-36.
- Miller, D. 2013. *Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moraes, C. P.; Neves, E.G. 2012. O ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 4 (1): 122-148.
- Moraes, I. P. de. 2012. *Do tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio Arqueológico e Territorialidade Quilombola no Vale do Rio Capim (PA)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém.
- Murrieta, R. S. S. e Winkler-Prins, A. M. G. A. 2006. Eu adoro flores!: Gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, baixo Amazonas, Brasil. In *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. pp.277-294. Editado por C. Adams, R. Murrieta e W. Neves. São Paulo: Annablume.
- Navarro, A. G.; Prous, A. 2020. Os muiraquitãs das estearias do Lago Cajari depositados no Museu Nacional (RJ): estudo tecnológico, simbólico e de circulação de bens de prestígio. *Revista de Arqueologia*, 33 (2): 66-91.
- Navarro, A. G; Rodrigues, M. T e Grant, T. 2020. Os vasilhames com apliques de anuros das estearias e a identificação biológica das espécies. *Novos Cadernos NAEA*, 23 (2): 221-243.
- Neves, E. G. 2006. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.



Neves, E. G. 2021. Castanha, pinhão e pequi ou a alma antiga dos bosques do Brasil. In *Vozes Vegetais: diversidade, resistência e histórias da floresta*. p.109-123. Organizado por J. C. de Oliveira; Amoroso, M.; Lima, A.G. M de.; Shiratori, K.; Marras, S.; & Emperaire; L. São Paulo: IRD Editions e Ubu editora.

Nimuendajú, C. 2004. In *Pursuit of a past Amazon: Archaeological researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region* editado por P. Stenborg. Göteborg: Elanders Infologistik Väst AB.

Oliveira, R. C. de. 1996. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia*, 39 (1): 13-37.

Panachuck, L. 2016. Cerâmicas Pocó e Konduri no Baixo Amazonas. In *Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. pp.279-287. Editado por C. Barreto; H. P. Lima; C. J. Betancourt. Belém, IPHAN/MPEG.

Parintins. *Decreto Nº 014/2020-PGMP de 17/03/2020*. Declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Parintins e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Parintins.

Parintins. *Decreto Nº 42061 de 16/03/2020*. Dispõe sobre a declaração de situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), e institui o Comitê Intersetorial de Enfrentamento e Combate ao COVID-19. Poder Executivo do Município de Parintins.

Parintins. *Lei municipal nº 375/2006*. Regulamenta o Plano Diretor do Município de Parintins e estabelece diretrizes gerais da política urbana e rural do Município e dá outras providências.

Pellini, J. R. 2014. O Jardim Secreto: Sentidos, Performance, Memórias e Narrativas. *Vestígios-Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica*, 8 (1): 67-91.

Pellini, J. R. 2016. Rituais: afetos, sentidos e memórias. Uma proposta. *Habitus* 14 (1):141-156.

Pereira, D. 2019. O ‘roubo das urnas’: a relação do patrimônio arqueológico salvaguardado e os coletivos humanos. *Habitus*, 17(1): 39-52.

Polo, M. J. A. 2018. O Termo de Ajuste de Conduta entre as práticas do IPHAN para a Arqueologia: avaliação de uma década de conflitos e negociação. *Revista de Arqueologia*, 31 (1):151–171.

Pyburn, K. A. 2011. Engaged Archaeology: Whose Community? Which Public? In *New Perspectives in Global Public Archaeology*. pp.29-41. Organizado por Okamura, K. e Matsuda, A. Springer.

Pyburn, K. A. Practising Archaeology: as if it really matters. *Public Archaeology*, 8 (2-3):161-175.

R.F Serviços Ambientais Ltda. 2009. *Plano de controle Ambiental-PCA*. Rio Apoquitaua empreendimentos Ltda. Referente ao residencial Vila Cristina-Parintins-AM.

Rahmeier, C. S. 2009. A terra como cultura material: poder e status na sociedade gaúcha oitocentista. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, 10: 5- 15.

Rappaport, J. 2018. Más Allá de La Observación Participante: La Etnografía Colaborativa Como Innovación Teórica. In *Prácticas Otras de Conocimiento(s): Entre Crisis, Entre Guerras*. Organizado por L. Xochitl. [et al]. Tomo I, CLACSO: 323–352.

Rocha, B. C da.; Jácome, C.; Stuchi, F.F.; Mongeló, G.Z. & Valle, R. 2013. Arqueologia pelas gentes. *Revista de Arqueologia*, 26 (1): 130-140.

SAB. 2015. Sociedade de Arqueologia Brasileira - Código de ética. Disponível no <https://www.sabnet.org/>. Acesso janeiro de 2021.

Sauma, J. 2019. “Moramos no mundo dos invisíveis”: Sobreposição, ruptura e movimento em uma área coletiva quilombola. In *Paisagens Evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos*. pp. 114-135. Organizado por Stoll, E., Alencar, E., Folhes, R. e Medaets. Belém: NAEA.

Schaan, D. P. 2006. Arqueologia, público e commodificação da herança cultural: o caso da cultura Marajoara. *Revista Arqueologia Pública*, 1: 19-30.

Schaan, D. P. 2007. Múltiplas vozes, memórias e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 33:108-135.

Schaan, D. P. e Marques, F. L. 2012 Por que não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó. *Revista de Arqueologia* 25 (1):106-124.

Scientia Consultoria Científica. 2003. *Relatório final*: levantamento arqueológico na área de intervenção do projeto de mineração Juruti, PA. São Paulo.

Scientia consultoria científica. 2012. Arqueologia Preventiva na área de intervenção da Linha de Transmissão KV Oriximiná (PA) - Itacoatiara (AM)- Cariri (AM). *Relatório Final de Prospecção*. São Paulo.

Scientia consultoria científica. 2015. Arqueologia Preventiva na área de intervenção da Linha de Transmissão KV Oriximiná (PA) - Itacoatiara (AM)- Cariri (AM). Etapa de resgate. Análise de Laboratório: *Relatório final*. São Paulo.

Silva, A. L. da. 2013. História da Comunidade do Macurany: as problemáticas sociais decorrentes do crescimento da cidade de Parintins - AM. *Relatório de pesquisa* apresentado ao Programa de Apoio à Iniciação Científica – PAIC do CESP/UEA.

Silva, A. L. da. 2018. *A memória e presente da comunidade do Macurany, em Parintins/AM: análise discursiva*. Dissertação (Mestrado em Letras / Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Silva, F.A., Bepalez, E. e Stuchi, F.F. 2011. Arqueologia Colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 3 (1):32-59.

Silva, K. S. da. 2016. *Sítio arqueológico do Macurany: da "invisibilidade" à espaço de ações educativas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Silva, L.C.R.; Corrêa, R. S.; Wright, J. L; Bomfim, B.; Hendricks, L.; Gavin, D. G.; Muniz, A.W.; Martins, G. C.; Motta, A.C.V.; Barbosa, J.Z.; Melo, V.F; Young, S.D.; Broadley. M.R. & Santos, R. V. 2021. A new hypothesis for the origin of Amazonian Dark Earths. *Nat Commun* 12 (127):1-11.

Silveira, F. L. A. da. 2007. A poética do cotidiano missionário: etnografia e reflexão sobre si mesmo. Compartilhando imagens e emoções com os contadores de causos nas Missões Gaúchas. *Cadernos De Campo*, São Paulo, 16: 13-29.

Simões, M. F.; Araújo-Costa, F. de. 1978. Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 30: 1-160.

Souza, D. C. de S. 2018. “*Restos dos povos que já morreram*”: colecionismos de material arqueológico no Distrito da Freguesia do Andirá – Barreirinha – Amazonas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História). Universidade do Estado do Amazonas, Parintins.

Souza, D. C. S. de; Bianchezzi, C. 2018. “*Restos dos Povos que já morreram*”: Colecionismo de material arqueológico no Distrito da Freguesia do Andirá – Barreirinha – Amazonas. *Revista Marupiara*, 3 (4): 58 -79.

Souza, N. B. de. 2014. *Efeito dos solos antrópicos (Terra Preta de Índio) na diversidade vegetal de quintais em comunidades ribeirinhas no rio Madeira, Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas – Botânica). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus.

Souza, N. B.; Junqueira, A. B.; Clement, C. R. 2016. Efeito da Terra Preta de Índio na agrobiodiversidade de quintais em comunidades ribeirinhas no rio Madeira, Amazonas, Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, 10 (3): 2236-7934.

Souza, T. K. F. P. de; Souza, J. C. R. de. 2016. Estudo ecológico/econômico sobre o castanhal da comunidade do Macurany em Parintins/AM. *Revista GeoSertões*, 1 (2): 45-59.

Stoll, E.; Alencar, E.; Folhes, R. & Medaets. 2019. Etnografar as paisagens evanescentes da Amazônia. In *Paisagens Evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios amazônicos*. pp. 21-39. Organizado por Stoll, E., Alencar, E., Folhes, R. e Medaets. Belém: NAEA.

Strauss, A. 2022. Um ensaio sobre a Arqueologia da Paisagem. *Hawò*, Goiânia, 2: 1-23.

Teixeira W.G; Martins, G. C.; Macedo, R. S.; Neves Junior, A. F.; Moreira, A.; Benites, V. de M. & Steiner, C. 2009. As propriedades físicas e hídricas dos horizontes antrópicos Terras Pretas de Índio na Amazônia Central. In *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas*. pp. 242-250. Editado por Teixeira, W.G; Kern, D. C.; Madari, B. E.; Lima, H.N. & Woods, W. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.

Teixeira, W. G. 2008. Terra Preta de Índio: fatos e mitos dos solos antrópicos da Amazônia. In *Anais da FertBio 2008: desafios para o uso do solo com eficiência e qualidade ambiental*. pp. 1- 11. Londrina: Embrapa Soja: SBCS: IAPAR, UEL.

Tilley, C. 2014. Do corpo ao lugar à paisagem. Uma perspectiva fenomenológica. In: *Vestígios – Revista de Arqueologia Histórica Latinoamericana*, 8 (1): 21- 62.

Tocantins, L. 1983. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 7 ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: J. Olympio: Manaus: Suframa.

Troufflard, J. 2012. O que nos dizem as coleções da relação entre moradores e vestígios arqueológicos na região de Santarém, Pará? In *Arqueologia, Patrimônio e Multiculturalismo na Beira da Estrada: pesquisando ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, Pará*. p.p. 57-72. Editado por D. P. Schaan. GKNoronha, Belém.

Van Velthem, L. H. 2019. Um Olhar sobre as Artes Indígenas. In *Hiperconectados [Recurso Eletrônico]: museus, estratégias e conexões*. pp.21-32. Editado por Rosângela Marques de Britto. Belém: PPGArtes / UFPA.

Wai Wai, J. X. 2017. *Levantamento etnoarqueológico sobre a cerâmica Konduri e ocupação dos Wai Wai na região da Terra Indígena Trombetas Mapuera (Pará, Brasil)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia). Universidade Federal de Oeste do Pará, Santarém.

Wichers, C. A. de M. 2014. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, 26 (2): 16-39.

Wichers, C. A. de M. 2019. Sobre a musealização de acervos Iny-Karajá: desafios e possibilidades para uma prática decolonial. *Habitus*, Goiânia, 17 (1): 53-76.

Zedeño, María Nieves. 1997. Landscape, land use, and the history of territory formation: an example from the Puebloan Southwest. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 4 (1): 67-103.